



ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS Municípios do Estado do Rio de Janeiro

2017

PETRÓPOLIS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APRESENTAÇÃO

O livre acesso às informações é uma forma de fortalecer a sociedade e consolidar a democracia. A transparência amplia o controle social sobre a administração, possibilita medir o desempenho dos agentes públicos, avaliar a efetividade das políticas instituídas e verificar se o princípio da legitimidade está sendo preservado.

A Lei Federal nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação, em vigor desde maio de 2012, mudou o paradigma na administração pública brasileira ao estabelecer que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção. A Lei Complementar 131, de maio de 2009, conhecida como Lei de Transparência, alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal ao determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.

O capítulo especial desta edição dos Estudos Socioeconômicos traz uma pesquisa sobre a transparência dos sítios oficiais dos municípios fluminenses. Foram avaliados o cumprimento de aspectos relevantes da Lei de Acesso à Informação, como a sua regulamentação por normativo municipal, a criação e funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão, além da existência do Portal de Transparência, a implantação da ouvidoria e a publicação de receitas e despesas municipais, licitações e contratos e relatórios obrigatórios determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com referência à educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, ligado ao Ministério da Educação, divulgou em junho de 2017 um estudo inédito sobre a remuneração média dos docentes em exercício na educação básica brasileira, a partir do pareamento das bases de dados do Censo Escolar com a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, pesquisada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. O levantamento revela que a maior remuneração é dos professores da rede federal de ensino, que atuam, prioritariamente, no Ensino Médio. A rede municipal, 45 vezes maior que a federal, paga menos da metade, e a rede privada tem os salários mais baixos. Quatro municípios fluminenses (Teresópolis, Angra dos Reis, Macaé e Rio das Ostras) figuram entre os 10 maiores valores de remuneração média no país. A rede estadual fluminense não teve resultados computados, por força de um equívoco na informação da carga horária contratual na Rais que gerou informação não correspondente com a realidade.

Esta é a décima sétima edição dos Estudos, publicados desde 2001. Todas podem ser consultadas no Portal do TCE-RJ, no endereço <http://www.tce.rj.gov.br>. Constituem valiosa fonte de pesquisa para planejadores, acadêmicos, jornalistas e demais cidadãos interessados nos temas da administração pública.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

Dezembro de 2017

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
SUMÁRIO	4
I - HISTÓRICO	7
II - CARACTERIZAÇÃO	8
Aspectos demográficos	9
Administração municipal	11
Governo eletrônico	13
Resultados da pesquisa	14
Turismo	20
Aspectos culturais	22
III - SUSTENTABILIDADE	30
Mobilidade urbana	31
Proteção das cidades	31
Saneamento básico	34
Cobertura florestal: mata atlântica	36
ICMS ecológico	38
IV - INDICADORES SOCIAIS	40
Índice de Desenvolvimento Humano	40
IDHM	41
Ranking	41
Educação	42
Remuneração dos professores	42
Programme for International Student Assessment – Pisa	45
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb	47
Exame Nacional do Ensino Médio – Enem	50
Educação no Rio de Janeiro	50
Quadro da educação no RJ	50
Educação no município	53
Saúde	59
Pacto pela Saúde	60

Atenção básica da saúde	61
Conexão Saúde RJ	66
Saúde no município.....	68
Mercado de trabalho.....	69
V - INDICADORES ECONÔMICOS	73
Mapa do desenvolvimento	73
Agenda regional.....	74
PIB mundial	80
Panorama econômico	81
Oferta e demanda	81
Inflação	83
Investimento	84
Desempenho da economia estadual.....	85
Agropecuária.....	86
Indústria.....	86
Serviços	86
Ótica da renda	86
Evolução setorial.....	87
Estimativas para 2016.....	88
PIB regional e dos municípios.....	89
VI - INDICADORES FINANCEIROS.....	97
1. Indicador de equilíbrio orçamentário.....	101
2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	102
3. Indicador de autonomia financeira	102
4. Indicador do esforço tributário próprio	103
5. Indicador da dependência de transferências de recursos	104
6. Indicador da carga tributária <i>per capita</i>	105
7. Indicador das despesas correntes <i>per capita</i>	105
8. Indicador dos investimentos <i>per capita</i>	106
9. Indicador do grau de investimento	107
10. Indicador da liquidez corrente.....	107

VII - TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL.....	109
Controle social.....	109
Ovidorias públicas	109
Governo eletrônico	110
Lei de Acesso à Informação – LAI.....	111
Lei de Transparência.....	112
Desempenho dos sítios municipais.....	113
Resultados	115
VIII - CONCLUSÃO	122
Tabela A - Receitas totais e <i>per capita</i> , com indicadores	123
Tabela B - Despesas totais e <i>per capita</i>	125
Tabela C - Carga tributária <i>per capita</i> – total e rubricas	127
Tabela D - Despesa corrente <i>per capita</i> e comprometimento	129
Tabela E - Investimento <i>per capita</i> e grau de investimento.....	131
Tabela F - Royalties e dependência de transferências	133
BIBLIOGRAFIA	135

I - HISTÓRICO¹

As primeiras notícias de desbravamento da região de Petrópolis datam de 1531, mas sua colonização se deu com as concessões de terras a partir de 1686. Das sucessões hereditárias e vendas a terceiros, surgiram as fazendas Córrego Seco, Itamarati, Samambaia, Corrêas, Quitandinha, Velasco e Morro Queimado.

Já no segundo decênio do século XVIII, com a abertura do atalho do Caminho Novo por Bernardo Soares Proença, ligando o porto da Estrela ao sítio de Garcia Rodrigues, atual Paraíba do Sul, mais colonos começam a povoar a região.

Dom Pedro I, que nas viagens para Minas pousava na fazenda de Corrêas, conhecendo as belezas e a salubridade da região, adquiriu a fazenda do Córrego Seco em 1830, pela quantia de vinte contos de réis, acrescida no ano seguinte de gleba no Alto da Serra. Com a abdicação de D. Pedro I em 1831, essas propriedades ficaram arrendadas até 1842; após sua morte, passaram para o filho, D. Pedro II.

O levantamento de uma povoação e a construção do palácio, hoje Museu Imperial, bem como o plano para arrendamento e colonização das terras, foi iniciado em 1843. Nessa ocasião, foram construídos novos trechos da estrada da serra da Estrela sob o comando do engenheiro alemão Júlio Frederico Koeler. No ano seguinte, foi criado o distrito de Petrópolis, da freguesia de São José do Rio Preto, município de Paraíba do Sul.

Graças às facilidades concedidas por dom Pedro II, em 1845 chegaram ao Córrego Seco da Serra Acima, denominação primitiva do Alto da Serra, os primeiros grupos de colonos alemães. A chegada desses colonos fez com que o governo adquirisse outras duas fazendas, Velasco e Itamarati, e recebesse em doação a fazenda Quitandinha, com vistas a transformar suas terras em colônia agrícola.

Em 1846, Petrópolis passou à categoria de freguesia, com o topônimo São Pedro de Alcântara de Petrópolis.

Em 1854, por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá, a cidade recebeu novo impulso com a construção da primeira estrada de ferro brasileira, que ligava o porto de Mauá a Raiz da Serra. Nessa fase, o pioneirismo e o espírito vanguardista da cidade se solidificaram. A fertilidade das terras, a excelência do clima, a dedicação do imperador e o espírito empreendedor dos colonos motivaram rápido desenvolvimento da freguesia que, em 1856, tinha mais de seis mil habitantes. O movimento de emancipação começou a tomar vulto e, em 1857, foi criado o município de Petrópolis, elevado à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 961, de 29 de setembro daquele ano, sendo instalado em 27 de junho de 1859.

1 - Fontes: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXII – IBGE, 1959; Abreu, A., “Municípios e Topônimos Fluminenses – Histórico e Memória”, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994; e sítio www.petropolis.rj.gov.br.

II - CARACTERIZAÇÃO

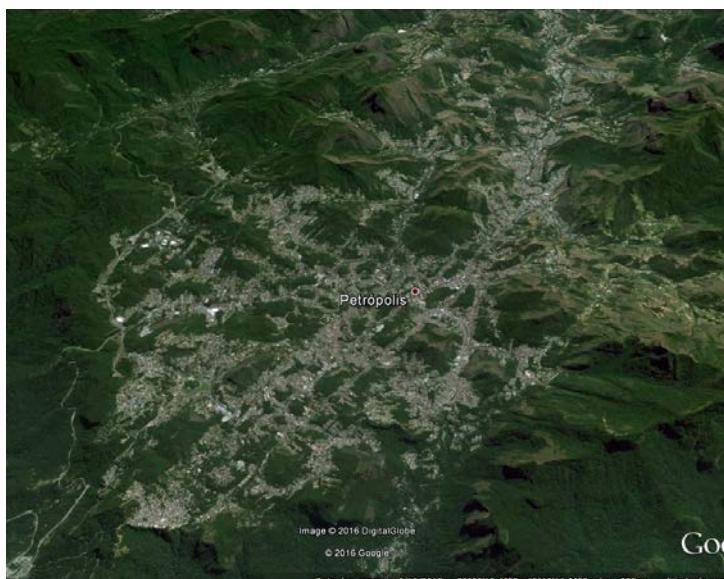
Petrópolis pertence à Região Serrana, que também abrange os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.



O município tem uma área total² de 795,8 quilômetros quadrados, correspondentes a 11,5% da área da Região Serrana. Os limites municipais, no sentido horário, são: Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Areal, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias e Miguel Pereira.

O principal acesso a Petrópolis é pela BR-040, a Rio-Belo Horizonte, que acessa Duque de Caxias, ao sul, e Areal, ao norte. Outra rodovia federal é a BR-495, que liga o distrito de Itaipava a Teresópolis. A antiga estrada União-Indústria em Itaipava se junta à RJ-134 na altura do distrito de Posse, seguindo para São José do Vale do Rio Preto, a nordeste. A RJ-107 desce a serra em direção a Magé. A rodovia RJ-117 sai da localidade de Araras em direção a Paty do Alferes, a oeste. Outra rodovia, parcialmente de chão, é a RJ-123 (BR-492, no plano rodoviário federal), que liga a região de Pedro do Rio ao distrito de Avelar, também em Paty.

As imagens a seguir apresentam o mapa do município e uma perspectiva de satélite capturados dos programas Google Maps e Google Earth, em março de 2016.



Distrito-sede de Petrópolis, a 12,8 km de altitude.

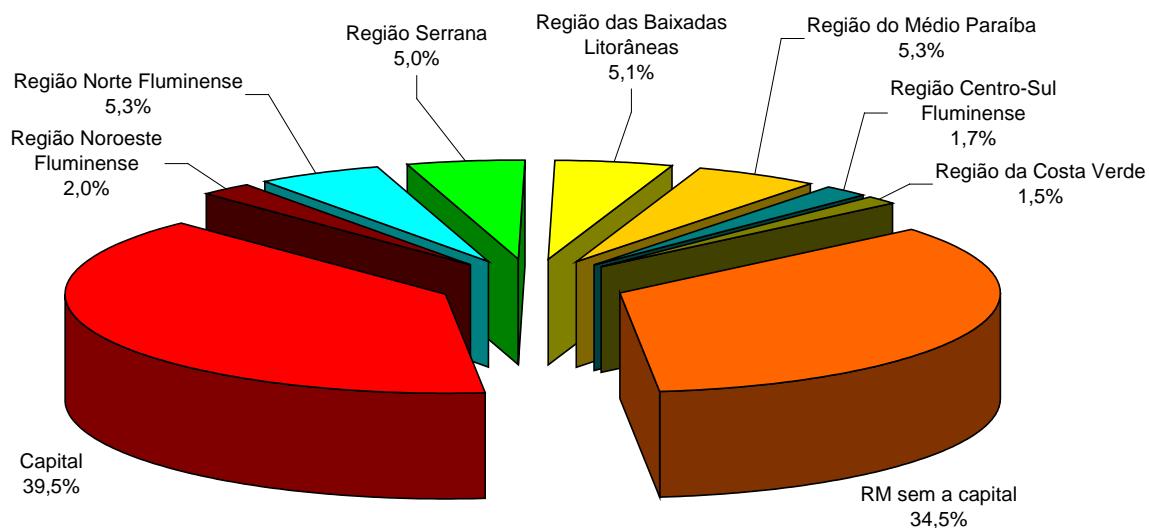
Aspectos demográficos

Em 2010³, Petrópolis tinha uma população de 295.917 habitantes, correspondente a 36,7% do contingente da Região Serrana, com uma proporção de 91 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 371,8 habitantes por km², contra 116 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 95% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 3,3%, o 72º maior crescimento no estado.

3 - IBGE - Censo Demográfico.

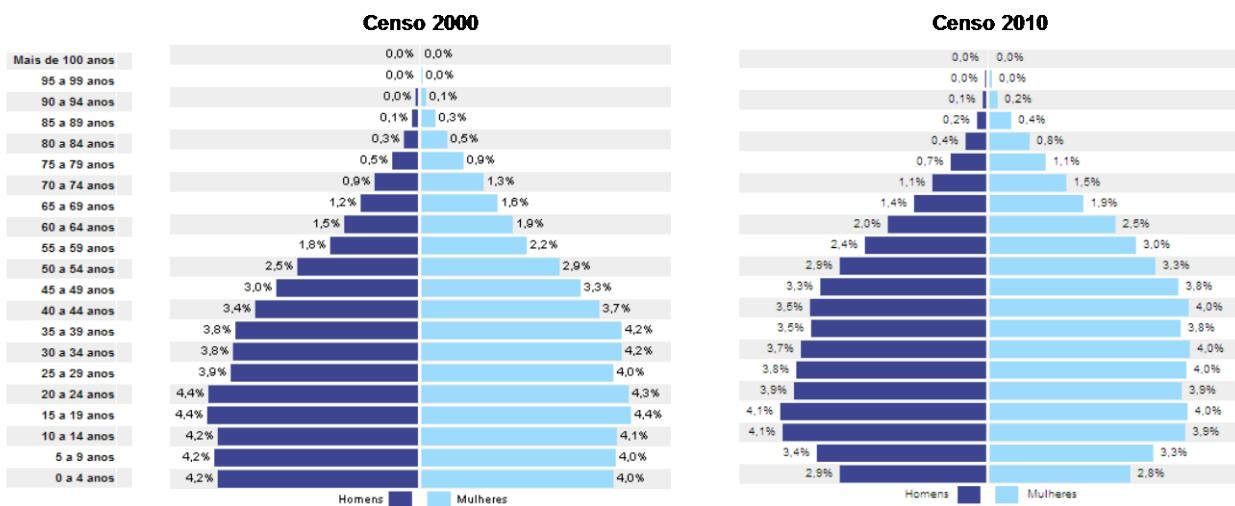
A distribuição da população fluminense dava-se conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Distribuição da população – Regiões Administrativas – 2010



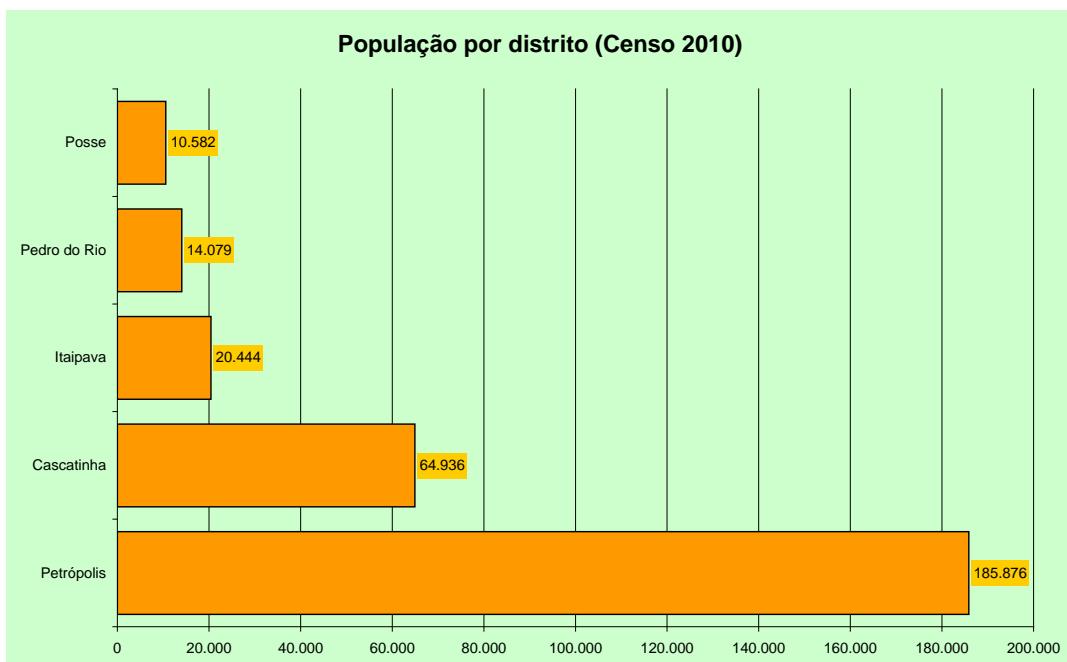
A comparação entre as pirâmides etárias construídas pelos censos 2000 e 2010 revela mudanças no perfil demográfico municipal, com estreitamento na base e alargamento no meio da figura:

Gráfico 2: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, conforme os censos 2000 e 2010



A população local, de acordo com o censo, distribuía-se no território municipal conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Distribuição local da população - 2010



Segundo o levantamento, o município possuía 114.396 domicílios, dos quais 8% eram de uso ocasional.

Ainda conforme o censo, contava com 7.268 domicílios particulares ocupados em 15 aglomerados subnormais, onde viviam 25.117 pessoas.

A população de Petrópolis, em 2016⁴, foi estimada em 298.158 pessoas. O município tinha um contingente de 243.503 eleitores⁵, correspondente a 82% do total da população. Havia 10 agências de correios⁶, 36 agências bancárias⁷ e 89 estabelecimentos hoteleiros⁸.

Administração municipal

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais, conhecida como Munic, é apurada pelo IBGE na totalidade do país. Na versão 2015, foram estabelecidos os seguintes eixos: recursos humanos das administrações municipais, instrumentos de planejamento, recursos para a gestão (cadastro do IPTU e ISS, taxas, implantação de empreendimentos e arranjos produtivos locais), terceirização e informatização, gestão ambiental e articulação interinstitucional (indica se o município faz parte de consórcio nas áreas de educação, saúde, assistência e desenvolvimento social, turismo, cultura, habitação, meio ambiente, transporte, desenvolvimento urbano, saneamento básico, gestão das águas e manejo de resíduos sólidos).

A Munic aponta a seguinte evolução do quadro de pessoal de Petrópolis:

4 - Estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União em julho de 2016.

5 - Tribunal Superior Eleitoral - dezembro de 2016.

6 - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - 2017 (inclui agências comunitárias).

7 - Banco Central - dezembro de 2016.

8 - Ministério do Trabalho e Emprego - Anuário Rais. Acesso em 30/08/2017.

Gráfico 4: Evolução do número de funcionários do município – 1999-2015



O vínculo empregatício dos funcionários, subdividido entre administração direta e administração indireta, apresentou o seguinte comportamento:

Gráfico 5: Total de funcionários da administração direta por vínculo empregatício – 1999-2015

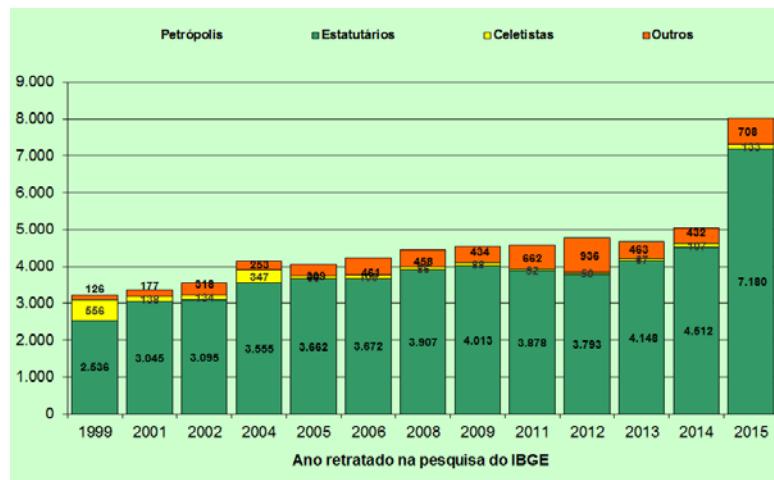
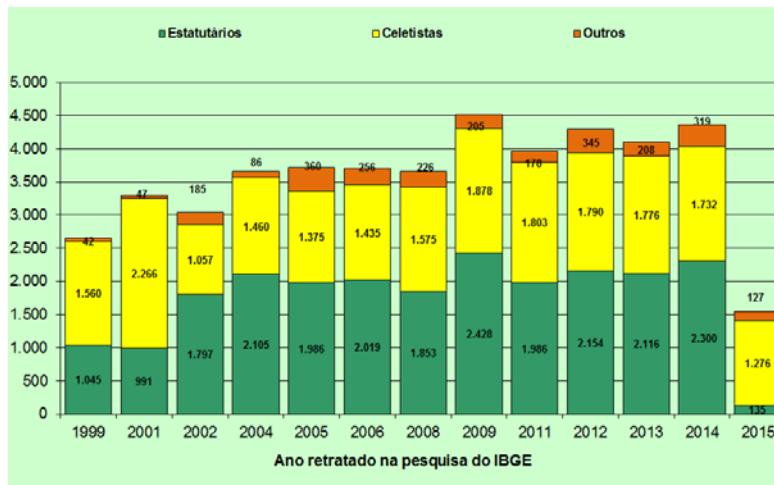


Gráfico 6: Total de funcionários da administração indireta por vínculo empregatício – 1999-2015



Em Petrópolis, em 2015, a pesquisa do IBGE aponta aumento do quadro na administração direta municipal e redução na administração indireta.

Governo eletrônico

Nos dias atuais, a internet ostenta colocação destacada para qualquer atividade social. O uso de tecnologias de informação e comunicação na administração pública possibilita simplificar e otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Seu uso propicia agilidade e transparência, eficiência e flexibilidade.

Para garantir o acesso a serviços e informações, o desenvolvimento do governo eletrônico passa por três estágios diferentes. O primeiro consiste na criação de sítios para difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos vários níveis de governo. Eventualmente, esses sítios são caracterizados como portal oficial **informativo**.

Num segundo estágio, estes sítios passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas e outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a internet para declarar seu imposto de renda, informar uma mudança de endereço, fazer reclamações e sugestões a diversas repartições ou, ainda, efetuar o cadastro *online* de sua empresa. Nesse âmbito, o sítio governamental passa a ter uma finalidade maior do que a meramente informativa, tornando-se **interativo**.

Na terceira etapa de implantação do *e-government*, as transações se tornam mais complexas e o sítio assume um caráter **transacional**. Nesse estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, matrículas na rede pública ou em educação à distância, marcação de consultas médicas, compra de materiais etc. Em outras palavras, além da troca de informações, interações ocorrem e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados diretamente pela internet.

Essas modificações tornam-se ainda mais complexas num quarto estágio de implantação do *e-government*, quando é desenvolvido um tipo de portal que é uma plataforma de convergência de todos os serviços prestados pelos governos. Os serviços são disponibilizados por funções ou temas, sem seguir a divisão real do Estado em ministérios, secretarias estaduais, municipais, entidades etc. Assim, ao lidar com o governo, cidadãos e empresas não precisam mais se dirigir a inúmeros órgãos diferentes. Em um único portal e com uma única senha, qualificada como assinatura eletrônica (certificação digital), é possível resolver tudo o que precisam. Para tal, a integração entre os diferentes órgãos prestadores de informações e serviços é imprescindível, ou seja, esses devem realizar trocas de suas respectivas bases de dados numa velocidade capaz de garantir o atendimento ao cidadão. Esse recurso exige informações de uma série de órgãos que, interligados por uma infraestrutura avançada, conseguem atender à demanda do cidadão “em tempo real”. Nesse último estágio, ainda fora da realidade dos municípios do Rio de Janeiro, o sítio é qualificado como **integrativo**.

Este tópico tem por objetivo analisar e avaliar o conteúdo dos sítios oficiais por meio de pesquisa realizada entre março e junho de 2017. Para efeito dos resultados da pesquisa, não foi considerado o município da capital, uma vez que esta não se encontra sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Alguns municípios,

apesar de estarem em processo de reformulação do sítio oficial, optaram por manter o acesso a alguns serviços. Nesses casos, os serviços mantidos foram registrados.

Os principais problemas encontrados, mais uma vez, foram sítios com navegação deficiente, *links* inativos ou com mensagem de erro, ícones inoperantes e dificuldade em localizar informações ou serviços⁹. Alguns desses, apesar de constarem na página, não estão disponíveis, e um grande número de informações se apresenta defasado, às vezes por margem de até uma década.

Deve-se destacar que, em 2002, havia 42 municípios fluminenses na web. Edições anteriores dos Estudos vêm acompanhando e avaliando, desde 2006, o nível de abrangência do conteúdo e dos serviços dos sítios municipais. Em 2017, de acordo com o levantamento efetuado, somente Belford Roxo não tinha sítio oficial ativo na internet.

Resultados da pesquisa

Na sequência, é apresentado o desempenho do conjunto do estado e das diversas regiões administrativas para, em seguida, fazer-se um comparativo do município ante os demais de sua região.

Para classificação das categorias, denominadas estágios informativo, interativo e transacional, foi considerado bom o desempenho do sítio que obteve aproveitamento igual ou superior a 70% dos quesitos; regular, na faixa descendente até 50%; sofrível, até 30%; e insuficiente, quando abaixo desse último. O sítio de cada prefeitura foi avaliado de acordo com a quantidade de temas disponíveis em relação ao total dos quesitos da categoria.

No conjunto das regiões, os serviços informativos continuam predominando, com *performance* sofrível. É importante destacar que 14 municípios apresentaram bom desempenho, bem inferior ao total de 21 municípios registrado no ano anterior. A oferta de serviços interativos não apresentou avanço, mantendo-se no patamar sofrível. Nesse estágio, somente quatro municípios tiveram desempenho bom, contra cinco no ano anterior. Nove municípios mantêm sítios de qualidade regular. A maioria permanece com desempenho insuficiente ou sofrível.

Na última semana de junho de 2017, quando foi concluída a pesquisa, eram 79 as municipalidades a oferecer alguma transação em seus sítios, mostrando ligeiro avanço em relação a 2016, quando 78 prefeituras disponibilizavam na internet esse tipo de serviço. Registre-se que, em 2010, o número não passava de 27. O aumento da oferta deve-se, sobretudo, à adoção da Nota Fiscal Eletrônica, presente em 96% dos sítios que pontuaram nesse estágio. O desempenho apurado atribuiu classificação sofrível ao conjunto dos municípios fluminenses nesse nível da pesquisa.

Há um longo caminho a ser percorrido: apesar de *websites* interativos e transacionais estarem disponíveis no mercado para todo tipo de comércio, com segurança e privacidade, a integração dos sistemas das bases de dados é tarefa complexa. Mais fácil e rapidamente se executa – e se mantém – um sítio com informações confiáveis e atualizadas, oferecendo um leque mínimo de opções para o “cliente” internauta: uma

9 - É possível que algumas falhas tenham sido solucionadas pelos sítios municipais, dada a dinâmica da internet. Sítios que não estavam operacionais podem se tornar acessíveis de um dia para o outro. O contrário também é verdadeiro: informações e serviços que estavam disponíveis nos portais, subitamente, tornam-se inacessíveis.

pessoa, um grupo de pessoas, uma organização, todas as organizações existentes na localidade e ainda as que para ali poderão migrar, qualquer um em qualquer lugar.

No estágio informativo da pesquisa, são definidos 19 temas autoexplicativos. Nessa categoria, 88 prefeituras apresentaram algum resultado. O conjunto atingiu 48% de aproveitamento no total de serviços elencados, implicando um recuo na classificação do grupo, que era regular no ano anterior. A queda observada entre 2016 e 2017 chegou a expressivos oito pontos percentuais.

Tabela 1: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Regiões – 2017

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixadas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	9/10	3/3	10/10	12/12	19/20	12/13	8/9	14/14	88/91
História do Município	89%	67%	90%	75%	68%	75%	78%	79%	78%
Geografia	44%	67%	60%	33%	16%	58%	56%	71%	51%
Economia	11%	67%	10%	25%	21%	25%	44%	29%	29%
Finanças Públicas	67%	100%	100%	100%	89%	75%	78%	93%	88%
Cultura e Entretenimento	33%	33%	60%	25%	16%	25%	67%	36%	37%
Saúde	22%	100%	60%	67%	42%	33%	67%	29%	52%
Educação	44%	67%	50%	67%	42%	25%	44%	21%	45%
Meio Ambiente	11%	100%	40%	50%	21%	17%	33%	36%	38%
Infraestrutura	33%	67%	60%	50%	37%	50%	33%	14%	43%
Tributação	56%	67%	50%	50%	79%	25%	56%	57%	55%
Legislação	44%	67%	90%	92%	79%	92%	67%	93%	78%
Notícias	78%	100%	100%	75%	95%	100%	89%	86%	90%
Turismo	78%	67%	50%	75%	21%	33%	78%	43%	56%
Estrutura Administrativa	89%	100%	90%	83%	95%	92%	89%	93%	91%
Investimentos	11%	0%	0%	25%	0%	0%	33%	14%	10%
Políticas Públicas	11%	67%	10%	50%	11%	17%	33%	36%	29%
Trabalho e Emprego	11%	33%	20%	42%	32%	17%	33%	0%	23%
Trânsito	0%	67%	30%	42%	11%	0%	33%	43%	28%
Plano Diretor	11%	33%	50%	50%	58%	8%	44%	36%	36%
Totais	39%	67%	54%	57%	44%	40%	56%	48%	

A Costa Verde mais uma vez liderou o estágio informativo, com o resultado regular de 67%. A Região do Médio Paraíba caiu para 57% de atendimento dos quesitos, mas aparece isolada na vice-liderança, uma vez que o Norte Fluminense recuou para 56%. Com resultado ainda regular, seguem-se as Baixadas Litorâneas, com 54%. No conceito sofrível, a Região Serrana ficou com 48%, a Metropolitana desceu a 44%, o Noroeste Fluminense fechou em 40%, permanecendo na última posição o Centro-Sul, com 39%.

Todas as regiões apresentaram queda em seus desempenhos. A maior perda, de 12 pontos percentuais, ocorreu no Norte Fluminense. Seguem-se Médio Paraíba (11 p.p.), Centro-Sul (10 p.p.), Baixadas Litorâneas (8 p.p.), Metropolitana (7 p.p.), Serrana e Noroeste (4 p.p) e, por fim, Costa Verde (3 p.p.).

Informações sobre a Estrutura Administrativa do município estão presentes em 97% dos sítios avaliados. Na sequência, os temas mais frequentes são Notícias, Finanças Públicas, Legislação e História. O menos encontrado é Investimento, uma vez que somente 10% dos municípios desenvolvem satisfatoriamente esse item, que se refere a programas responsáveis pela atração de projetos de instalação de empresas e indústrias com objetivo de gerar emprego e renda à população.

Ainda com referência aos serviços informativos, três municípios atenderam a 100% dos quesitos: Campos dos Goytacazes, Macaé e Volta Redonda, conferindo destaque ao Norte Fluminense, onde estão situados os dois primeiros. Quissamã, entretanto, que integrava essa lista, caiu para sofríveis 47%. Mais 11 municípios apresentaram bom desempenho (eram 17 na pesquisa referente a 2016).

No estágio interativo, foram definidos 18 temas, também autoexplicativos. Com performance insuficiente em cinco das oito regiões do estado, permanece o desafio de se obter algum formulário ou realizar um cadastro simples nos sítios oficiais.

Ao contrário do estágio informativo, houve melhora em alguns percentuais. A Costa Verde subiu de 63% para 67% e as Baixadas Litorâneas, de 34% para 39%. A Região do Médio Paraíba caiu de 43% para 37% e a Metropolitana, de 30% para 29%. Nessa faixa de conceito insuficiente, a Região Serrana passou de 26% para 27%, enquanto o Norte Fluminense desceu de 26% para 25%. O Centro-Sul apresentou evolução mínima, de 20% para 21%, desempenho semelhante ao do Noroeste Fluminense, que foi de 19% para 20%.

Tabela 2: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Regiões – 2017

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixadas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	10/10	3/3	10/10	12/12	20/20	13/13	9/9	14/14	91/91
IPTU	60%	100%	100%	64%	84%	62%	56%	64%	74%
ISS	50%	100%	80%	55%	89%	54%	67%	71%	71%
ITBI	10%	100%	20%	9%	26%	8%	11%	14%	25%
Simples	0%	0%	0%	9%	0%	8%	0%	0%	2%
Processos	40%	100%	60%	64%	63%	38%	33%	29%	53%
Saúde	0%	100%	30%	27%	11%	8%	0%	0%	22%
Educação	10%	67%	20%	9%	11%	8%	11%	7%	18%
Habitação	0%	0%	0%	9%	21%	0%	0%	0%	4%
Illuminação Pública	0%	0%	20%	36%	11%	0%	0%	7%	9%
Água e Esgoto	0%	33%	30%	18%	0%	0%	0%	7%	11%
Transportes	20%	100%	20%	36%	11%	0%	44%	21%	32%
Obras e Meio Ambiente	0%	67%	40%	36%	5%	0%	22%	21%	24%
Vigilância Sanitária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	11%	7%	2%
Concursos	40%	67%	40%	64%	5%	38%	11%	43%	38%
Licitações	40%	100%	80%	91%	68%	62%	56%	71%	71%
Cadastro de Fornecedores	20%	67%	20%	27%	37%	0%	33%	36%	30%
Balcão de Empregos	10%	100%	40%	36%	0%	0%	22%	7%	27%
Ouvidoria	80%	100%	100%	82%	79%	77%	78%	79%	84%
Totais	21%	67%	39%	37%	29%	20%	25%	27%	

O serviço de Ouvidoria¹⁰ mantém-se predominante, estando presente em 84% dos sítios pesquisados. Outros serviços interativos preferencialmente disponibilizados referem-se aos principais tributos municipais – ISS e IPTU – e às Licitações. Por outro lado, serviços interativos de Iluminação Pública, Habitação e Vigilância Sanitária, além de tributação Simples, são oferecidos por menos de 10% dos municípios em seus sítios oficiais. Volta Redonda, com 83%, Angra dos Reis, com 78%, Petrópolis e Rio das Ostras, com 72%, foram os únicos municípios a apresentar bom rendimento nesse estágio.

Em relação aos 37 quesitos resultantes da soma do estágio informativo e do interativo, o município que mais se destaca é Volta Redonda, com 92% de aproveitamento. Foram identificados sete sítios com aproveitamento igual ou superior a 70% – pela ordem, além de

10 - Ouvidoria, enquanto serviço, foi considerada como sendo qualquer canal de interação disponível ao internauta, incluindo o "Fale Conosco" e endereços de e-mail.

Volta Redonda, contam-se Petrópolis, Angra dos Reis, Macaé, Rio das Ostras, Barra do Piraí e Itatiaia. Outros 15 municípios – Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Mangaratiba, Piraí, Resende, São Gonçalo, Cantagalo, Nova Friburgo, Paraty, São Pedro da Aldeia, Armação dos Búzios, Maricá, São João da Barra, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis – ficaram na faixa de 50% a 69%; 42 sítios não atingiram 50%, enquanto 26 nem chegaram a 30%.

Em todos os estágios, há forte variância intrarregional, o que será objeto da análise a seguir.

A Região Serrana obteve desempenho semelhante ao de 2016, mantendo a 5^a colocação no estágio informativo e a 6^a no interativo. Todos os sítios oficiais foram avaliados.

No estágio informativo, Petrópolis se destacou mais uma vez, com 95% de aproveitamento. Cantagalo, com 79%, também teve bom desempenho. Na faixa regular, São José do Vale do Rio Preto registrou 68%, seguido de Teresópolis, com 63%, Bom Jardim e Nova Friburgo, com 58%. Apresentaram *performance* sofrível Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto, que pontuaram 47%, além de Trajano de Moraes, com 42%, e Macuco, com 37%. Cordeiro ficou com insuficientes 26%, ainda à frente de Carmo e Sumidouro, com 21%, e Duas Barras, com apenas 5%. Finanças Públicas, Legislação e Estrutura Administrativa dos municípios foram os temas mais tratados, presentes em 93% dos sítios da região. Nenhum, porém, pontuou no quesito Trabalho e Emprego.

Tabela 3: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Região Serrana – 2017

Municípios	Bom Jardim	Cantagalo	Carmo	Cordeiro	Duas Barras	Macuco	Nova Friburgo	Petrópolis	Santa Maria Madalena	São José do Vale do Rio Preto	São Sebastião do Alto	Sumidouro	Teresópolis	Trajano de Moraes	Serrana
Data da visita ao sítio oficial	27/3	30/3	31/3	17/5	17/5	24/5	1/6	6/6	13/6	20/6	20/6	21/6	21/6	22/6	
História do Município	1	1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	79%
Geografia	1	1				1	1	1	1	1	1		1	1	71%
Economia		1					1	1			1				29%
Finanças Públicas	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	93%
Cultura e Entretenimento							1	1			1		1	1	36%
Saúde	1	1						1		1					29%
Educação			1					1		1					21%
Meio Ambiente	1	1					1	1					1		36%
Infraestrutura								1		1					14%
Tributação	1	1	1					1	1	1	1	1			57%
Legislação	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	93%
Notícias	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	86%
Turismo		1					1	1	1				1	1	43%
Estrutura Administrativa	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	93%
Investimentos								1		1					14%
Políticas Públicas	1	1		1				1					1		36%
Trabalho e Emprego															0%
Trânsito	1	1				1		1	1	1					43%
Plano Diretor			1					1	1			1		1	36%
Percentual	58%	79%	21%	26%	5%	37%	58%	95%	47%	68%	47%	21%	63%	42%	

Quanto ao estágio interativo, os serviços de Ouvidoria foram os mais abordados, sendo oferecidos em 79% dos sítios visitados, enquanto tributação Simples, Saúde e Habitação permaneceram sem qualquer menção.

Petrópolis manteve o bom desempenho e a liderança regional, com 72% de aproveitamento. Nova Friburgo, com 56%, obteve resultado regular. Teresópolis, com 39%, e Cantagalo e São José do Vale do Rio Preto, com 33%, tiveram performance sofrível. Os demais municípios da região mostraram desempenho insuficiente. Santa Maria Madalena registrou 28%, seguida de São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes, com 22%, Bom Jardim e Macuco, com 17%, Carmo, com 11%, e Cordeiro, com 6%. Duas Barras não apresentou nenhum serviço neste estágio.

Tabela 4: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Região Serrana – 2017

Municípios	Bom Jardim	Cantagalo	Carmo	Cordeiro	Duas Barras	Macuco	Nova Friburgo	Petrópolis	Santa Maria Madalena	São José do Vale do Rio Preto	São Sebastião do Alto	Sumidouro	Teresópolis	Trajano de Moraes	Serrana
Data da visita ao sítio oficial	27/3	30/3	31/3	17/5	17/5	24/5	1/6	6/6	13/6	20/6	20/6	21/6	21/6	22/6	
IPTU		1				1	1	1	1	1	1		1	1	64%
ISS		1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	71%
ITBI							1	1							14%
Simples															0%
Processos				1			1	1					1		29%
Saúde															0%
Educação								1							7%
Habitação															0%
Iluminação Pública							1								7%
Água e Esgoto								1							7%
Transportes		1					1	1							21%
Obras e Meio Ambiente							1	1					1		21%
Vigilância Sanitária								1							7%
Concursos	1	1					1	1		1	1				43%
Licitações	1	1	1				1	1	1	1		1	1	1	71%
Cadastro de Fornecedores							1		1	1		1	1		36%
Balcão de Empregos								1							7%
Ouvidoria	1	1	1			1		1	1	1	1	1	1	1	79%
Percentual	17%	33%	11%	6%	0%	17%	56%	72%	28%	33%	22%	22%	39%	22%	

Para o estágio transacional, a pesquisa testou se os sítios municipais possibilitam a realização de cinco tipos de transações diferentes. Dos 90 municípios analisados, 78 apresentaram algum serviço transacional, correspondendo a 86% do total, com uma pequena redução de um ponto percentual em relação ao ano anterior.

A Nota Fiscal Eletrônica estava disponível em 73 sítios oficiais, com redução de um ponto percentual em relação ao ano anterior. Consulta Prévia/Alvará Provisório esteve presente em 34 municípios. Na sequência, aparecem Emissão de Certidão Negativa de Débito, com 20 incidências, e Educação/Matrícula *Online*, com nove registros. O serviço de Licitação e Pregão foi oferecido em apenas cinco municípios.

No estágio transacional, a Região Serrana caiu três pontos percentuais em relação ao ano passado, baixando à 5ª posição, empatada com o Norte Fluminense. O aproveitamento foi de 31%. Nova Friburgo disponibilizou quatro serviços; Cantagalo apresentou três; Bom Jardim, Macuco, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes, dois; e Cordeiro, Duas Barras, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis, um. Carmo e Sumidouro não ofereceram qualquer serviço.

Nota Fiscal Eletrônica, presente em 10 municípios, foi o quesito mais frequente.

Tabela 5: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Transacional – Região Serrana – 2017

Municípios	Consulta Prévia/Alvará Provisório	Licitação e Pregão	Nota Fiscal Eletrônica	Educação/Matrícula <i>on line</i>	Emissão de Certidão Negativa de Débito	Serrana	Data da visita ao sítio oficial
Bom Jardim	1		1			40%	27/3
Cantagalo	1	1	1			60%	30/3
Carmo						0%	31/3
Cordeiro			1			20%	17/5
Duas Barras			1			20%	17/5
Macuco	1		1			40%	24/5
Nova Friburgo	1		1	1	1	80%	1/6
Petrópolis	1				1	40%	6/6
Santa Maria Madalena			1			20%	13/6
São José do Vale do Rio Preto			1			20%	20/6
São Sebastião do Alto	1		1			40%	20/6
Sumidouro						0%	21/6
Teresópolis	1					20%	21/6
Trajano de Moraes	1		1			40%	22/6
Percentual	57%	7%	71%	7%	14%		

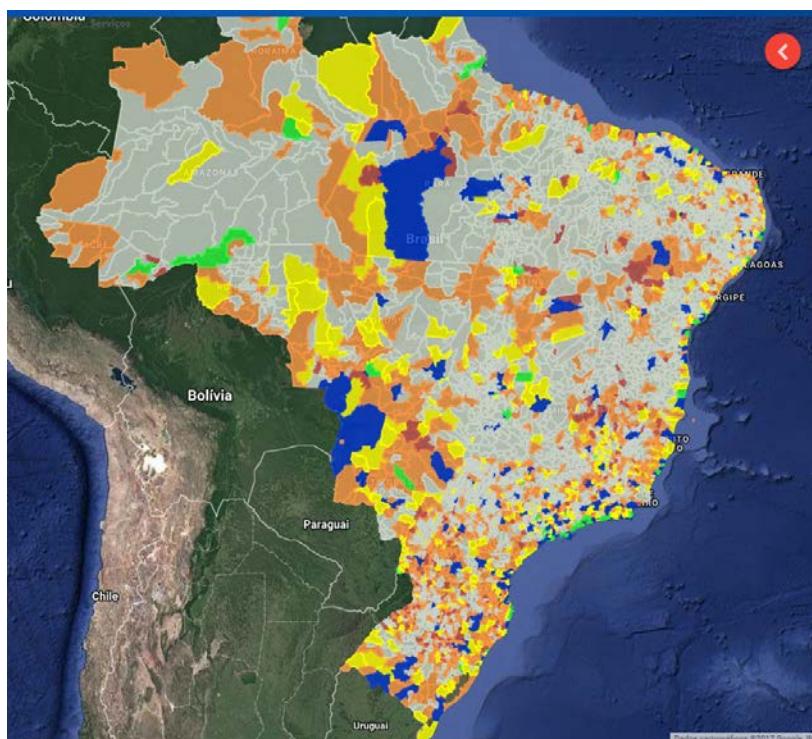
Enfatizamos que o principal objetivo do governo eletrônico é promover o acesso à informação e à prestação de serviços públicos através dos websites oficiais. Essa pesquisa tem por finalidade acompanhar o grau de participação das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro nesse processo de desburocratização eletrônica. Resta evidente que o uso dessa ferramenta é uma providência importante e irreversível no mundo moderno.

Turismo

O Ministério do Turismo, objetivando apoiar governos estaduais e municipais, disponibiliza na internet¹¹ um Mapa do Turismo Brasileiro, dinâmico e georreferenciado. Em sua última versão, de 2016, o mapa incluiu 2.175 municípios em todo território nacional, divididos em 291 regiões turísticas. A ferramenta pode ser utilizada para aprimorar a gestão do turismo, otimizar a distribuição de recursos e promover o desenvolvimento do setor.

Para confecção do mapa, foram consideradas quatro variáveis que refletem o desempenho da economia do turismo em cada localidade: número de empregos e de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, conforme a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, do Ministério do Trabalho e Emprego; e as estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais, a partir da pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe e do Ministério do Turismo.

Em comparação com a edição anterior, houve significativa redução do número de municípios categorizados, que alcançava 3.345 em 2013. Tal redução, conforme o Ministério do Turismo, deu-se por três principais motivos: não cumprimento dos critérios estabelecidos na portaria nº 205/2015, que prevê a atualização periódica do mapa; não envio de documentos comprobatórios; e entendimento do próprio município de que sua atividade econômica é outra e que atualmente não possui vocação turística ou possibilidade de cooperação com municípios turísticos.



Fonte: Ministério do Turismo

A categoria A, de cor verde no mapa, tem 51 municípios distribuídos pelo território nacional. Representa o conjunto dos municípios com maior fluxo turístico e maior número

11 - <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em 1/9/2017.

de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem. O grupo B, de cor azul, é integrado por 155 municípios brasileiros. O grupo C, de cor amarela, inclui 424 municípios. A maior concentração, de 1.219 municípios, refere-se ao grupo D. A categoria E reúne 326 municípios de menor fluxo de turistas e menos empregos formais no setor.

Os municípios fluminenses apresentam maior concentração na categoria D, que representa mais da metade do total mapeado, como se evidencia na tabela a seguir.

Tabela 6: Distribuição dos municípios fluminenses por categoria turística

Resumo da Seleção		
Categoria	Nº de Casos	% de Casos
A	5	7.14%
B	15	21.4%
C	22	31.4%
D	28	40.0%
E	0	0.00%
Total	70	100%

Fonte: Ministério do Turismo

Quando o foco recai sobre a região turística da Serra Verde Imperial, onde está situado Petrópolis, prepondera a categoria B.

Tabela 7: Categoria turística dos municípios da Região da Serra Verde Imperial

Municípios	categoria A	categoria B	categoria C	categoria D	categoria E
Cachoeiras de Macacu			X		
Guapimirim				X	
Nova Friburgo		X			
Petrópolis		X			
Teresópolis		X			

Fonte: Ministério do Turismo. Mapa Interativo da Categorização dos Municípios

O conjunto formado pela Região Metropolitana, a Costa do Sol, a Costa Verde, a Serra Verde Imperial, as Agulhas Negras e o Vale do Café é considerado estratégico para o desenvolvimento do turismo. Essas regiões apresentam produtos e roteiros já consolidados ou com potencial de rápida consolidação, com vistas à comercialização.

A Serra Verde Imperial destaca-se pelo aspecto paisagístico decorrente de remanescentes da mata atlântica e de formações rochosas exuberantes, como o pico Dedo de Deus, em Guapimirim. O parque nacional da serra dos Órgãos constitui uma

reserva florestal de grande potencial turístico, representando um atrativo especial para o excursionismo e para a prática de montanhismo.

Há grande oferta de meios de hospedagem. A região se destaca no ecoturismo e no turismo rural, além do turismo de negócios, feiras e convenções de pequeno e médio porte em Cachoeiras de Macacu, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

Aspectos culturais

O Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é um projeto realizado pela Secretaria de Estado de Cultura para mapear e divulgar as principais manifestações culturais dos municípios. Trata-se de um portal bilíngue na internet¹² contendo informações sobre espaços culturais, festas tradicionais e festivais de cultura, patrimônios materiais e imateriais, além de artistas, personagens e grupos locais. Alguns destaques em Petrópolis são os seguintes:

Patrimônio material

Palácio Rio Negro – São nove edificações, de épocas diferentes. Os edifícios principais são o palácio Rio Negro e o palacete Raul de Carvalho. O palácio foi construído em estilo eclético, em 1889, por encomenda do barão do Rio Negro. A partir de 1903, tornou-se a sede de veraneio dos presidentes da República, tendo hospedado 13, de Rodrigues Alves ao marechal Costa e Silva, em 1968, além de Fernando Henrique Cardoso, em 1996. Situado na Av. Koeler.



Confeitaria D'Angelo – Fundada em 1914, é um dos locais mais tradicionais da cidade, situado na Praça Dom Pedro. Atrai turistas com seus caramelos e amanteigados, além da tradicional torrada Petrópolis com chá ou chocolate.

Palácio de Cristal – Inaugurado em 1884. A estrutura pré-montada foi encomendada pelo conde d'Eu como um presente para sua esposa, a princesa Isabel. A construção é inspirada nos palácios de cristal de Londres e do Porto. Hoje, abriga exposições e eventos. Fica numa praça aberta ao público, com jardins e chafarizes.

Sesc Quitandinha – Construído em 1944, o palácio Quitandinha segue o estilo normando-francês, possuindo 50 mil metros quadrados em seis andares, divididos em 440 apartamentos e 13 grandes salões. A cúpula do Salão Mauá, onde funcionava o cassino, é a segunda maior do mundo, com 30m de altura e 50m de diâmetro, provocando um efeito acústico excepcional. Avenida Getúlio Vargas, Quitandinha.

Catedral São Pedro de Alcântara – Em estilo neogótico francês, é uma obra monumental que só foi concluída em 1939. No fundo do altar destacam-se as imagens em mármore do imperador Dom Pedro e da imperatriz Teresa Cristina, cujos restos mortais encontram-se na catedral. Ao lado deles estão as imagens e os restos mortais da princesa Isabel e seu marido, o conde D'Eu. A catedral abriga o maior órgão da América

12 - <http://mapadecultura.rj.gov.br/>. Última visita em 18 de agosto de 2017.

Latina. São 2.227 tubos, 33 registros e três teclados manuais. Cada folha da porta de entrada, metalizada, pesa nada menos que 2.400 kg. Da torre é possível apreciar a vista da cidade e os cinco sinos de bronze, fundidos na Alemanha, que pesam, em conjunto, nove toneladas. Rua São Pedro de Alcântara.

Relógio das Flores – O relógio, decorado com flores da estação, fica em frente à Universidade Católica de Petrópolis. Seu funcionamento é controlado de dentro do prédio da UCP. Rua Barão do Amazonas.

Igreja do Sagrado Coração de Jesus – Tem arquitetura neogótica e um acervo composto de esculturas, pinturas, painéis, murais, vitrais, lustres, objetos de porcelana, mobiliário e tapeçaria. O coral dos Canarinhos de Petrópolis se apresenta em missas na igreja. Rua Montecaseros.

Trono de Fátima – O monumento foi projetado por Heitor da Silva Costa e a pintura da capela é de autoria de Carlos Oswald, ambos também responsáveis pelo desenho do Cristo Redentor. A imagem de Nossa Senhora de Fátima foi esculpida na cidade de Pietrasanta, na Itália. A forma da rotunda é em estilo clássico, inspirado no Panteon de Agripa, em Roma. Rua Padre Moreira, Valparaíso.

Igreja Luterana – Datada de 1862, é o templo religioso mais antigo da cidade, erguido com a ajuda de colonos alemães. Avenida Ipiranga.

Igreja Nossa Senhora do Rosário – A primeira capela de Nossa Senhora do Rosário foi inaugurada em 1883. Com o passar dos anos, o templo histórico foi se deteriorando e, em 1953, foi lançada a pedra fundamental da nova igreja. Praça da Inconfidência.

Igreja de Santa Catarina – Ao lado do colégio Santa Catarina, foi inaugurada em março de 1922 para uso das religiosas, de origem polonesa. Em estilo gótico, tem como uma das atrações a representação da via sacra nas paredes, além do altar de mármore com adornos de bronze. Rua Montecaseros.

Patrimônio imaterial

Grupos de Danças Folclóricas Germânicas – São nove grupos de tradições germânicas em atividade em Petrópolis, cada um com sua rainha e seus trajes típicos, inspirados em regiões da Alemanha e da Áustria. As apresentações são aos sábados e domingos, no Museu Imperial, além da Bauernfest, a festa do colono alemão, em junho.

Meninas Cantoras de Petrópolis – Fundado há 35 anos, tanto faz shows populares em espaços ao ar livre como se apresenta ao lado de orquestras interpretando música sacra, oratórios e coros de óperas.

Coral das Meninas dos Canarinhos de Petrópolis – O coral foi criado como um desdobramento dos Canarinhos de Petrópolis. O grupo participa a cada 15 dias da missa das 10h na igreja do Sagrado Coração de Jesus, revezando com o coral masculino. Costuma se apresentar em festivais, congressos e outros eventos.

Fabricação de Cerveja – Petrópolis era uma das cidades com maior registro de cervejas artesanais na época do Império. Graças à colonização alemã, na cidade havia grupos e casas tradicionais que produziam suas próprias cervejas. A Bohemia, de 1853, é a cerveja com fábrica própria mais antiga do Brasil. Em 2012, a empresa abriu um grande

complexo, com área de exposição de 7 mil metros quadrados, incluindo 20 ambientes. O museu conta com modernos recursos audiovisuais e os visitantes acompanham todo o processo de fabricação da cerveja, além de poderem experimentar a bebida.

Agenda

Roda Cultural do CDC – Através de batalhas de rima, grafites, versos de improviso, poesias, malabarismos e som ao vivo, a Roda Cultural do CDC mantém viva a cultura hip hop. Criada em 2007 pelo grupo Nação Hip Hop, acontece semanalmente nos jardins do Centro de Cultural Raul de Leoni.

Arte Garagem – Realizado durante o Festival de Inverno, nos meses de junho e julho, o evento apresenta exposições de pinturas, esculturas e instalações de 20 artistas petropolitanos.

Solstício do Som – É um festival independente de arte espontânea que acontece semestralmente. Participam bandas e artistas locais. A programação inclui esquetes teatrais, apresentações de dança, poesia, etc. Em junho e dezembro, na Praça da Liberdade (Praça Rui Barbosa).

Bauernfest – O evento é realizado entre junho e julho. Dura em torno de 10 dias e tem como objetivo o resgate da memória e das tradições alemãs. A Bauernfest acontece no Palácio de Cristal e arredores, com mais de 30 barraquinhas de comidas típicas da culinária germânica, como salsinhas, embutidos de carne de porco, chucrute e strudel. Também há apresentações de dança folclórica e música alemã. Rua Alfredo Pachá.

Festival de Inverno da Dell'Arte – Acontece nas duas primeiras semanas de julho, quando mais de 40 eventos movimentam Petrópolis e Itaipava. A programação traz apresentações de música clássica, balé e corais nos principais pontos turísticos da cidade, como o Theatro Dom Pedro, a catedral São Pedro de Alcântara, a Praça da Liberdade e o Museu Imperial.

Festival de Inverno do Sesc Rio – Leva a Petrópolis um panorama da MPB, apresentações de teatro e dança, exposições, atividades ao ar livre e palestras. Os espetáculos acontecem no Sesc Quitandinha, no palácio de Cristal e em outros pontos da cidade. Em julho.

Serra Serata – A festa italiana acontece na semana do dia 7 de setembro, durante cinco dias. Em homenagem à imigração, há shows, danças folclóricas e um festival gastronômico, transformando a Praça da Liberdade numa *piazza* italiana. O centro de cultura Raul de Leoni promove a exibição de filmes produzidos na Itália.

Clic! Petrópolis – A Sociedade Petropolitana de Fotografia – Sopef promove o festival em novembro, com exposições, palestras, passeios, projeções e oficinas, envolvendo o Museu Imperial, a casa de Claudio de Souza, o palácio de Cristal, o centro cultural Fase-FMP, shoppings e o Senac. O evento é programado para acontecer no mesmo período do festival gastronômico Petrópolis Gourmet.

Bunka-Sai – O Festival da Cultura do Japão acontece em agosto, com apresentações teatrais, exposições, workshops, exibição de filmes e demonstrações de *shiatsu*, *bon-odori* (dança folclórica japonesa), *taiko* (percussão), *budô* (artes marciais),

cerimônia do chá, mangá e *cosplay* de anime (fantasias de desenho animado). Ocupa a Praça Visconde de Mauá, o centro de cultura Raul de Leoni e o Museu Imperial. Na Praça Visconde de Mauá, além de apresentações, há um espaço gastronômico com quatro restaurantes que servem comida japonesa.

Natal Iluminado – Acontece de 26 de novembro a 23 de dezembro, com mais de 245 eventos gratuitos em toda a cidade, entre concertos, apresentações de corais e orquestras e shows de bandas, além de apresentações de autos de Natal e peças teatrais. Os desfiles natalinos chamados de paradas de luz atravessam a Rua do Imperador com fantasias, alegorias e carros alegóricos temáticos, elaborados por artistas petropolitanos.

Weihnachtsmarkt – Em dezembro, mais de 50 artesãs vestidas com trajes típicos germânicos expõem seus trabalhos no jardim do palácio de Cristal, onde são montadas barraquinhas com os nomes das cidades e aldeias de origem dos primeiros colonos petropolitanos, que chegaram em 1845: Kisselbach, Bingen, Ingelheim, Loos, Koblenz, Bacharach, etc. No mesmo período, acontece a feira de artesanato da Praça da Liberdade, que reúne os trabalhos de outras associações de artesãos locais.

Espaços culturais

Theatro Dom Pedro – É o mais antigo da cidade e funciona desde 1933. Com capacidade para 500 pessoas, divididas entre plateia, segunda plateia e camarotes, recebe peças e shows. Destaca-se pela fachada art-déco e interior eclético, misturando os estilos geométrico, mitológico e futurista. Praça dos Expedicionários.

Museu Casa de Santos Dumont – A casa foi desenhada e planejada pelo inventor para ser sua residência de verão. O museu é um chalé do tipo alpino francês com peculiaridades como uma das últimas invenções de Santos Dumont: o chuveiro com água quente, o único do Brasil àquela época, aquecido a álcool. A casa chama atenção pela arquitetura, que dispensa as divisórias entre os cômodos, e conta com um observatório no telhado, onde o inventor passava horas observando as estrelas. Rua do Encantado.

Casa de Stephan Zweig – O escritor e sua segunda mulher, Lotte, moraram cinco meses na casa, depois que deixaram a Europa fugindo do nazismo. Lá, o casal cometeu suicídio, num pacto de morte, em fevereiro de 1942. O espaço compreende um acervo físico, com objetos pessoais e relativos às obras do autor. Rua Gonçalves Dias, Valparaíso.

Centro de Cultura Raul de Leoni – O prédio de três andares, em concreto e vidro fumê, conta com o teatro Afonso Arinos, de 150 lugares, onde acontecem apresentações de teatro, música e dança. Também funciona no prédio a biblioteca municipal Gabriela Mistral, com grande acervo raro e publicações em braile. O cine Humberto Mauro, com 56 lugares, exibe programação gratuita de filmes nacionais e internacionais. Já na sala de música Guiomar Novaes acontecem os ensaios do Coral Municipal de Petrópolis e as aulas de música e dança. As três salas de exposição – as galerias Djanira, Van Dijk e Aloysio Magalhães – e o chamado espaço alternativo, no corredor, recebem exposições de artes plásticas durante todo o ano. Há também duas salas multiuso. Praça Visconde de Mauá.

Museu Imperial – Ocupa o Palácio Imperial, residência de verão do imperador D. Pedro II e um de seus locais preferidos. Possui o principal acervo do país relativo ao

Império Brasileiro, em especial o Segundo Reinado. Entre os aproximadamente 300 mil itens estão peças emblemáticas, como a coroa do imperador e a pena usada pela princesa Isabel para assinar a Lei Áurea. Um espetáculo de som e luz utiliza efeitos especiais para reviver fatos marcantes do século XIX e da história brasileira. Já o projeto Um Sarau Imperial é uma dramatização que dá vida a personagens históricos como a princesa Isabel. Conta ainda com o Cine Teatro, onde são realizados cursos, palestras, projeção de filmes, debates e concertos. Rua da Imperatriz.

Museu Casa do Colono – Localizada no quarteirão Castelânea, a construção lembra a cidade de Kastellaum, na região alemã de Hunsrück, local de origem de várias famílias que emigraram e se instalaram em Petrópolis. A casa foi erguida em 1847 e conta a história da colonização alemã. Em seu acervo, guarda utensílios domésticos, fotografias e objetos pessoais usados pelos imigrantes pioneiros. Rua Cristóvão Colombo.

Museu de Cera de Petrópolis – Inaugurado em 2011, está instalado em um casarão do início do século XX, com estilo neocolonial espanhol. Os dois andares abrigam figuras de cera representando personagens reais ou da ficção, como o cientista Albert Einstein, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou Jack Sparow, do filme Piratas do Caribe. Rua Barão do Amazonas.

Casa da Ipiranga – A mansão Tavares Guerra, ou Casa da Ipiranga, data do período imperial. Construída no estilo Queen Vitória, em 1884, mantém até hoje a decoração original e o jardim como foi projetado por Augusto Glaziou. Chamada de a “Casa dos Sete Erros”, devido a sua fachada que engana com sua falsa simetria, possui acervo com pinturas, murais, mobiliário e utensílios da época. Oferece programação diversificada, com workshops, concertos, peças teatrais e exposições de artistas da região. A antiga cocheira, também preservada em estado original, abriga atualmente o restaurante Bordeaux. Rua Ipiranga.

Casa Cláudio de Souza – Localizada na Praça da Liberdade, foi construída no fim do século XIX. Cláudio Justiniano de Souza (1876-1954) foi um importante escritor e dramaturgo brasileiro, que presidiu a Academia Brasileira de Letras em duas ocasiões, 1938 e 1946. A edificação abriga as sedes do Instituto Histórico de Petrópolis, da Academia Brasileira de Poesia – Casa de Raul de Leoni, da Academia Petropolitana de Letras e da Academia Petropolitana de Educação. No espaço, existe também uma exposição permanente de móveis e fotografias, a biblioteca particular do escritor (aberta ao público para consulta) e uma galeria para exposições temporárias. Também são realizadas leituras, peças teatrais e eventos musicais.

Casa de Cultura Cocco Barçante – Aconchegante galeria de arte que valoriza o trabalho de artesãos fluminenses, alternando exposições e vendas de peças de grupos de produção locais, como ONG Criola (Petrópolis), Bordando o Futuro (Itaperuna), Marias Maré (Rio de Janeiro), Arte e Mão (Três Rios) e Nós do Ponto Chic (Nova Iguaçu), entre outros. O espaço abriga ainda o Museu do Artesanato, com o objetivo registrar a tradição e as técnicas relevantes do artesanato fluminense.

Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral – Fundada em 1871, possui 150 mil títulos. É considerada a terceira biblioteca mais importante do estado, pela sua diversidade de acervos e pela frequência de visitantes (cerca de 80 mil leitores por ano). Praça Visconde de Mauá.

Centro Cultural do Parque Municipal – O centro cultural Peter Brian Medawar, no Parque Municipal de Petrópolis, possui uma sala de exposições dedicada a obras de artistas locais e uma sala de leitura. O parque é a maior área de lazer do município. Na estrada União-Indústria, Itaipava.

Teatro do Quitandinha – Localizado no palácio do Quitandinha, o teatro possui três palcos giratórios com balcões, camarotes e completas instalações cênicas. Tem capacidade para duas mil pessoas. Administrado pelo Sesc, é usado principalmente para espetáculos de teatro, música e dança e abriga o Festival de Inverno, em agosto.

Biblioteca do Museu Imperial – É especializada em história, principalmente a do Brasil no período imperial. Conta com 50 mil títulos aproximadamente, sendo 8 mil obras raras, organizados em seis grandes coleções. Rua da Imperatriz.

Ponto de Leitura Joana Marchiori – A biblioteca tem mais de mil títulos de literatura infantil, juvenil, romances, dicionários e enciclopédias.

Centro Cultural Celina de Oliveira Barbosa – O espaço foi inaugurado em 2009 na antiga estação de trem de Pedro do Rio. No segundo andar, a Sala de Artes Lan abriga exposições, shows e sessões de cinema. O centro cultural também abre seu espaço para o projeto Mais Educação (com hip hop e tênis de mesa). Rua Capitão José Leal.

Centro Cultural Estação Nogueira – Localizado em antiga estação de trem, possui uma sala com a história do bairro, uma sala de leitura, um auditório para shows e peças de teatro e um espaço para exposição temporária de pinturas e artesanato regionais. Av. Leopoldina.

Museu da FEB – Abriga exposição de fotos, uniformes e objetos que pertenceram aos pracinhas que lutaram na Itália durante a 2ª Guerra Mundial. São 673 peças em exposição, sendo 478 fotos e documentos e 195 objetos, dispostos em três salas. O museu só pode ser visitado por intermédio de veteranos, pois as visitas são agendadas. Av. Koeler.

Biblioteca do Instituto Teológico Franciscano – O acervo da biblioteca tem 130 mil livros dispostos em quatro andares. Rua Coronel Veiga.

Biblioteca Tristão de Athayde – Fundada em 1983, a biblioteca que pertenceu ao escritor Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, possui rico acervo de 18 mil obras. Tem também um arquivo, com quase 32 mil documentos datados de 1908 a 1983, com destaque para as correspondências entre o escritor e figuras de renome como Mario de Andrade e Oswald de Andrade. Rua Mosela.

Auditório do Colégio Santa Isabel – Com capacidade para 400 pessoas. A edificação, de estilo neoclássico, data do século XIX. Rua do Imperador.

Teatro da Escola de Música Santa Cecília – Inaugurado em 1955, com capacidade para 600 pessoas. Rua Marechal Deodoro.

Cineclube do Ceac – Reúne cinema, degustação de vinho e debates sobre os filmes exibidos, com foco no chamado cinema de arte. Shopping Villagio Valparaiso, na Rua Visconde do Uruguai.

Centro Cultural da Fase-FMP – É composto pela Casa Hercílio Esteves e pelo Teatro Sala Arthur Sá Earp Neto. Na Casa Hercílio Esteves são realizadas exposições,

projeções de vídeo, apresentações, cursos, palestras e atividades musicais, entre outras atrações gratuitas. O Teatro Sala Arthur Sá Earp Neto tem capacidade para 300 pessoas. Av. Barão do Rio Branco.

Biblioteca da Universidade Católica de Petrópolis – A biblioteca funciona junto ao conjunto de prédios da universidade e é especializada em linguística. A maior parte do acervo é acadêmica. Rua Benjamim Constant.

Teatro Mariano – Pertence à Congregação Mariana, tem capacidade para 200 pessoas e pode ser alugado para eventos. Rua Frei Rogerio.

Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha – Fica em um imponente castelo, todo construído em pedras aparentes. O museu tem hoje um acervo de mais de 3 mil armas, entre baionetas, canhões portugueses, armamento militar diverso e até exemplares de ferramentas de guerra indígenas. Rua Ferreira da Cunha, Duques.

Cine Arte Bauhaus – Localizado dentro do Shopping Bauhaus, possui duas salas. Rua Dr. Nelson de Sá Earp.

Cine Itaipava – Além da sala de cinema, o espaço conta com livraria e cafeteria. No shopping Estação Itaipava, estrada União e Indústria.

Top Cine Hipershopping ABC – Com duas salas de exibição, na Rua Teresa.

Top Cine Mercado Estação – Com três salas de exibição. Rua Paulo Barbosa.

Destaques

Serenata Imperial – O grupo, criado em 1997, conta com 15 cantores e cinco instrumentistas. Apresenta-se no Palácio de Cristal toda última quinta-feira do mês.

Acerva Petrópolis – O grupo conta com 18 sócios, produtores artesanais de cerveja. A sede funciona em Araras, onde há estrutura para a produção de até 80 litros por vez, e armazenamento em garrafas e barris de 20 litros. Amantes da bebida, os confrades têm duas reuniões mensais fixas no Bar do Barata, para experimentar o que cada um produz.

Canarinhos de Petrópolis – Na igreja do Sagrado Coração de Jesus, um espetáculo quase angelical: 60 “canarinhos” cantam na mais perfeita harmonia. Os Canarinhos de Petrópolis têm mais de 70 anos e é o coral de meninos mais antigo e mais famoso do Brasil. O repertório vai do canto gregoriano à música popular brasileira, com ênfase na música sacra. O coral se apresenta a cada 15 dias na missa das 10h.

Clube Musical Euterpe – Fundada em 1901 por um grupo de ferroviários amantes da música, a banda já recepcionou vários presidentes da República em Petrópolis e esteve presente na comemoração do centenário de D. Pedro II na cidade. Tem cerca de 30 integrantes e possui um repertório de música clássica e popular. Rua Teresa, Alto da Serra.

Clube Musical 1º de Setembro – Fundada em 1º de setembro de 1910, a Banda de Música de Cascatinha, como é conhecida em Petrópolis, participa dos festegios religiosos e oficiais, além de fazer apresentações em diversos municípios fluminenses, contando atualmente com cerca de 30 componentes. Rua Hivio Maliato, Cascatinha.

Grupo TEP – O Teatro Experimental Petropolitano é o grupo mais antigo em atuação. A primeira apresentação foi na noite de 20 de maio de 1956. A sede é na Escola

de Música Santa Cecília, e os atores estão sempre fazendo parcerias com artistas de outras companhias da cidade.

Templo Lo Han Ssu – O Centro de Tradições Orientais foi criado em 1982 e é o único templo budista vietnamita do Brasil. Mantém práticas diárias de artes marciais, meditação e orações. Travessa Professor José Maria de Mello, Valparaíso.

Cia Flamencos de mi Sierra – Criada em 2009, é composta por 12 integrantes apaixonados pela cultura espanhola, todos moradores de Petrópolis. Os espetáculos misturam dança, canto, teatro, literatura e cinema.

Grupo Dália – O Núcleo de Danças Orientais de Petrópolis surgiu em 1996, para promover a dança do ventre. O grupo hoje conta com 20 bailarinas e se apresenta em festas e espetáculos nos teatros da cidade.

Terreiro Cultural – Mantido pela ONG Comando da Paz, promove oficinas de contação de história, capoeira, dança (ballet, dança moderna e contemporânea e jazz) e teatro. Há ainda uma oficina de gestão cultural compartilhada. O Terreiro Cultural monta periodicamente espetáculos.

Serra Velha Quarteto – Formado por experientes músicos petropolitano, é um grupo de jazz que tem por proposta revigorar a *jazz fusion* com um toque contemporâneo.

Confraria da Poesia Informal – Criado em 2011, é um grupo literário que reúne poetas e amantes da poesia. Através das redes sociais, os membros da CPI, como o coletivo é chamado, trocam poemas e organizam saraus mensais com declamações, jogos e varais de poesia na praça Dom Pedro ou no Estúdio S de Música, no bairro de Quissamã.

Independência é Arte – Uma iniciativa da Cia Teatral Língua de Trapo, grupo de teatro petropolitano que se dedica ao estudo e pesquisa sobre o imaginário cultural brasileiro. Oferece aulas de teatro, música e inclusão digital (técnicas de gravação em estúdio), com foco na mescla de técnicas de canto coral e linguagem corporal teatral.

III - SUSTENTABILIDADE

A Agenda 2030 reúne os três pilares da sustentabilidade: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social.

Na agenda, a ser cumprida globalmente, estão definidos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas, com temas diversos: erradicação da pobreza; segurança alimentar e agricultura; bem-estar e vida saudável para todas as idades; saúde; educação; igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; universalização da água limpa e saneamento; energia acessível e limpa; crescimento econômico; infraestrutura e industrialização inclusiva e sustentável; redução das desigualdades nos países e entre eles; cidades resilientes e sustentáveis; padrões de produção e consumo sustentáveis; combate à mudança do clima e seus impactos; proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres; governança; e parcerias entre os países.

Para orientar o planejamento das cidades, o ODS 11 apresenta metas específicas nas áreas de mobilidade urbana, resiliência e redução de desastres, como demonstrado no quadro abaixo:

Metas do ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	
Mobilidade urbana	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos (11.2)
Resiliência	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que tenham políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres, desenvolvendo e implementando o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis de acordo com o Marco de Sendai, que visa aumentar a resiliência das nações e das comunidades frente às ameaças naturais, reduzindo as perdas tanto em termos de vidas humanas quanto de bens sociais, econômicos e ambientais das comunidades e dos países (11.5)
Redução de desastres	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade (11.b)

Esses temas serão estudados neste capítulo a partir dos dados disponibilizados no levantamento anual (ciclo 2017) para composição do Índice de Desempenho da Gestão Municipal – IEGM, um instrumento de mensuração da eficácia das políticas públicas municipais que vem sendo aplicado pelo TCE-RJ, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento do tribunal, junto a 91 municípios fluminenses¹³.

13 - O IEGM proporciona uma visão sobre a gestão municipal em sete dimensões estratégicas: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação. Os resultados por municípios podem ser consultados no sítio <http://iegm.irbcontas.org.br/>.

Mobilidade urbana

As políticas de uso e ocupação do solo devem promover a formação de cidades mais compactas e sem vazios urbanos, onde a dependência dos deslocamentos motorizados seja minimizada, atendendo assim à Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, cujo objetivo é melhorar e tornar mais acessíveis os diferentes modos de transporte, proporcionando maior mobilidade de pessoas e cargas no país.

Segundo dados do Ministério das Cidades¹⁴, as altas taxas de urbanização e a dispersão territorial são problemas que elevam as distâncias e o tempo dos deslocamentos diários, tornando a população cada vez mais dependente dos sistemas de transporte.

A Política de Mobilidade Urbana deve estar alinhada às demais políticas setoriais, como saneamento básico e gestão do uso do solo, como forma de se estabelecer um programa completo, em que toda a infraestrutura urbana esteja adequadamente resolvida e interligada como um único organismo, consoante previsto no inciso I do art. 6º da lei.

A Lei de Mobilidade Urbana torna possível que ações e investimentos das prefeituras que contrariem as diretrizes fixadas na lei sejam contestados pela sociedade (art. 15). A participação popular promove o diálogo com os gestores sobre eventuais problemas operacionais ou estruturais da rede de transporte, podendo resultar em decisões mais consensuais, céleres e efetivas. A interlocução se dá através de órgãos colegiados, ouvidorias, audiências e consultas públicas, além dos conselhos municipais de transporte.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea afirma que a participação popular, aliada ao engajamento do poder público municipal, poderá garantir a sustentabilidade nas cidades, com a redução dos congestionamentos e da poluição do ar e a melhoria da qualidade dos serviços de transporte¹⁵.

A Lei de Mobilidade Urbana determina que os municípios com população acima de 20 mil habitantes elaborem o Plano de Mobilidade Urbana (PMU) como requisito para acesso a recursos federais destinados a investimento no setor¹⁶.

Petrópolis dispõe de Plano de Mobilidade Urbana, estando no rol dos 19 municípios fluminenses participantes da pesquisa do IEGM que se encontram nesta condição.

Proteção das cidades

Ações municipais de proteção e defesa civil são avaliadas pelo IEGM a partir da dimensão de proteção das cidades (I-Cidade), com apresentação de indicadores

14 - A Nova Lei de Diretrizes da Política de Mobilidade Urbana. Caderno de referência para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Comunicado IPEA. 2015.

15 - Idem.

16 - A Medida Provisória nº 748, de 11/10/2016, estabelece o prazo de abril/2019 para que os municípios elaborem seus planos de mobilidade urbana e para que estes sejam integrados ao plano diretor municipal existente ou em elaboração. Encerrado o prazo, os municípios ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência estabelecida na lei.

referentes ao planejamento municipal com vistas à proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres.

O assunto faz parte da pauta global: o protocolo internacional denominado Marco de Sendai¹⁷, do qual faz parte o governo brasileiro, visa a aumentar a resiliência das nações e das comunidades frente às ameaças naturais, reduzindo as perdas tanto em termos de vidas humanas quanto de bens sociais, econômicos e ambientais das comunidades e dos países. Aplica-se a riscos de causa natural ou humana, bem como aos riscos e perigos ambientais, tecnológicos e biológicos.

Os Estudos Socioeconômicos, na edição de 2012, apresentaram dados sobre a sazonalidade, recorrência dos desastres naturais e vulnerabilidade municipal às variações climáticas, visando subsidiar os processos decisórios dos gestores, tendo em vista que os desastres naturais exigem ações governamentais prioritárias que promovam políticas públicas de prevenção de riscos.

Na ocasião, havia sido promulgado o Estatuto da Proteção Civil (Lei Federal 12.608/12), que estimula os municípios a investirem em ações de prevenção e incorporação dos riscos no planejamento e na gestão territorial, sobretudo aqueles mais vitimados pelos desastres climáticos ou com maior grau de vulnerabilidade.

A Lei 12.608, que alterou o Estatuto das Cidades, amplia o universo dos municípios obrigados a elaborar seus planos diretores, passando a incluir aqueles que estão inseridos em cadastro nacional, arrolados como estando situados em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Conforme dados do IEGM, Petrópolis possui mapeamento de ameaças potenciais para inundações, áreas de ocupação clandestina e loteamentos em situação de risco¹⁸.

O Departamento Geral de Defesa Civil – DGDEC-RJ, vinculado à Secretaria de Defesa Civil, elaborou um mapa das ameaças climáticas que identifica e hierarquiza perigos climatológicos nos municípios fluminenses, a partir da classificação e codificação brasileira de desastres (Cobrade, de 2012), que estabelece classes de acidentes: naturais (geológico, hidrológico, meteorológico, climatológico e biológico) e tecnológicos (substâncias radioativas, produtos perigosos, incêndios urbanos, obras civis e transporte de passageiros e cargas não perigosas).

O levantamento, realizado entre 2012 e 2014, identificou 276 ameaças tecnológicas no estado, além de 460 ameaças naturais, totalizando 736 itens. Os deslizamentos de terra são a principal ameaça natural em território fluminense.

Segundo o mapeamento, Petrópolis tem como riscos de maior intensidade os seguintes acidentes, por ordem de prevalência:

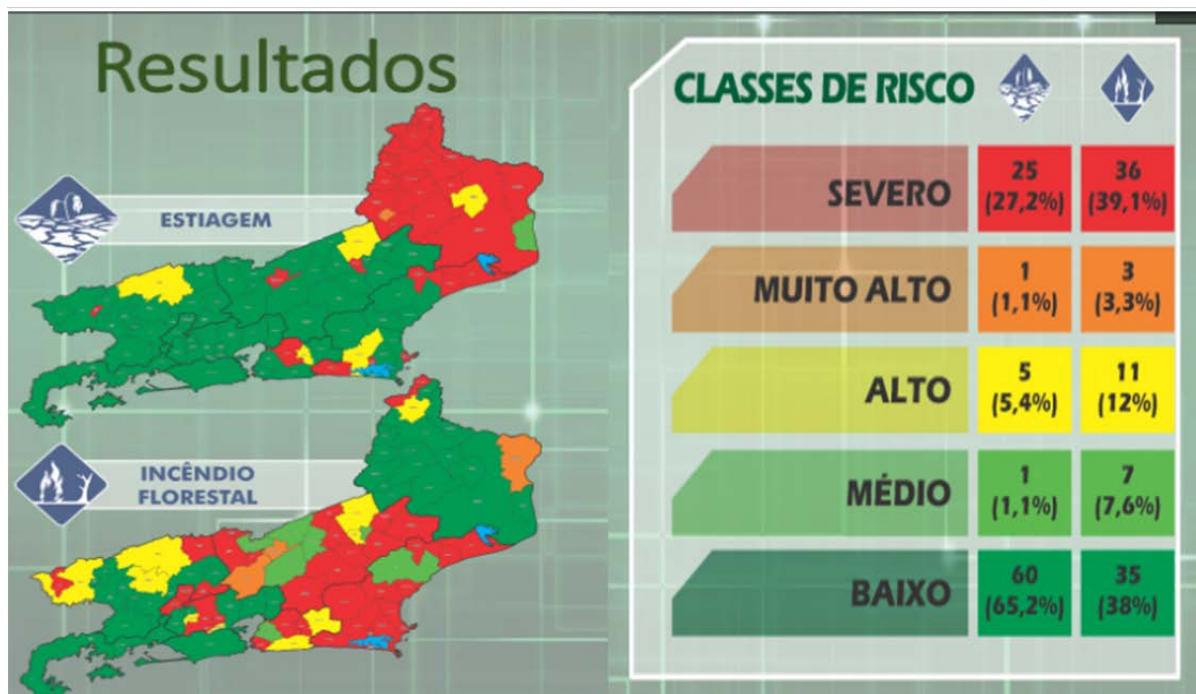
17 - O Marco de Sendai foi adotado no dia 18/03/2015 pelos representantes de 187 estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) que se reuniram para a 3ª Conferência Mundial para a Redução do Risco de Desastres (WCDRR), realizada na cidade de Sendai, no Japão.

18 - Questionário I-Cidades, quesito 11: O município possui ameaças potenciais mapeadas para inundações, secas, barragens de água, áreas de ocupação clandestinas, lixões, loteamentos em situação de risco, barragens de rejeito de mineração? Levantamento em 12/07/2017. Dados abertos disponíveis no <http://iegm.irbcontas.org.br/>.



Natural	geológico	Deslizamentos de solo e/ou rocha, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume.
	hidrológico	Inundações. Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas.
	geológico	Quedas, tombamentos e rolamentos (blocos). São movimentos de blocos formados de materiais rochosos diversos e de volumes variáveis.
	climatológico	Incêndio florestal. Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação situada em áreas legalmente protegidas.
	meteorológico	Vendaval. Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.

A partir do mesmo estudo, foram classificadas as áreas de risco no estado para as estiagens e incêndios florestais, acidentes cada vez mais recorrentes no Brasil e no mundo, apontados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) como consequência das mudanças climáticas.



<https://www.mindmeister.com/pt/376772296/mapa-de-amea-as-naturais-do-estado-do-rio-de-janeiro-2014>

A estiagem produz efeitos diretos nas atividades socioeconômicas. Ao afetar as reservas hidrológicas, prejudica a agricultura e a pecuária. A seca, por sua vez, para ser considerada como desastre, deve interferir no sistema hidrológico de forma que altere o sistema ecológico, econômico, social e cultural.

Os incêndios florestais relacionam-se com a intensa redução da precipitação hídrica e ocorrem com maior frequência nos períodos de estiagem e seca. Os campos e ambientes antropizados são os mais sujeitos a ocorrência e propagação de incêndios.

A partir do mapa acima, percebe-se que os municípios das regiões Norte e Noroeste do estado são mais suscetíveis a estiagens, com risco severo para este tipo de acidente. Tal observação se coaduna com a edição de 2012 dos Estudos Socioeconômicos, que apontou o registro de situações de emergência¹⁹ pelo mesmo motivo no período entre 1991 e 2010.

A edição de 2015 dos Estudos, por sua vez, destacou o impacto da crise hídrica que atingiu fortemente o estado, em especial os municípios das regiões Norte e Noroeste, onde a falta d'água gerou prejuízos na agricultura, pesca, pecuária de corte e leiteira, no ano de 2014.

O planejamento é um fator decisivo para antecipar os problemas e intensificar as ações emergenciais, sobretudo em serviços essenciais à população.

A pesquisa IEGM²⁰ aponta que Petrópolis encontra-se no rol dos 35 municípios que informaram ter elaborado plano de contingenciamento para períodos de estiagem, com ações para provisão de água potável prioritariamente para as redes municipais de ensino e de atenção básica, com fornecimento através de caminhão pipa.

Saneamento básico

De acordo com a Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB (Lei Federal nº 11.445/2007), saneamento básico é um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

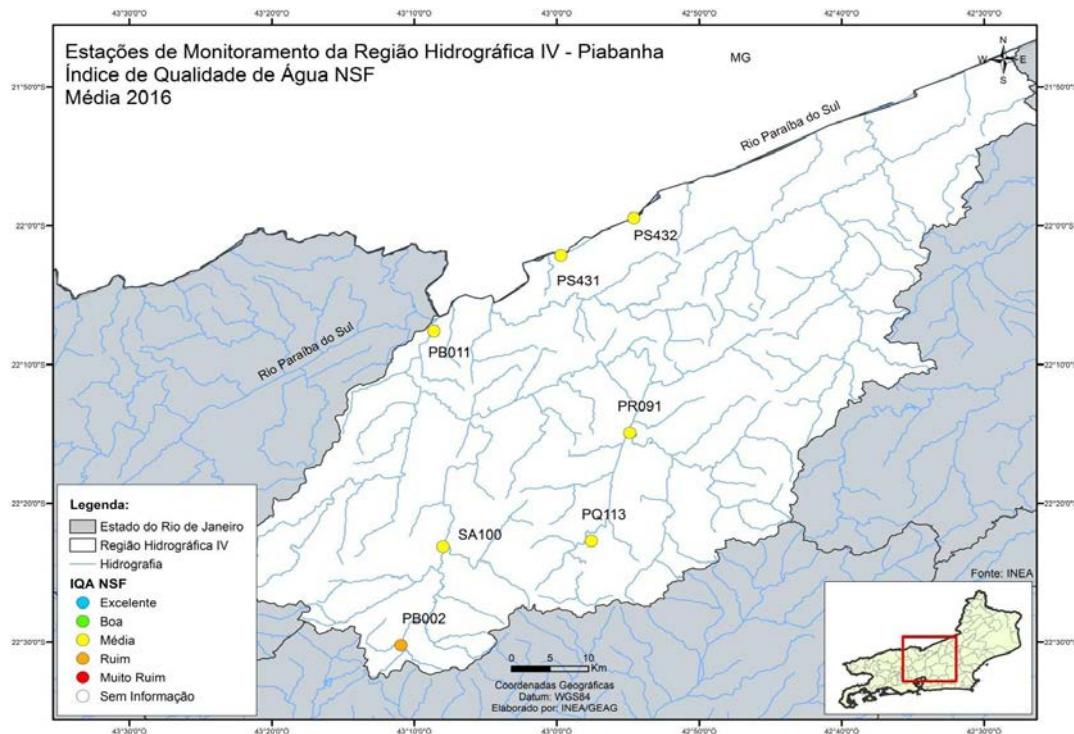
O mapa a seguir apresenta a média anual, em 2016, resultante do monitoramento dos corpos de água doce da Região Hidrográfica IV – Piabanha, onde está situado Petrópolis, a partir da aplicação do Índice de Qualidade de Água – Iqansf²¹, calculado pelo Instituto Estadual do Ambiente – Inea.

A água da maior parte dos pontos de coleta no município estava apropriada para tratamento convencional visando ao abastecimento público. No mapa, a cor amarela expressa esta condição, enquanto o ponto marcado em laranja refere-se a águas impróprias para tratamento convencional, sendo necessários procedimentos mais avançados.

19 - Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991/2010. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis. Ceped. UFSC. 2011. In Estudos Socioeconômicos – edição 2012, capítulo especial: Mudanças do Clima e Vulnerabilidade.

20 - Participaram 83 municípios fluminenses no questionário I-Amb, quesitos de nº 14 a 16, na data de 12/07/2017. Dados abertos disponíveis no <http://iegm.irbcontas.org.br/>.

21 - Este índice consolida em um único valor diversos parâmetros como oxigênio dissolvido, turbidez, sólidos dissolvidos, temperatura da água e coliformes, entre outros.



Fonte: Boletim Consolidado de qualidade das águas da RH IV. Inea. 2016.

Em relação aos resíduos sólidos, os municípios fluminenses, em sua maior parte, fazem parte de arranjos regionais²² ou consórcios públicos, consoante a Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB (Lei Federal nº 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei Federal nº 12.305/2010). Esses modelos preveem o compartilhamento de serviços ou atividades de interesse comum, permitindo maximizar os recursos humanos, infraestrutura e recursos financeiros existentes em cada um deles, de modo a gerar economia de escala.

Segundo dados do Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, Petrópolis faz parte do consórcio da Região Serrana 2 e se encontra no rol dos 69 municípios que dispõem seus resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário²³, consoante dados do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – Sinir²⁴, com base em pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2015.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece a coleta seletiva nos municípios, um instrumento importante para aumentar a vida útil dos aterros sanitários e diminuir os gastos com limpeza urbana. Os municípios fluminenses têm baixo desempenho, considerando o percentual da população atendida pela coleta seletiva nos municípios que implantaram este processo. Segundo dados de 2015, dos 20 municípios analisados pelo Legislativo estadual²⁵ que, à época, tinham coleta seletiva, apenas quatro conseguiram

22 - Os arranjos regionais são formados por municípios que, mesmo sem estarem ainda organizados em consórcios intermunicipais, levam seus resíduos para uma central de tratamento de resíduos ou aterro sanitário comum.

23 - Segundo o PERS, em 2013, o município de Petrópolis opera um vazadouro em recuperação, e tão logo sejam iniciadas as operações da CTR Três Rios, prevista a ser implantada, destinará seus resíduos para esta CTR.

24 - Disponível em <http://sinir.gov.br/>. Acesso em 22/07/2016.

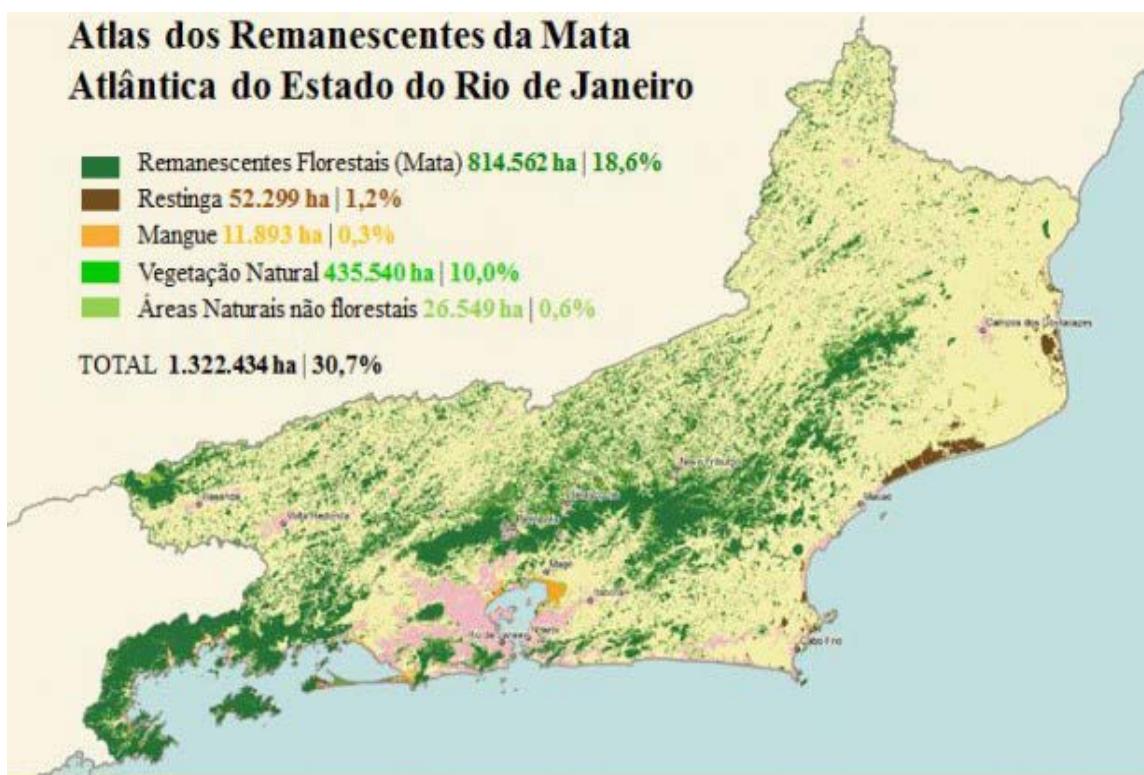
25 - Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj destinada a investigar e apurar as causas e consequências do uso e permanência dos “lixões” (Resolução nº 04/2015). Diário Oficial do Legislativo. 28/03/2016. Pág. 18.

atingir um percentual expressivo. São eles Porto Real (100%), Santo Antônio de Pádua (85%), Itaocara (77%) e Bom Jesus de Itabapoana (46%). Os demais 16 municípios mantinham coleta em pequena escala, atingindo menos de 15% da população.

Cobertura florestal: mata atlântica

Segundo dados do IBGE²⁶, as pastagens predominam em 47,2% dos 43.782 km² do Estado do Rio de Janeiro. Porém, um terço (33,1%) de todo o território fluminense ainda é coberto por áreas florestais, em sua maior parte contempladas no bioma mata atlântica. A floresta tem importantes funções como proteger e regular o fluxo de mananciais hídricos, regular o clima, amenizar desastres como enchentes, secas e tempestades, manter o ciclo hidrológico (ao absorver, filtrar e promover a qualidade da água), e prevenir a erosão do solo, mantendo sua estrutura e estabilidade²⁷.

O Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, elaborado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, descreve a distribuição e monitora as alterações da cobertura vegetal, produzindo informações atualizadas sobre os municípios. No período 2013/2014, a cobertura de mata atlântica abrangia 32% do território de Petrópolis, o correspondente a 23.607 hectares²⁸.



26 - Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pelo IBGE com base em imagens de satélite captadas em 2015.

27 - Mata Atlântica: manual de adequação ambiental. Maura Campanili e Wigold Bertoldo Schaffer. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SBF. 2010.

28 - <http://mapas.sosma.org.br/>. Acesso em 29/07/2016.

Zoneamento ecológico-econômico

Está previsto, na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81), o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) como instrumento de planejamento do uso econômico das terras. Visa a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo, a conservação da biodiversidade, bem como garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

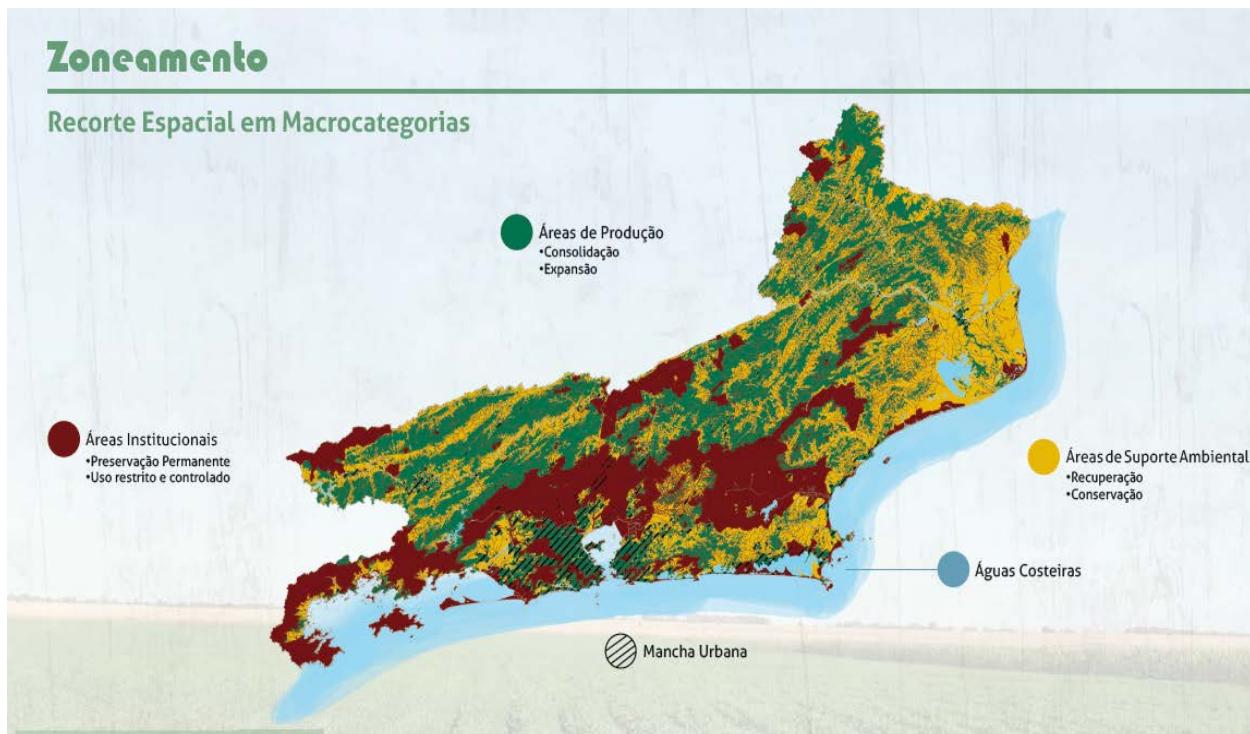
Os critérios para sua elaboração foram disciplinados pela legislação federal²⁹ e estadual³⁰. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o ZEE proposto estabelece áreas de serviços ambientais, dos habitats de fauna e dos bancos genéticos de flora remanescentes, além da recuperação da capacidade ambiental. Com esse objetivo, o território do estado foi dividido em quatro categorias principais: áreas de produção; de suporte ambiental; institucionais; e águas costeiras, conforme as definições apresentadas no quadro a seguir.

Macrocategorias de zoneamento ecológico-econômico do Estado do Rio de Janeiro	
Áreas de Produção	Reúnem os terrenos onde as atividades econômicas estão consolidadas e aqueles onde são possíveis a introdução de atividades econômicas em substituição ou não da cobertura vegetal primitiva.
Áreas de Suporte Ambiental	Envolvem todas as atividades econômicas constantes na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), desde que autorizadas pelo órgão licenciador.
Áreas Institucionais	Terrenos com níveis diferenciados de fragilidade, conservação e alteração, onde se admite a ocupação humana por agentes públicos ou privados, com objetivos sociais e econômicos, porém em condições de restrição de manejo visando à utilização sustentável dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade.
Águas Costeiras	São fundamentais para a sustentação das atividades socioeconômicas no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo para manutenção de recursos naturais essenciais aos sistemas produtivos – as águas.
Áreas de preservação permanente; Unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável; Terras indígenas, Territórios quilombolas e Áreas militares (áreas definidas pela legislação).	Áreas de preservação permanente; Unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável; Terras indígenas, Territórios quilombolas e Áreas militares (áreas definidas pela legislação).
Abrange a totalidade do mar territorial, espaço que se estende por 12 milhas náuticas e que será objeto de zoneamento ecológico-econômico específico, em escala mais detalhada, em consonância com as diretrizes do ZEE/RJ.	Abrange a totalidade do mar territorial, espaço que se estende por 12 milhas náuticas e que será objeto de zoneamento ecológico-econômico específico, em escala mais detalhada, em consonância com as diretrizes do ZEE/RJ.

O mapa a seguir apresenta a distribuição destas zonas, obedecendo ao código de cores segundo a categoria definida pelo ZEE-RJ.

29 - Decreto Federal nº 4.297/2002: Definição e critérios do ZEE Brasil.

30 - Lei Estadual nº 5067/2007: Elaboração do ZEE-RJ. Decreto 41099/2007 e 44.719/2014 (institui a CZEE-RJ).



Fonte: <http://www.zee-rj.com.br/Produto>

ICMS ecológico

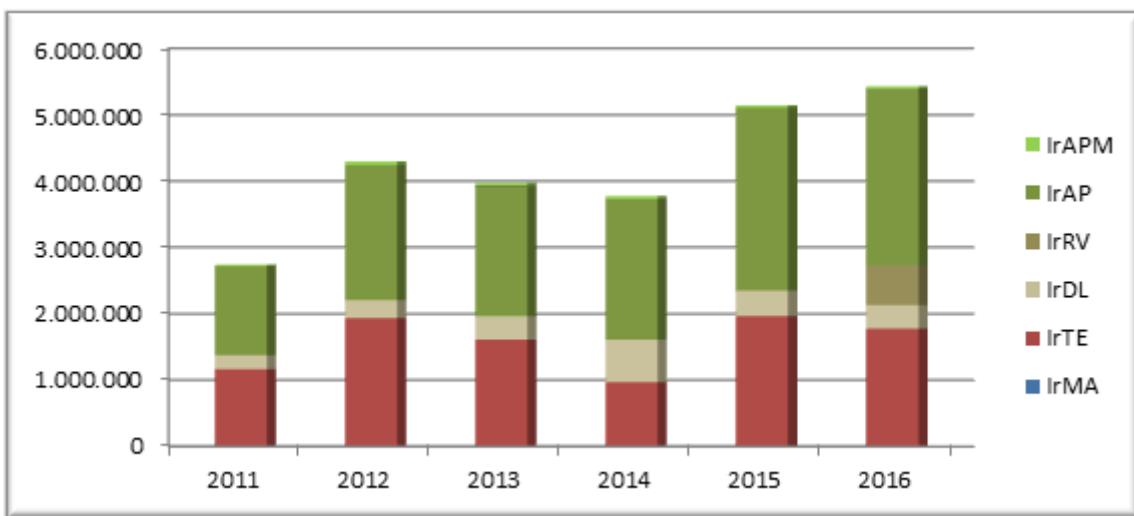
Por força constitucional, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é dividido na proporção de 75% para o estado e 25% para os municípios onde foi gerado. A Constituição estabelece ainda que o estado pode legislar sobre a distribuição de até um quarto destes 25%, criando, por exemplo, critérios ambientais como os que fundamentam a distribuição do ICMS verde, também chamado de ICMS ecológico.

No Estado do Rio de Janeiro, o ICMS ecológico existe desde 2009³¹. Estão habilitados ao recebimento deste recurso os municípios que implantaram um sistema municipal de meio ambiente composto, no mínimo, por Conselho Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal do Meio Ambiente, órgão administrativo executor da política ambiental municipal e guarda municipal ambiental. Foram adotados os seguintes parâmetros para distribuição: 45% vinculados à existência e ao grau de implementação de áreas protegidas, 30% alocados com base na qualidade ambiental dos recursos hídricos e 25% associados à disposição final adequada de resíduos sólidos.

O gráfico a seguir evidencia as parcelas que integram o Índice Final de Conservação Ambiental – IFCA, base para o cálculo de distribuição do ICMS ecológico. São seis os subíndices que compõem o IFCA: relativo a tratamento de esgoto (IrTE), à destinação final de resíduos sólidos urbanos (IrDL), à remediação de vazadouros (IrRV), aos mananciais de abastecimento (IrMA), bem como à existência e efetiva implantação de áreas protegidas (IrAP), com um percentual específico destinado às áreas criadas pelos municípios (IrAPM).

31 - Instituído pela Lei Estadual nº 5.100, de 4/10/2007, e regulamentado pelos Decretos nº 41.844 (4/05/2009), 43.284 (10/11/2011), 43.700 (31/07/2012) e 44.252 (17/06/2013).

Gráfico 7: Estimativa de repasse (em reais) do ICMS ecológico ao município - 2011-2016



Fonte: Secretaria de Estado do Ambiente

IV - INDICADORES SOCIAIS

Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH foi criado pelas Nações Unidas para medir o desenvolvimento dos países a partir de três indicadores: educação, longevidade e renda. O primeiro é uma combinação da média dos anos de estudo da população adulta com os anos de estudo esperados da população jovem, o segundo é medido pela expectativa de vida da população ao nascer e o terceiro é dado pela renda média nacional *per capita* medida em dólar-PPC (paridade do poder de compra).

Com IDH de 0,754³², o Brasil aparece no 79º lugar do *ranking*, entre 188 países e territórios reconhecidos pela ONU. A queda no rendimento bruto nacional em 2015 fez com que o índice brasileiro estagnasse, apesar da pequena melhora em indicadores como expectativa de vida e escolaridade.

Na América do Sul, o Brasil é o 5º país com maior IDH. Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela aparecem na frente. No caso da Argentina, Chile e Uruguai, todos os indicadores são maiores que os brasileiros. Em relação à Venezuela, o Brasil apresenta melhores números para esperança de vida ao nascer e anos esperados de estudo, mas Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* e média de anos de estudo menores.

Entre 1990-2015, os brasileiros ganharam 9,4 anos de expectativa de vida, viram a renda aumentar 31,6% enquanto, na educação, a expectativa de anos de estudo para uma criança que entra no ensino em idade escolar aumentou três anos e a média de anos de estudos de adultos com 25 anos ou mais subiu quatro anos.

Tabela 8: Tendências do IDH do Brasil com base em dados de séries temporais consistentes

	Expectativa de vida ao nascer	Expectativa de anos de estudo	Média de anos de estudo	RNB <i>per capita</i> (2011 PPP\$)	IDH
1990	65.3	12.2	3.8	10.746	0,611
1995	67.6	13.3	4.6	11.238	0,649
2000	70.1	14.3	5.6	11.339	0,685
2005	71.9	13.8	6.1	12.117	0,698
2010	73.3	14.0	6.9	14.173	0,724
2011	73.6	14.2	7.0	14.580	0,730
2012	73.9	14.2	7.2	14.472	0,734
2013	74.2	15.2	7.3	14.582	0,747
2014	74.5	15.2	7.7	14.858	0,754
2015	74.7	15.2	7.8	14.145	0,754

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2016

32 - Pnud, março de 2017. em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/03/21/relat-rio-do-pnud-destaca-grupos-sociais-que-n-o-se-beneficiam-do-desenvolvimento-humano/>.

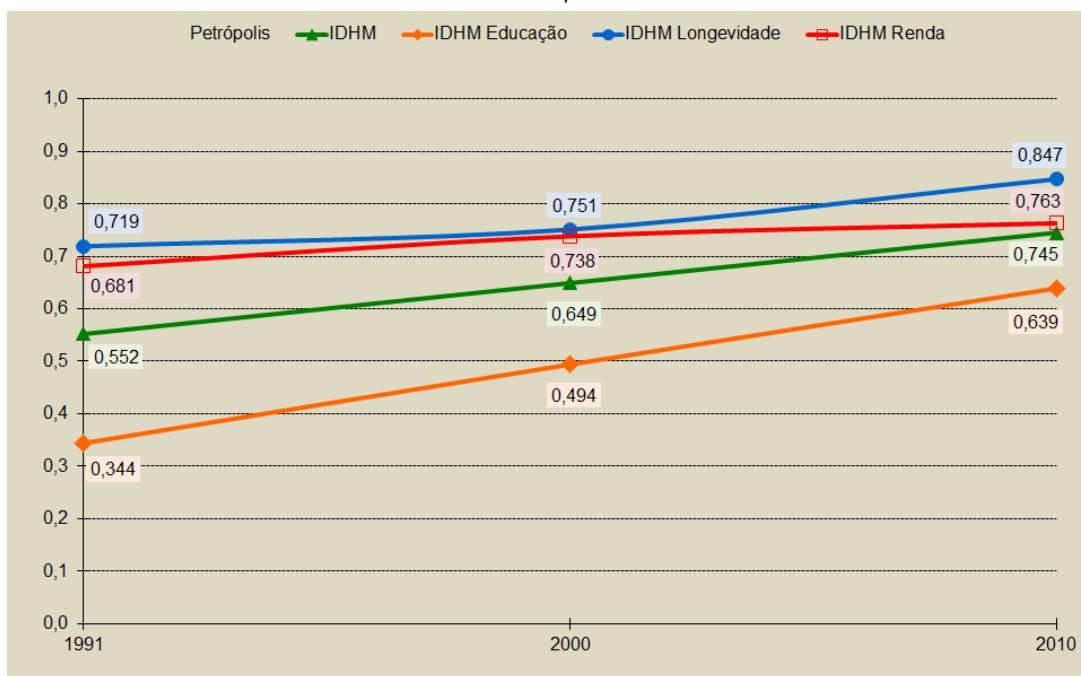
IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais) com uma série de ajustes para se adaptar à realidade brasileira. O resultado divulgado em 2013, baseado nas informações do Censo 2010, está publicado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (<http://atlasbrasil.org.br/2013/>). Para possibilitar a comparação com os resultados do IDHM de 1991 e 2000, estes foram recalculados conforme as adaptações metodológicas introduzidas na versão atual.

O IDHM varia de zero a um e classifica os resultados em cinco faixas de desenvolvimento: muito baixo (de 0,000 a 0,499), baixo (de 0,500 a 0,599), médio (de 0,600 a 0,699), alto (de 0,700 a 0,799) e muito alto (de 0,800 a 1,000). Portanto, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado.

O município está situado na faixa de desenvolvimento humano alto. Como mostra o gráfico a seguir, o IDHM passou de 0,552, em 1991, para 0,745, em 2010. Isso implica um crescimento de 34,96%. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (mais 0,295), seguida por longevidade e por renda.

Gráfico 8: IDHM – Município – 1991-2000-2010



Ranking

Petrópolis ocupa a 648^a posição em relação a 5.565 municípios do Brasil. Em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, está na 11^a posição.

Tabela 9: Ranking do IDHM – Municípios do Estado do Rio de Janeiro

1º - Niterói	0,837	23º - Natividade	0,730	47º - São Pedro da Aldeia	0,712	70º - Areal	0,684
2º - Rio de Janeiro	0,799	23º - Itaperuna	0,730	47º - Conc. de Macabu	0,712	70º - Belford Roxo	0,684
3º - Rio das Ostras	0,773	26º - Barra Mansa	0,729	49º - Duque de Caxias	0,711	72º - Rio Claro	0,683
4º - Volta Redonda	0,771	26º - Cordeiro	0,729	50º - Rio Bonito	0,710	73º - Rio das Flores	0,680
5º - Resende	0,768	28º - Armação dos Búzios	0,728	51º - Saquarema	0,709	73º - Queimados	0,680
6º - Maricá	0,765	29º - Casimiro de Abreu	0,726	51º - Cantagalo	0,709	75º - Sapucaia	0,675
7º - Macaé	0,764	30º - Três Rios	0,725	51º - Magé	0,709	76º - Paty do Alferes	0,671
8º - Iguaba Grande	0,761	31º - Angra dos Reis	0,724	54º - Piraí	0,708	76º - São João da Barra	0,671
9º - Mangaratiba	0,753	32º - Engo. Paulo de Frontin	0,722	55º - Quissamã	0,704	78º - Laje do Muriaé	0,668
9º - Nilópolis	0,753	33º - Paracambi	0,720	56º - Macuco	0,703	78º - Santa M. Madalena	0,668
11º - Petrópolis	0,745	34º - São João de Meriti	0,719	57º - Paraíba do Sul	0,702	80º - Trajano de Moraes	0,667
11º - Nova Friburgo	0,745	35º - Santo Ant. de Pádua	0,718	58º - Cachoeiras de Macacu	0,700	81º - Bom Jardim	0,660
11º - Miguel Pereira	0,745	35º - Araruama	0,718	59º - Guapimirim	0,698	81º - São J. V. R. Preto	0,660
14º - São Gonçalo	0,739	37º - Campos dos Goytacazes	0,716	60º - Porciúncula	0,697	83º - Duas Barras	0,659
15º - Valença	0,738	38º - Itaguaí	0,715	61º - Carmo	0,696	83º - Japeri	0,659
16º - Mesquita	0,737	38º - Pinheiral	0,715	62º - Itaboraí	0,693	83º - Varre-Sai	0,659
16º - Itatiaia	0,737	40º - Vassouras	0,714	62º - Paraty	0,693	86º - Tanguá	0,654
18º - Mendes	0,736	41º - Porto Real	0,713	64º - Aperibé	0,602	86º - Silva Jardim	0,654
19º - Cabo Frio	0,735	41º - Miracema	0,713	65º - Cambuci	0,691	88º - São José de Ubá	0,652
20º - Barra do Piraí	0,733	41º - Nova Iguaçu	0,713	65º - São Fidélis	0,691	89º - Cardoso Moreira	0,648
20º - Arraial do Cabo	0,733	41º - Carapebus	0,713	67º - Quatis	0,690	90º - São Seb. do Alto	0,646
22º - Bom J. do Itabapoana	0,732	41º - Itaocara	0,713	68º - Italva	0,688	91º - São F. Itabapoana	0,639
23º - Teresópolis	0,730	41º - Seropédica	0,713	69º - Com. Levy Gasparian	0,685	92º - Sumidouro	0,611

■ IDHM muito alto ■ alto ■ médio

Educação

Os principais indicadores da área educacional serão analisados nas páginas a seguir.

Remuneração dos professores

A partir do pareamento das bases de dados do Censo Escolar com a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, ligado ao Ministério da Educação, divulgou em junho de 2017 um estudo inédito³³ sobre a remuneração média dos docentes em exercício na educação básica brasileira.

O Censo Escolar, apesar de coletar uma grande quantidade de dados, não alcança a questão da remuneração do docente. O pareamento de dados com a Rais busca recuperar essa informação. O resultado do processo é uma base de dados com as informações dos docentes do Censo da Educação Básica, aqueles efetivamente em sala de aula na data de referência da pesquisa, e as informações de remuneração e carga horária contratual da Rais, possibilitando o cálculo da remuneração média para diferentes níveis de agregação territorial e dependência administrativa.

Para chegar à remuneração média, a jornada de trabalho foi padronizada. O levantamento revela que a maior remuneração é dos professores da rede federal de ensino, que atuam, prioritariamente, no Ensino Médio. A rede municipal, 45 vezes maior

³³ - http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/metodologia-inedita-do-inep-abre-debate-sobre-remuneracao-media-de-professor-da-educacao-basica/21206.

que a federal, paga menos da metade. E a rede privada tem os salários mais baixos. O resultado está expresso na tabela a seguir.

Tabela 10: Remuneração média ponderada por carga horária padronizada – Brasil – 2014

Rede de ensino	Número de docentes	Média padronizada 40 horas semanais	Média de horas semanais do contrato
Federal	23.921	R\$ 7.767,94	39,3
Estadual	717.144	R\$ 3.476,42	31,1
Municipal	1.065.630	R\$ 3.116,35	30,6
Público (total)	1.806.695	R\$ 3.335,06	30,9
Privada	377.700	R\$ 2.599,33	30,2

Fonte: Inep/MEC

A metodologia considerou a média das remunerações mensais informadas na Rais por esfera administrativa (empregador), referentes ao ano-base 2014 e devidas em cada mês trabalhado, pagas ou não, computados os valores considerados rendimentos do trabalho. Compõem a remuneração mensal informada na Rais: salários, ordenados, vencimentos, soldos, soldadas, honorários, vantagens, adicionais extraordinários, suplementações, representações, bonificações, gorjetas, gratificações, participações, produtividade, porcentagens, comissões e corretagens. O 13º não é incluído no cálculo.

Os dados revelam disparidades regionais e inter-regionais na remuneração de professores. Há casos de estados em que os professores fazem 20 horas semanais e, mesmo assim, têm remuneração maior que professores com carga de 40 horas semanais, apesar de o MEC determinar um piso nacional. Com relação ao Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Educação – Seeduc solicitou a exclusão do resultado da rede estadual, informando que houve um equívoco na informação da carga horária contratual na Rais, gerando uma informação não correspondente com a realidade.

Além da rede estadual, na pesquisa do Inep não há dados sobre Mendes, Paraty e Rio Bonito. Quatro municípios fluminenses figuram entre os 10 maiores valores de remuneração média no país.

Tabela 11: Remuneração média ponderada por carga horária padronizada – 10 maiores resultados – Municípios do Brasil – 2014

	Número de docentes no censo	Número de localizados na Rais	% localizados na Rais	Remuneração bruta em R\$	Remuneração média padronizada para 40 horas semanais em R\$	Carga horária média semanal
Porto Alegre - RS	2.601	2.543	97,8	5.531,83	10.947,15	20,2
Breu Branco - PA	457	436	95,4	2.575,48	9.932,12	10,4
Paulínia - SP	1.016	1.014	99,8	6.494,57	9.288,97	28,0
Valinhos - SP	451	434	96,2	4.603,02	9.166,80	20,1
Teresópolis - RJ	900	892	99,1	3.646,02	8.701,47	16,8
Angra dos Reis - RJ	862	853	99,0	4.353,64	8.273,17	21,0
Serranópolis de Minas - MG	45	44	97,8	6.044,75	8.127,78	29,7
Macaé - RJ	2.543	2.360	92,8	4.070,54	7.952,59	20,5
Rio das Ostras - RJ	990	986	99,6	3.178,33	7.841,37	16,2
Guarujá - SP	1.272	1.217	95,7	4.926,02	7.622,95	25,8

Os resultados completos para os municípios fluminenses seguem na tabela.

Tabela 12: Remuneração média ponderada por carga horária padronizada – Municípios RJ – 2014

	Número de docentes no censo	Número de localizados na Rais	% localizados na Rais	Remuneração bruta em R\$	Remuneração média padronizada para 40 horas semanais em R\$	Carga horária média semanal
Teresópolis	900	892	99,11	3.646,02	8.701,47	16,8
Angra dos Reis	862	853	98,96	4.353,64	8.273,17	21,0
Macaé	2.543	2.360	92,80	4.070,54	7.952,59	20,5
Rio das Ostras	990	986	99,60	3.178,33	7.841,37	16,2
Duque de Caxias	3.155	3.112	98,64	5.680,37	6.215,45	36,6
Rio de Janeiro	26.469	26.383	99,68	3.270,26	6.146,31	21,3
Quissamã	323	296	91,64	3.091,57	5.813,98	21,3
São José do Vale do Rio Preto	142	115	80,99	3.008,02	5.652,71	21,3
Itatiaia	289	178	61,59	2.165,80	5.320,73	16,3
Porto Real	216	213	98,61	2.905,41	5.282,56	22,0
Queimados	608	560	92,11	2.371,21	5.173,74	18,3
Resende	674	661	98,07	2.709,51	4.834,31	22,4
Comendador Levy Gasparian	101	101	100,00	2.219,37	4.702,66	18,9
Aperibé	100	97	97,00	1.642,79	4.693,68	14,0
Japeri	719	705	98,05	2.465,95	4.645,47	21,2
Porciúncula	114	105	92,11	2.551,30	4.638,73	22,0
Petrópolis	1.331	1.307	98,20	4.217,68	4.578,84	36,8
Casimiro de Abreu	334	334	100,00	2.294,91	4.518,68	20,3
Niterói	1.869	1.807	96,68	2.721,97	4.318,15	25,2
Cordeiro	130	130	100,00	1.708,06	4.228,01	16,2
Piraí	377	370	98,14	2.214,72	4.211,09	21,0
Mesquita	758	756	99,74	2.317,33	4.108,48	22,6
Campos dos Goytacazes	3.333	3.210	96,31	2.754,15	4.107,13	26,8
Sumidouro	90	90	100,00	2.454,63	4.103,65	23,9
Magé	1.731	1.573	90,87	2.041,33	4.016,21	20,3
Miguel Pereira	165	161	97,58	2.883,51	3.943,27	29,2
Bom Jardim	199	192	96,48	1.924,12	3.909,33	19,7
Rio Claro	174	173	99,43	2.068,78	3.891,53	21,3
Engenheiro Paulo de Frontin	121	110	90,91	2.040,06	3.860,75	21,1
Iguaba Grande	187	183	97,86	1.569,07	3.840,20	16,3
Guapimirim	400	397	99,25	1.680,06	3.823,70	17,6
Cachoeiras de Macacu	447	444	99,33	1.966,48	3.812,13	20,6
Arraial do Cabo	329	318	96,66	1.315,93	3.759,74	14,0
Itaboraí	1.909	1.874	98,17	2.083,90	3.699,96	22,5
Quatis	147	143	97,28	1.755,01	3.542,61	19,8
Santa Maria Madalena	152	140	92,11	2.503,73	3.533,44	28,3
Itaperuna	435	417	95,86	2.030,04	3.463,91	23,4
Cantagalo	173	172	99,42	2.174,35	3.422,71	25,4
Mangaratiba	684	610	89,18	1.842,44	3.395,18	21,7
Três Rios	578	511	88,41	2.188,35	3.316,73	26,4
Duas Barras	161	144	89,44	1.321,81	3.296,93	16,0
São João da Barra	539	534	99,07	1.939,95	3.289,62	23,6
Areal	124	121	97,58	2.137,26	3.218,16	26,6
Paraíba do Sul	303	260	85,81	2.389,28	3.124,19	30,6
Barra do Piraí	497	494	99,40	1.947,05	3.004,76	25,9
Armação dos Búzios	626	618	98,72	2.481,85	2.953,13	33,6
Nova Friburgo	1.163	1.161	99,83	1.560,43	2.934,46	21,3
Carmo	129	128	99,22	1.552,32	2.927,36	21,2
Cambuci	106	99	93,40	1.499,79	2.825,48	21,2
Valença	494	487	98,58	1.427,50	2.742,94	20,8

Italva	99	92	92,93	1.792,15	2.713,09	26,4
Varre-Sai	106	106	100,00	2.069,74	2.682,32	30,9
Sapucaia	163	103	63,19	1.693,35	2.592,23	26,1
Cabo Frio	2.114	2.089	98,82	2.223,16	2.583,68	34,4
Nova Iguaçu	2.707	2.695	99,56	2.580,24	2.580,24	40,0
Miracema	187	180	96,26	1.605,38	2.557,75	25,1
Cardoso Moreira	133	127	95,49	1.534,40	2.508,29	24,5
Saquarema	738	728	98,64	1.324,12	2.497,60	21,2
Barra Mansa	1.146	1.101	96,07	1.799,65	2.476,91	29,1
Volta Redonda	1.705	1.669	97,89	2.384,20	2.422,44	39,4
Conceição de Macabu	158	151	95,57	1.484,45	2.354,29	25,2
Carapebus	151	145	96,03	1.504,30	2.351,56	25,6
São José de Ubá	65	62	95,38	1.547,64	2.348,91	26,4
São Sebastião do Alto	97	94	96,91	1.323,83	2.313,49	22,9
Paty do Alferes	151	145	96,03	1.804,35	2.296,59	31,4
Trajano de Moraes	151	143	94,70	1.699,67	2.285,25	29,8
Silva Jardim	271	254	93,73	2.006,56	2.277,83	35,2
Paracambi	325	314	96,62	1.358,68	2.274,04	23,9
Rio das Flores	139	135	97,12	1.476,39	2.240,93	26,4
Maricá	1.118	1.016	90,88	1.899,20	2.189,45	34,7
Nilópolis	417	417	100,00	2.360,86	2.146,24	44,0
Belford Roxo	1.976	1.965	99,44	1.889,32	2.099,39	36,0
São Gonçalo	2.081	2.054	98,70	2.292,59	2.084,30	44,0
São Pedro da Aldeia	708	697	98,45	1.284,30	1.974,99	26,0
Vassouras	189	187	98,94	1.881,46	1.866,01	40,3
Tanguá	325	317	97,54	1.648,33	1.832,50	36,0
Santo Antônio de Pádua	356	348	97,75	1.641,44	1.823,82	36,0
Itaguaí	1.756	1.725	98,23	1.998,62	1.816,92	44,0
Bom Jesus do Itabapoana	223	212	95,07	1.542,99	1.807,94	34,1
Itaocara	133	127	95,49	1.711,49	1.769,53	38,7
São João de Meriti	950	896	94,32	1.848,53	1.680,48	44,0
Laje do Muriaé	70	66	94,29	1.211,60	1.671,39	29,0
São Fidélis	265	257	96,98	1.456,74	1.470,87	39,6
Pinheiral	181	178	98,34	1.138,32	1.435,31	31,7
Seropédica	1.027	1.005	97,86	1.576,39	1.433,08	44,0
São Francisco de Itabapoana	564	362	64,18	1.237,20	1.426,96	34,7
Araruama	1.194	1.104	92,46	1.271,96	1.271,88	40,0
Natividade	137	133	97,08	1.341,49	1.233,56	43,5
Macuco	74	73	98,65	1.262,22	1.150,19	43,9

Não há municípios fluminenses entre os 10 menores valores médios no conjunto brasileiro. Macuco, o de menor remuneração no Estado do Rio de Janeiro, está na 5.116^a posição.

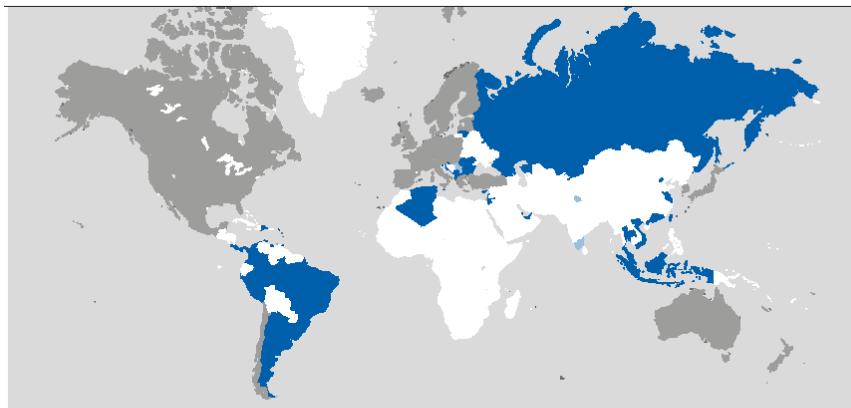
Programme for International Student Assessment – Pisa

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE vem buscando melhorar os indicadores internacionais de desempenho educacional. Para tanto, uma de suas iniciativas é o Pisa: uma avaliação internacional padronizada para estudantes de 15 anos de idade que vem sendo realizada a cada três anos, começando em 2000 e repetindo-se até 2015. Os testes medem o desempenho dos alunos nas áreas de leitura, matemática e ciências.

A edição de 2015 do Pisa, cujos resultados foram divulgados no final de 2016³⁴, reuniu 72 participantes, incluindo algumas economias que não podem ser consideradas

34 - <http://portal.inep.gov.br/pisa>.

países, como Hong Kong, Macau, Shangai e Taiwan. No mapa a seguir, os países da OCDE estão representados em cinza e os demais parceiros em azul.



A cada edição, uma das três áreas do conhecimento recebe enfoque especial, mas as outras duas também são incluídas entre as questões aplicadas. O Pisa 2015 teve foco em ciências. Novas áreas do conhecimento foram testadas: competência financeira e resolução colaborativa de problemas. A avaliação envolveu 23.141 estudantes nascidos em 1999, matriculados a partir do 7º ano do Ensino Fundamental, distribuídos em 965 escolas de todos os estados. O desempenho do Brasil está evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 13: Evolução do Brasil no Pisa desde 2000

	2000	2003	2006	2009	2012	2015
Leitura	396	403	393	412	407	407
Matemática		356	370	386	389	377
Ciências			390	405	402	401

Fonte: OCDE e Inep/MEC

Em 2015, como recomendado pela OCDE, os resultados de cada disciplina foram considerados válidos a partir da primeira edição em que a mesma foi o domínio principal na avaliação. Leitura foi o foco em 2000, matemática em 2003 e Ciências em 2006. Para que os ciclos sejam comparáveis, foram incluídos os resultados das escolas rurais brasileiras no Pisa 2012.

Os resultados mostram que o desempenho dos alunos no Brasil está abaixo da média dos alunos em países da OCDE em ciências (401 pontos, comparados à média de 493 pontos), em leitura (407 pontos, comparados à média de 493 points) e em matemática (377 pontos, comparados à média de 490 pontos).

A média do Brasil na área de ciências se manteve estável desde 2006 (uma elevação aproximada de 10 pontos que não representa uma mudança estatisticamente significativa), semelhante à evolução histórica observada entre os países da OCDE: um leve declínio na média de 498 pontos em 2006 para 493 pontos em 2015.

Na área de leitura, a média do Brasil também se manteve estável desde o ano 2000. Embora tenha havido uma elevação de 396 pontos em 2000 para 407 pontos em

2015, esta diferença não representa uma mudança estatisticamente significativa. Na área de matemática, houve um aumento significativo de 21 pontos na média dos alunos entre 2003 a 2015. Ao mesmo tempo, houve um declínio de 11 pontos comparando-se a média de 2012 à de 2015.

O gasto acumulado por aluno entre 6 e 15 anos de idade no Brasil (US\$ 38.190) equivale a 42% da média do gasto por aluno em países da OCDE (US\$ 90.294). Esta proporção correspondia a 32% em 2012. Aumentos no investimento em educação precisam agora ser convertidos em melhores resultados na aprendizagem dos alunos. Outros países, como a Colômbia, o México e o Uruguai, obtiveram resultados melhores em 2015 em comparação ao Brasil muito embora tenham um custo médio por aluno inferior. O Chile, com um gasto por aluno semelhante ao do Brasil (US\$ 40.607), também obteve uma pontuação melhor (477 pontos) em ciências.

No Brasil, 71% dos jovens na faixa de 15 anos de idade estão matriculados na escola a partir da 7^a série, o que corresponde a um acréscimo de 15 pontos percentuais em relação a 2003, uma ampliação notável de escolarização. O fato de o Brasil ter expandido o acesso escolar a novas parcelas da população de jovens sem declínio no desempenho médio dos alunos é um desenvolvimento bastante positivo, na avaliação da OCDE.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

Há longa data o MEC implementou sistemas de avaliação de desempenho educacional. Em 2007, apresentou o primeiro Ideb, relativo a 2005. Ele é um indicador sintético de qualidade educacional que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: desempenho em exames padronizados e rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). O indicador final é a pontuação no exame padronizado (Prova Brasil) ajustada pelo tempo médio, em anos, para conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o Ideb estar entre zero e dez.

Há metas de desempenho em cada dependência administrativa, com desafios para todas as redes de ensino. No caso do Estado do Rio de Janeiro, o Ideb da rede estadual dos anos iniciais do Ensino Fundamental – EF deve passar dos 3,8 de 2005 para 6,0 em 2021³⁵; de 2,9 para 4,9 nos anos finais; e de 2,8 para 4,6 no Ensino Médio – EM. Os resultados do Ideb 2005 serviram como referência para as metas futuras. A última avaliação foi realizada em 2015 e seus resultados divulgados em 2016. De acordo com o Inep, o quadro que se observa é o seguinte:

Tabela 14: Notas médias do Ideb – RJ – 2005 a 2015

IDEB global RJ	Anos Iniciais do EF						Anos Finais do EF						Ensino Médio					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
	4,3	4,4	4,7	5,1	5,2	5,5	3,6	3,8	3,8	4,2	4,3	4,4	3,3	3,2	3,3	3,7	4,0	4,0
Meta global RJ	-	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	-	3,6	3,8	4,1	4,5	4,9	-	3,3	3,4	3,6	3,8	4,2

35 - O índice 6,00 no Ideb representa o desempenho médio dos países da OCDE em 2007, ano em que as metas brasileiras foram estabelecidas.

Nota-se que as metas globais para o conjunto das escolas do estado não foram atingidas em 2015. No caso do Ensino Fundamental, apesar de não cumprir a meta, houve evolução do índice em comparação com 2013, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. No Ensino Médio, a nota ficou estagnada. Nacionalmente, as metas, em geral, são mais ambiciosas do que aquelas estabelecidas para as escolas fluminenses, como demonstram as tabelas que se seguem:

Tabela 15: Notas médias do Ideb – rede estadual RJ – 2005 a 2015

IDEB da rede estadual RJ	Anos Iniciais do EF						Anos Finais do EF						Ensino Médio					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
	3,7	3,8	4,0	4,3	4,7	5,1	2,9	2,9	3,1	3,2	3,6	3,7	2,8	2,8	2,8	3,2	3,6	3,6
Meta RJ	-	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	-	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	-	2,8	2,9	3,1	3,3	3,7
Meta BR	-	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	-	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	-	3,1	3,2	3,3	3,6	3,9

Tabela 16: Notas médias do Ideb – rede privada RJ – 2005 a 2015

IDEB da rede privada RJ	Anos Iniciais do EF						Anos Finais do EF						Ensino Médio					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
	5,7	5,9	5,9	6,3	6,1	6,3	5,5	5,5	5,7	5,7	5,5	5,6	5,1	5,4	5,7	5,5	4,8	5,0
Meta RJ	-	5,8	6,1	6,4	6,6	6,8	-	5,5	5,6	5,9	6,2	6,5	-	5,2	5,2	5,4	5,6	6,0
Meta BR	-	6,0	6,3	6,6	6,8	7,0	-	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	-	5,6	5,7	5,8	6,0	6,3

Em 2015, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede estadual fluminense alcançou a meta, o que não ocorria desde 2007. Nos anos finais, apresentou progresso mínimo em relação a 2013. No Ensino Médio, após avanços expressivos em 2011 e 2013, estagnou em patamar ligeiramente abaixo da meta.

O exame das tabelas revela que o déficit de desempenho tradicionalmente atribuído às escolas públicas vem atingindo as escolas particulares do estado. Apesar de, na comparação com 2013, algum avanço ter sido observado em todas as etapas (anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), em nenhum caso a meta RJ foi alcançada. No Ensino Médio, o índice apurado em 2015 é inferior ao de 2005.

O nível de acompanhamento dos resultados chega às redes municipais, que respondem pela maior parte das matrículas do Ensino Fundamental, e a todas as escolas públicas, uma vez que cada uma delas tem sua meta individualizada. Porém, alguns municípios e escolas não têm resultados divulgados, seja por não participarem da Prova Brasil, seja por não atenderem aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado, como, por exemplo, quando o número de alunos que compareceram ao exame é considerado insuficiente pelo Inep.

Uma rápida avaliação do conjunto das redes municipais no Estado do Rio de Janeiro aponta um quadro em que persistem as dificuldades, tanto no que diz respeito à evolução do índice nas aferições bianuais quanto ao cumprimento das metas.

Dentre 88 municípios do estado que tiveram os anos iniciais de suas redes municipais avaliados em 2005 e em 2015, apenas um (Italva) não teve sua nota aumentada

neste período. Se a comparação for feita entre 2013 e 2015, em um conjunto de 91 municípios consignados nas duas avaliações, são 62 os municípios onde se verificou algum progresso, contra 29 onde a nota diminuiu ou permaneceu a mesma da edição anterior.

Com relação ao cumprimento das metas, a rede municipal de 44 municípios fluminenses alcançou o índice almejado para os anos iniciais do Ensino Fundamental em 2013, enquanto 47 ficaram abaixo. Apenas Sumidouro não teve nota naquela edição do Ideb. Em 2015, o número de municípios que alcançaram as metas caiu para 35, ao passo que 57 não obtiveram sucesso. Todos os municípios foram avaliados.

Nos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal, a comparação entre 2005 e 2015 constata que, dentre 69 municípios com resultados divulgados nessas duas edições do Ideb, 59 tiveram algum avanço, contra 10 que não evoluíram. Na comparação entre 2013 e 2015, embora o número de municípios avaliados em ambas as edições tenha se elevado a 80, mais uma vez foram 59 os que tiveram variação positiva no índice, passando a 21 os que apresentaram resultado igual ou menor do que na versão anterior.

A verificação do cumprimento das metas dá a indicação mais clara do desafio a ser enfrentado pelas prefeituras. Nos anos finais do Ensino Fundamental, em 2013, somente 14 municípios atingiram as metas predeterminadas, enquanto 69 não as cumpriram e nove não tiveram resultado assinalado. Na edição mais recente, de 2015, cai para apenas sete o número de municípios adimplentes com as metas, ficando 74 abaixo delas e 11 sem nota.

Nas seis edições do Ideb com resultados já conhecidos, Petrópolis apresentou o seguinte quadro:

Tabela 17: Notas médias e variação do Ideb do Ensino Fundamental – rede municipal local – 2005 a 2015

Rede municipal	Ideb 2005	Ranking 2005	Ideb 2007	Ranking 2007	Ideb 2009	Ranking 2009	Ideb 2011	Ranking 2011	Ideb 2013	Ranking 2013	Ideb 2015	Ranking 2015	Meta Ideb 2015	Atingiu meta de 2015?
Anos Iniciais	4,1	20º entre 88 avaliados	4,4	26º entre 91 avaliados	4,6	29º entre 91 avaliados	4,9	30º entre 91 avaliados	5,1	30º entre 91 avaliados	5,5	19º entre 92 avaliados	5,4	sim
Anos Finais	3,5	37º entre 73 avaliados	3,7	35º entre 83 avaliados	4,0	21º entre 80 avaliados	4,2	27º entre 77 avaliados	4,0	30º entre 83 avaliados	4,1	35º entre 81 avaliados	4,8	não

Tabela 18: Notas médias e variação do Ideb do Ensino Fundamental – rede estadual local – 2005 a 2015

Rede estadual	Ideb 2005	Ranking 2005	Ideb 2007	Ranking 2007	Ideb 2009	Ranking 2009	Ideb 2011	Ranking 2011	Ideb 2013	Ranking 2013	Ideb 2015	Ranking 2015	Meta Ideb 2015	Atingiu meta de 2015?
Anos Iniciais	4,1	34º entre 71 avaliados	3,5	62º entre 77 avaliados	4,6	29º entre 69 avaliados	-	não avaliado	-	não avaliado	-	não avaliado	5,5	NA
Anos Finais	3,3	54º entre 90 avaliados	2,6	83º entre 90 avaliados	3,2	55º entre 90 avaliados	3,2	61º entre 89 avaliados	4,0	53º entre 87 avaliados	3,9	52º entre 73 avaliados	4,5	não

Para conhecer os resultados e as metas de cada escola individualmente, inclusive para os próximos anos, deve-se acessar o site <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>.

Exame Nacional do Ensino Médio – Enem

O Enem foi criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da escolaridade básica. Destina-se aos alunos que estão concluindo (concluintes) ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores (egressos). Ao longo do tempo, o resultado do exame passou a ser utilizado como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja complementando ou substituindo o vestibular. A nota do Enem é usada pelo Sistema de Seleção Unificada – Sisu, que oferece vagas em instituições públicas, e pelo programa Universidade para Todos – Prouni, que permite a estudantes de baixa renda obter bolsas de estudos integrais e parciais em instituições particulares. Também é requisito para receber o benefício do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies ou buscar uma vaga nos cursos gratuitos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. A partir de 2017, o Enem deixou de certificar a conclusão do Ensino Médio, o que voltou a ser feito pelo Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos – Encceja.

O Inep não mais divulga nota global por município ou por rede. Somente se pode conhecer os resultados de cada escola individualmente, acessando o endereço <http://portal.inep.gov.br/web/quest/enem-por-escola>³⁶, desde que no mínimo 50% de seus estudantes concluintes do ensino médio regular, num total de pelo menos 10 alunos, tenham participado das provas. O Inep ressalva que, mesmo para escolas com taxa igual ou maior que 50%, os participantes podem não representar o desempenho médio que a escola obteria caso todos os estudantes se submetessem ao exame. Outra mudança é a divulgação das médias apenas para cada área do conhecimento e para redação, não havendo mais a divulgação de uma única média por escola. Na análise de resultados, o Inep ressalta que é importante considerar as informações contextuais que são disponibilizadas, como os indicadores de nível socioeconômico e de formação docente.

Educação no Rio de Janeiro

Em nível estadual, a regulamentação da educação é feita pela Lei Estadual nº 5.597, de 18 de dezembro de 2009, que estabeleceu o Plano Estadual de Educação, conforme publicado nos Estudos Socioeconômicos de 2010. Também naquele ano, a Seeduc anunciou um plano estratégico com a meta de situar a rede de escolas estaduais do Rio de Janeiro entre as cinco melhores no ranking do Ensino Médio estabelecido pelo Ideb, resultado que foi alcançado com a obtenção do 4º lugar em 2013 – em 2009, estava em penúltimo. No Ideb 2015, a rede estadual fluminense aparece na quinta posição, empatada com a do Paraná. No sítio da Seeduc³⁷, não há qualquer referência ao monitoramento e/ou cumprimento das disposições do PEE de 2009, nem de sua adaptação ao Plano Nacional de Educação, publicado na edição de 2014 dos Estudos.

Quadro da educação no RJ

Segue um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, com referência ao ano de 2016³⁸.

36 - Visitado em 25/07/2017, ainda com resultados do Enem 2015.

37 - <http://www.rj.gov.br/web/seeduc>. Último acesso em 25/07/2017.

38 - Fonte: Inep/MEC. Acessível em <http://portal.inep.gov.br/web/quest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.

Com relação à quantidade de escolas³⁹:

- para o Ensino Infantil, há 4.616 estabelecimentos de creche e a rede pública é responsável por 41% deles. A pré-escola soma 6.447 estabelecimentos, 50% da rede pública;
- o Ensino Fundamental é disponibilizado em 7.725 escolas, das quais 73% são públicas;
- o Ensino Médio é encontrado em 2.244 escolas, 53% delas pertencentes à rede pública.

No que diz respeito ao corpo docente:

- Em 2016, a estrutura educacional dispunha de 161 mil professores⁴⁰. Aproximadamente 17 mil docentes lecionavam na creche e 23 mil, na pré-escola. Outros 105 mil atuavam no Ensino Fundamental, e 46 mil profissionais davam aulas no Ensino Médio.
- O corpo docente municipal representa 52% dos professores da creche, 56% da pré-escola e 55% do Ensino Fundamental. A rede estadual responde por 16% do corpo docente do Ensino Fundamental e 72% do Ensino Médio.

Quanto à evolução das matrículas iniciais:

- A Educação Infantil disponibilizou 592 mil matrículas. Cursam a rede pública 56% do total de aproximadamente 233 mil alunos de creche e 60% dos 358 mil estudantes de pré-escola.
- O Estado do Rio de Janeiro teve pouco mais de 2 milhões de estudantes matriculados no Ensino Fundamental⁴¹. Em 2016, houve recuo de aproximadamente 27,7 mil matrículas em relação a 2015. Prossegue o processo de redução da participação da rede estadual, com significativo avanço da rede particular nesse nível educacional.

Tabela 19: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Fundamental – 2011 a 2016

Dependência Administrativa	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Federal	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Estadual	16,1%	14,0%	12,4%	11,3%	10,0%	9,5%
Municipal	57,7%	58,6%	58,6%	58,6%	59,7%	60,0%
Particular	25,7%	26,8%	28,5%	29,6%	29,8%	30,0%
Nº total de alunos do Ensino Fundamental	2.277.461	2.233.437	2.211.145	2.148.840	2.074.921	2.047.208

- O ano de 2016 apresentou aumento no total de alunos matriculados no Ensino Médio. Porém, nos últimos seis anos, a queda registrada no volume anual de matrículas perfaz um contingente de aproximadamente 18 mil estudantes. Nesse nível, entre 2015 e 2016, houve recuo da rede particular em comparação com a rede pública.

39 - Ensino regular e/ou especial.

40 - Indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar. Inclui os docentes ativos que atuam no ensino regular, especial e/ou educação de jovens e adultos (EJA). O total não representa a soma dos municípios ou das etapas de ensino, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.

41 - Ensino regular e/ou especial.

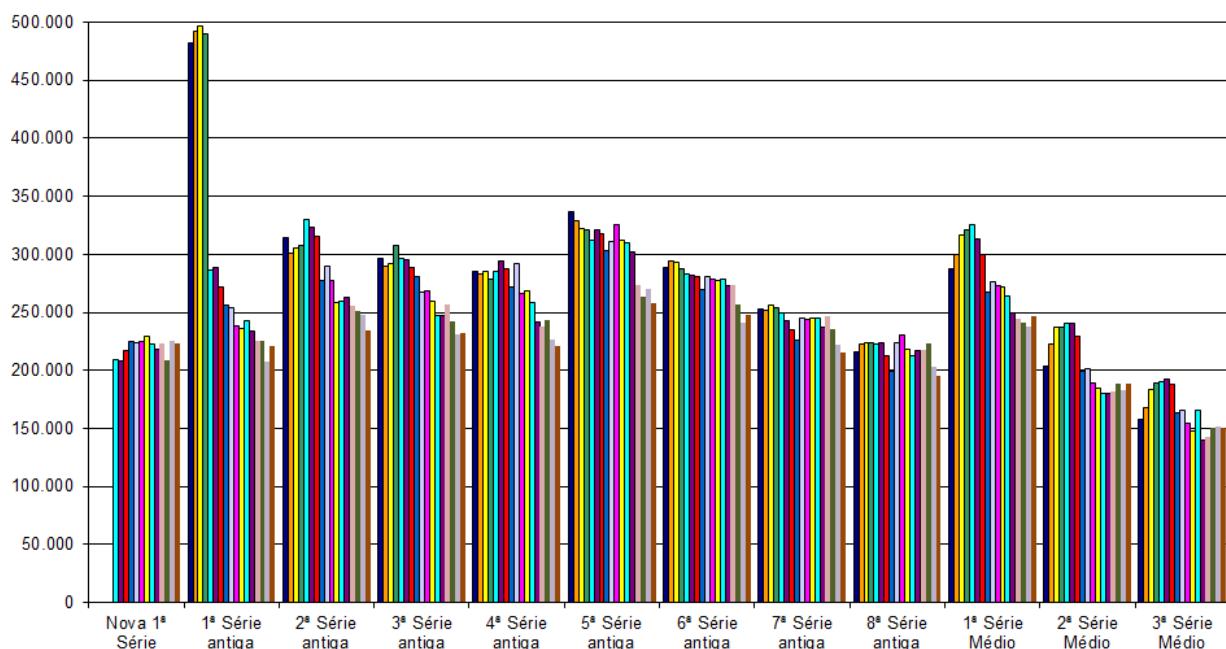
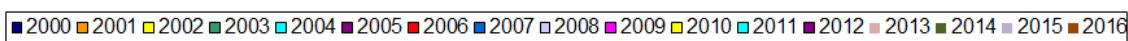
Tabela 20: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Médio – 2011 a 2016

Dependência Administrativa	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Federal	2,4%	2,7%	2,8%	2,8%	3,0%	3,2%
Estadual	77,1%	74,9%	74,2%	74,2%	74,1%	74,8%
Municipal	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,9%	0,9%
Particular	19,5%	21,4%	22,0%	22,0%	22,0%	21,1%
Nº total de alunos do Ensino Médio	609.680	603.057	596.746	599.352	583.177	591.746

O gráfico a seguir, referente à evolução das matrículas, indica os picos de repetência na antiga 5ª série do Ensino Fundamental e na 1ª série do Ensino Médio. Por conta da adoção parcial do Sistema de Ciclos de Aprendizagem, mais conhecido como Progressão Continuada, ou de modelo híbrido de Sistemas Seriado e de Ciclos, houve uma dispersão dos degraus até então existentes, especialmente da antiga 1ª para a 2ª série do Ensino Fundamental, tanto na rede estadual quanto na rede de muitos municípios.

A evasão escolar é ilustrada com a redução continuada que se observa, de um ano para o outro, nas demais séries. Basta observar o quantitativo de um determinado ano e acompanhar a redução do número de matrículas que se segue a cada ano seguinte na série imediatamente superior.

Gráfico 9: Total das matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio – 2000 a 2016



A educação de jovens e adultos (EJA) teve 245 mil alunos em 2016.

Os dados da Educação Superior sempre apresentam defasagem maior. Assim, em 2015, houve 573.267 estudantes matriculados e distribuídos em 2.418 cursos de graduação presenciais. Desses matrículas, 26% foram em instituições públicas. Somem-se 97.664 inscritos em cursos de graduação à distância, 24% em instituições públicas.

Educação no município

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio (regular e/ou especial) de Petrópolis, em 2015, foi de 63.288 alunos, tendo evoluído para 62.385 em 2016, apresentando variação de -1,4% no número de estudantes.

A seguir, apresentamos a situação nos seis últimos anos dos diversos níveis, considerando o ensino regular. As tabelas apresentam a evolução do número de estabelecimentos daquele segmento, de professores e matrículas iniciais, além do rateio de alunos por professor.

Ensino Infantil de Petrópolis:

A rede municipal respondeu por 52% das matrículas na **Creche** em 2016. O número total de matrículas teve evolução de 75% no período de 2011 a 2016.

Tabela 21: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Creche – Total – 2011 a 2016

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/professor no município	Rateio alunos/professor no estado
11	99	153	3.014	19,7	16,7
12	48	183	3.492	19,1	15,0
13	111	215	4.000	18,6	14,0
14	120	229	4.368	19,1	13,2
15	131	226	4.835	21,4	13,8
16	139	306	5.277	17,2	13,4

Na **Pré-escola**, a rede do município de Petrópolis foi responsável por 60% das matrículas em 2016 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 22: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Pré-escola – Total – 2011 a 2016

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/professor no município	Rateio alunos/professor no estado
11	190	433	6.253	14,4	15,9
12	194	436	6.259	14,4	15,5
13	210	482	6.793	14,1	15,1
14	208	493	7.242	14,7	15,2
15	208	511	7.162	14,0	15,1
16	206	503	7.070	14,1	15,3

Houve variação de 13% na quantidade de alunos matriculados na Pré-escola entre 2011 e 2016.

Petrópolis apresenta o panorama a seguir para o **Ensino Fundamental**:

Tabela 23: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Total – 2011 a 2016

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/professor no município	Rateio alunos/professor no estado
11	173	1.931	44.550	23,1	21,9
12	175	1.865	43.106	23,1	21,6
13	183	1.954	41.765	21,4	20,6
14	179	1.912	40.455	21,2	19,9
15	177	1.928	39.065	20,3	19,7
16	169	1.883	37.841	20,1	19,5

O número de matrículas oscilou em -15% no período.

A rede estadual de ensino teve 1% dos alunos matriculados de 2016 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 24: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede estadual – 2011 a 2016

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/professor no município	Rateio alunos/professor da rede estadual no estado
11	11	194	2.470	12,7	17,0
12	9	161	1.951	12,1	16,0
13	8	175	1.813	10,4	13,7
14	8	151	1.432	9,5	11,9
15	7	113	863	7,6	11,9
16	5	78	370	4,7	13,2

Mais de dois terços dos municípios apresentaram redução na quantidade de estabelecimentos da rede estadual, cujo número de matrículas, em Petrópolis, teve variação de -85%.

Já na rede municipal, com 73% do volume de matrículas em 2016, os dados seguem na tabela:

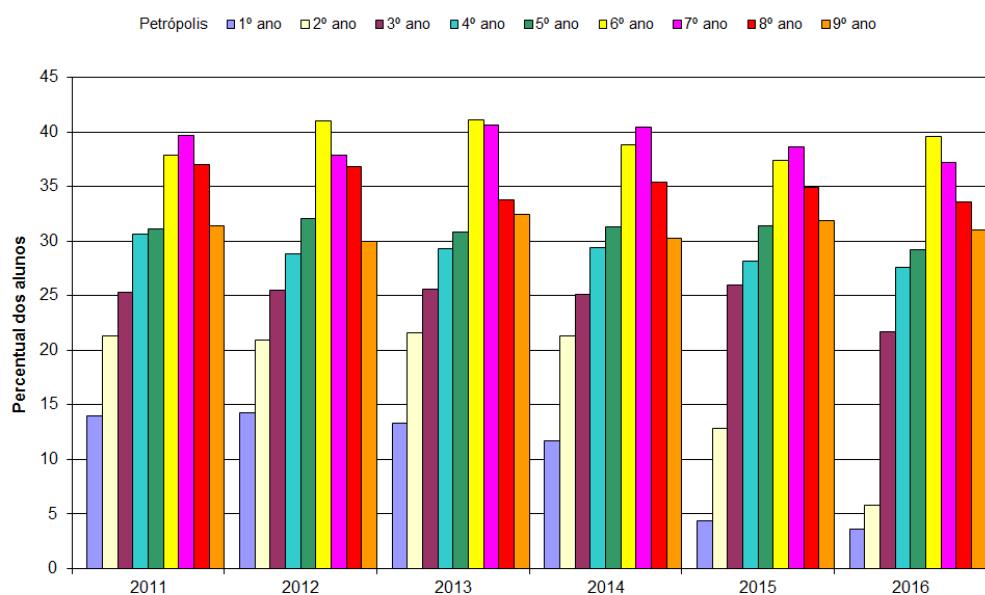
Tabela 25: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede municipal – 2011 a 2016

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/professor no município	Rateio alunos/professor da rede municipal no estado
11	112	1.214	33.002	27,2	23,5
12	111	1.175	31.676	27,0	23,9
13	111	1.197	30.173	25,2	23,0
14	109	1.106	29.098	26,3	21,6
15	155	1.176	28.328	24,1	21,4
16	151	1.149	27.593	24,0	21,4

Houve, no período, variação de -16% no número de alunos, com melhora do rateio de alunos por professor.

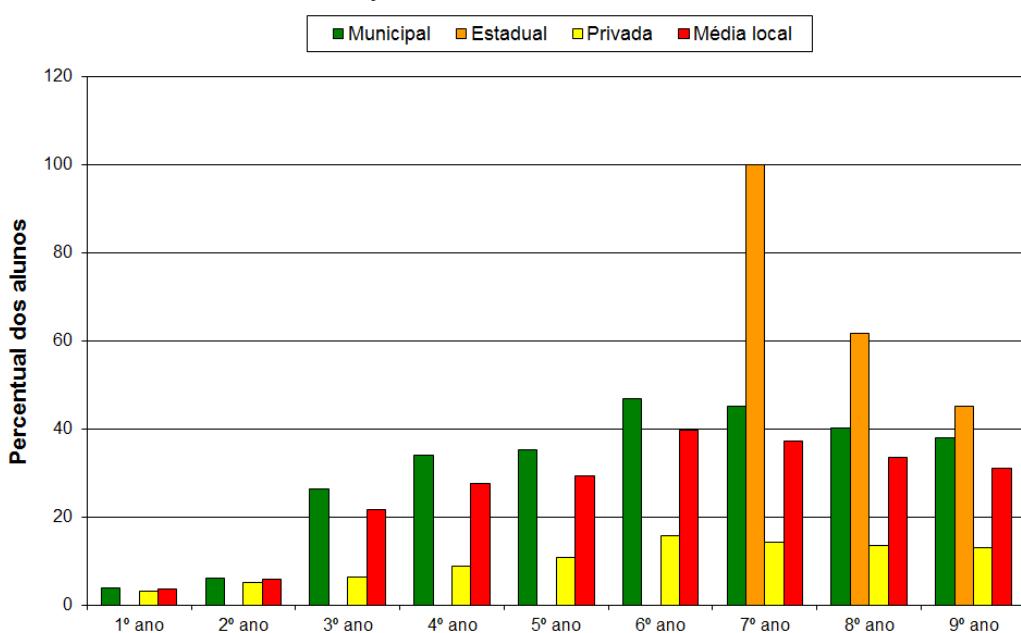
O indicador de distorção de idade por série permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para o ano em estudo. O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série no período analisado:

Gráfico 10: Evolução da taxa de distorção série-idade - Ensino Fundamental – Total – 2011 a 2016



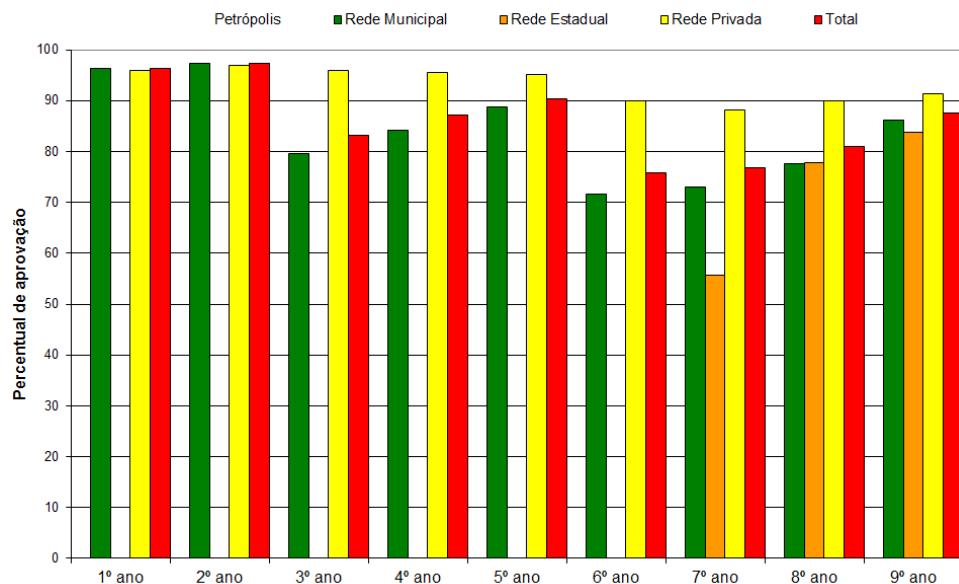
Mesmo que haja uma tendência de redução de distorção série-idade, se ocorre queda desse indicador entre uma série e a seguinte no decorrer dos anos, isso representa evasão escolar. Em 2016, esse indicador por rede é apresentado a seguir.

Gráfico 11: Taxa de distorção série-idade no Ensino Fundamental – Redes – 2016



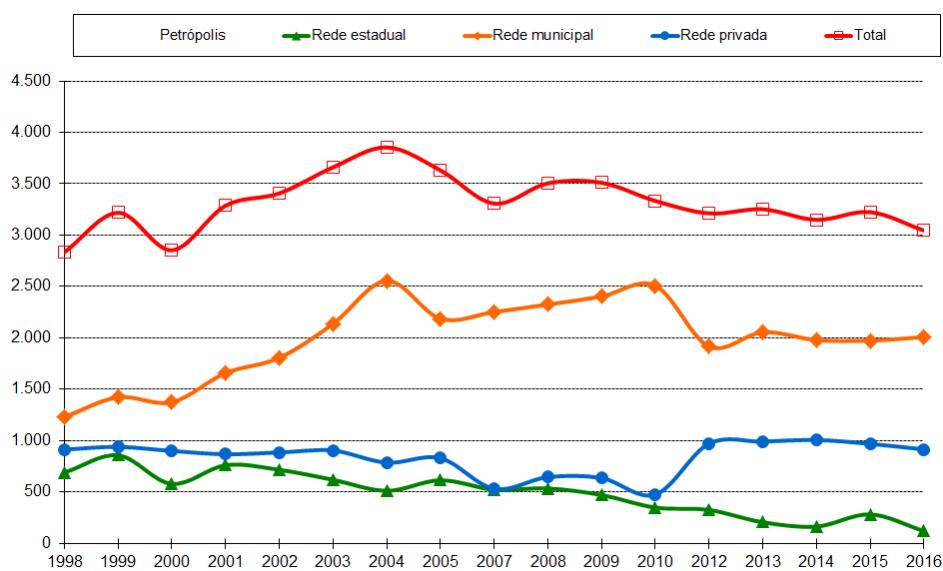
Os indicadores de aprovação por rede de ensino de 2016 são apresentados no gráfico a seguir, evidenciando baixo rendimento da rede pública e hegemonia de aprovação na rede particular a partir do 3º ano.

Gráfico 12: Taxa de aprovação no Ensino Fundamental – Redes e total – 2016



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental em Petrópolis. De um total de 2.833 em 1998 para 3.044 formandos em 2016, houve variação de 7% no período.

Gráfico 13: Concluintes do Ensino Fundamental – Redes e total – 1998 a 2016



No Ensino Médio, Petrópolis apresenta o panorama a seguir:

Tabela 26: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Total – 2011 a 2016

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
10	41	786	12.260	15,6	15,1
11	41	858	12.274	14,3	14,6
12	40	890	11.480	12,9	14,3
13	42	889	11.355	12,8	13,6
14	43	930	11.264	12,1	11,5
15	45	838	11.095	13,2	12,8

O número de matrículas oscilou em -10% no período de 2011 a 2016, contra aumento no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor.

A rede municipal de Petrópolis responde por 7% das matrículas do Ensino Médio. Especificamente da rede estadual, com 66% do volume de matrículas em 2016, o quadro que se apresenta é o seguinte:

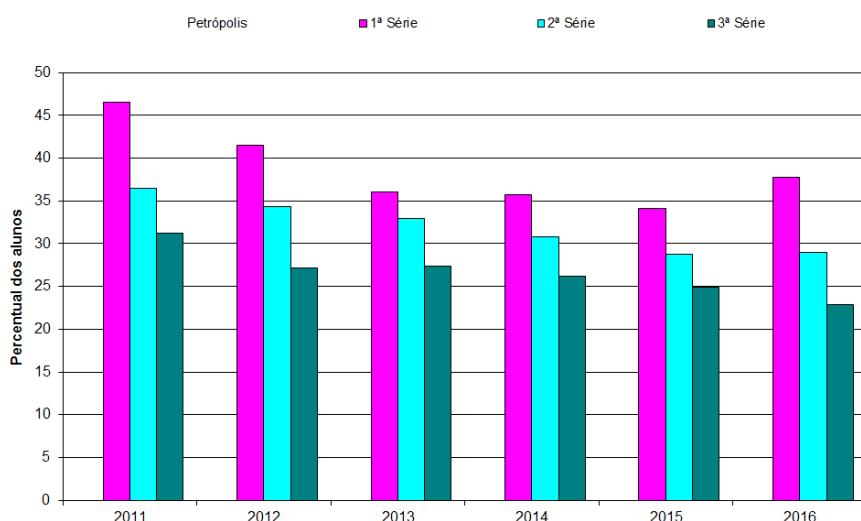
Tabela 27: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Rede estadual – 2011 a 2016

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no estado
10	10	509	8.384	16,5	16,0
11	10	469	8.350	17,8	15,4
12	10	489	7.713	15,8	15,1
13	10	478	7.615	15,9	14,3
14	10	503	7.450	14,8	12,6
15	12	515	7.373	14,3	13,3

Houve variação de -12% na quantidade de alunos matriculados no período.

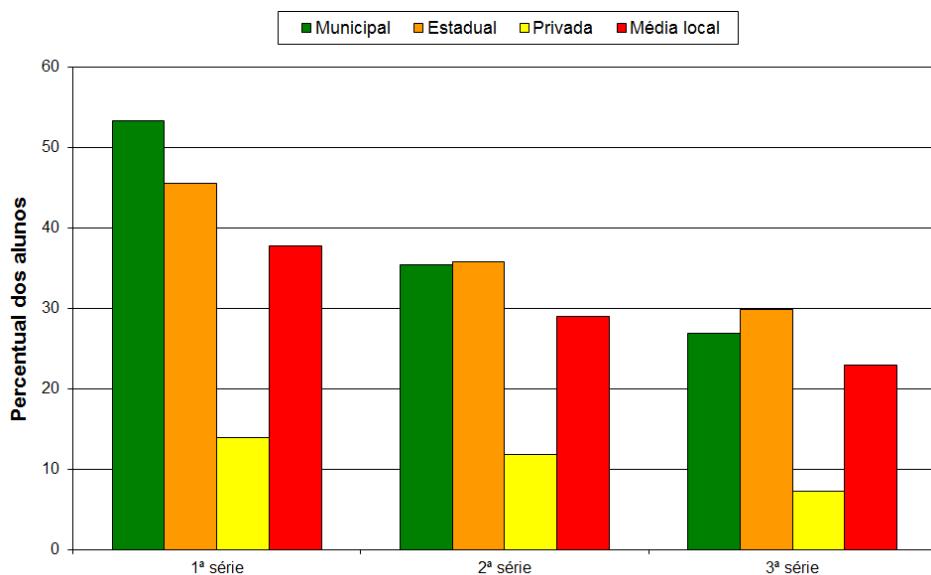
O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série:

Gráfico 14: Taxa de distorção série-idade – Ensino Médio – Total – 2011 a 2016



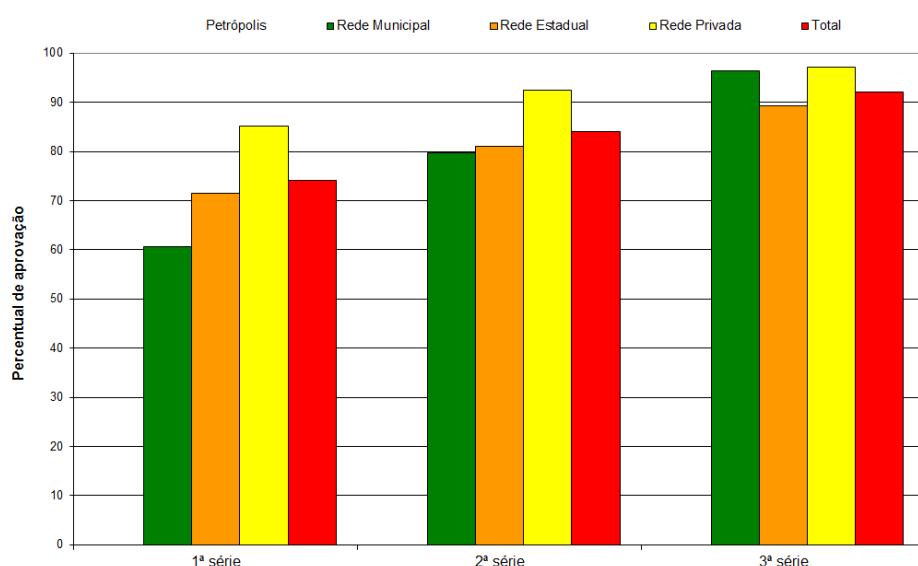
O próximo gráfico faz a comparação de cada rede escolar do município:

Gráfico 15: Evolução da taxa de distorção série-idade total – Ensino Médio – Redes – 2016



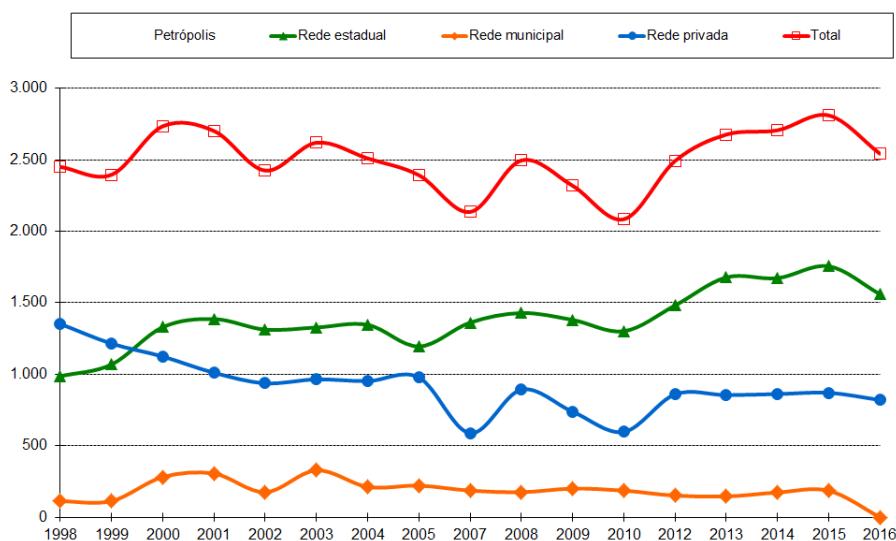
O comparativo dos índices de aprovação por rede de ensino em 2016 é apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 16: Taxa de aprovação no Ensino Médio – Redes – 2016



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso. Os formandos foram em número de 2.450 em 1998, passando para 2.542 em 2016, com variação de 4% no período.

Gráfico 17: Concluintes do Ensino Médio – 1998-2016



No ensino de jovens e adultos, Petrópolis teve um total de 7.089 alunos matriculados em 2016, sendo 56% na rede estadual e 36% na municipal.

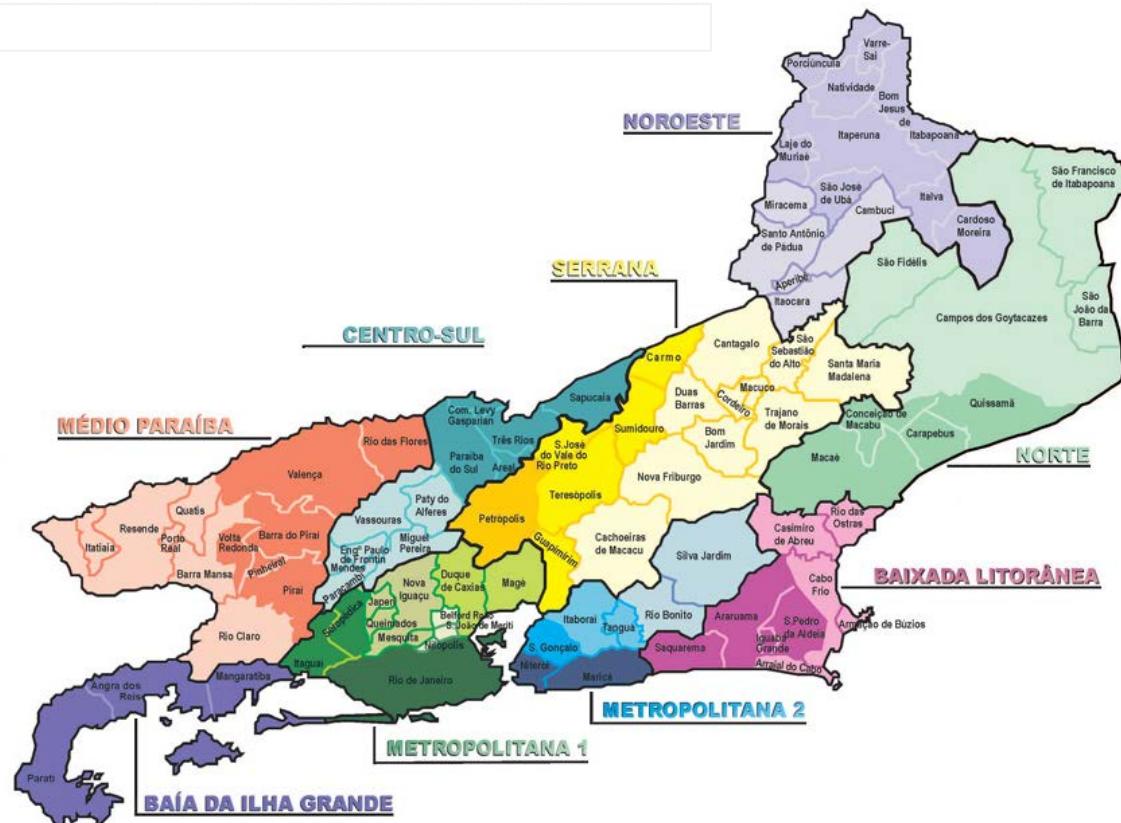
Havia 71 cursos de graduação presencial no ensino superior, com 10.916 alunos matriculados em 2015 (último dado disponível).

Saúde

A Constituição brasileira estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Para atingir este objetivo, foi criado o Sistema Único de Saúde – SUS, de acordo com diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação popular, respeitando os princípios de universalidade, integralidade e igualdade. Abrange desde o atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, para uma clientela de cerca de 190 milhões de pessoas, sendo que 80% delas dependem exclusivamente do SUS para obter tratamento.

A atenção à saúde obedece a uma regionalização para escalonar o nível de atendimento, desde os procedimentos simples e ambulatoriais até os de média e alta complexidade. Nesse sentido, foram estabelecidos centros de referência para as ações de maior complexidade. Todo o sistema segue uma programação que deve ser integrada e objeto de um contrato entre as diversas secretarias de saúde envolvidas. A regionalização é responsável por estruturar e regular esse processo de descentralização das ações e serviços de saúde. Ou seja, como a maior parte dos municípios não tem condições de oferecer na integralidade os serviços de saúde, para que o sistema funcione, é necessário que haja uma estratégia regional de atendimento (parceria entre estado e municípios), para corrigir as distorções de acesso.

A regionalização, exposta no mapa da página a seguir, ganhou força no Rio de Janeiro com a adesão do estado ao Pacto pela Saúde, ao qual se juntaram muitos municípios no decorrer dos anos.



Pacto pela Saúde

Iniciado em 2006, o Pacto pela Saúde foi um conjunto de reformas institucionais ajustadas entre União, estados e municípios visando a alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS. A implementação do pacto se dava pela adesão dos entes federados ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG, que substituiu os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabeleceu metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente.

O pacto alterou o processo de habilitação dos entes federados, não havendo mais a divisão entre municípios ou estados “habilitados” e “não habilitados”. Todos passaram a ser gestores das ações de saúde, com atribuições definidas e metas a cumprir. A adesão dos municípios ao Pacto pela Saúde indicava a formalização da assunção das responsabilidades e atribuições da esfera municipal na condução do processo de aprimoramento e consolidação do SUS. Para todas as responsabilidades, eram estabelecidas categorizações de “realiza” e “não realiza” e, consequentemente, um plano de ação e prazo para realização daquelas ainda não realizadas.

As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios também foram modificadas, passando a ser integradas em cinco grandes blocos de financiamento (atenção básica; média e alta complexidade da assistência; vigilância em saúde; assistência farmacêutica; e gestão do SUS), substituindo, assim, as mais de 100 rubricas que eram utilizadas para essas finalidades.



Conforme já examinado em edição anterior deste Estudo Socioeconômico, o Pacto pela Saúde dividia-se em Pacto pela Vida, que definiu as prioridades para o SUS; Pacto em Defesa do SUS, que propunha uma agenda de repolitização do SUS com a sociedade e a busca de financiamento adequado; e Pacto de Gestão, que estabeleceu as diretrizes e redefiniu as responsabilidades de gestão em função das necessidades de saúde da população e da busca de equidade social.

No Pacto pela Vida, foram enumeradas prioridades básicas que os três níveis de governo deveriam perseguir, com metas e indicadores para avaliação anual. A agenda de atividades prioritárias buscava a atenção integral à saúde do idoso; ao controle do câncer de colo de útero e de mama; à redução da mortalidade materna e infantil; ao fortalecimento da atenção básica; à promoção da saúde; e ao reforço de ações para o controle de emergências e endemias com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza.

No estado do Rio de Janeiro, 54 dos 92 municípios aderiram ao Pacto pela Saúde, mas entre eles não está Petrópolis. Em julho de 2012, o Ministério da Saúde extinguiu a exigência de adesão ao Pacto pela Saúde ou de assinatura do Termo de Compromisso de Gestão – TCG. Desde então, as ações para o cumprimento das responsabilidades sanitárias devem estar expressas na programação anual de saúde de cada ente federado e vinculadas às diretrizes e aos objetivos dos respectivos planos de saúde.

Atenção básica da saúde

A formulação de uma política de atenção à saúde voltada para a organização de um sistema equânime, integral e resolutivo requer o atendimento efetivo dos problemas de saúde da população e a realização de um conjunto de ações articuladas e complementares entre os diferentes níveis hierárquicos de atuação: atenção básica, média complexidade e alta complexidade.

A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinâmica existente no território em que vivem essas populações. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Com vistas à operacionalização da atenção básica, definem-se como áreas estratégicas para atuação: a eliminação da hanseníase, o controle da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do idoso, a saúde bucal e a promoção da saúde.

A estratégia saúde da família, com a participação dos agentes comunitários de saúde – ACS e das equipes de saúde bucal – eSB, pretende superar o antigo modelo exclusivamente centrado na doença, passando a uma ação preventiva que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde. Conforme o Ministério da Saúde, a estratégia saúde da família favorece a reorientação do processo de trabalho, com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

Um ponto destacado é o estabelecimento de uma equipe multiprofissional (equipe de saúde da família – eSF) composta por, no mínimo: médico generalista, ou especialista em saúde da família, ou médico de família e comunidade; enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família; auxiliar ou técnico de enfermagem; e agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de saúde bucal. Existem dois tipos de equipe de saúde bucal, quais sejam: a modalidade I, composta por cirurgião-dentista generalista ou especialista em saúde da família e auxiliar em saúde bucal; e a modalidade II, que inclui um técnico em saúde bucal.

A tabela a seguir⁴² demonstra a evolução dessa política no estado nos últimos 10 anos e aponta a dificuldade que existe para sua implantação, aquém do que está credenciado pelo Ministério da Saúde e com insuficiente nível de cobertura, em que pese alcançar aproximadamente metade da população:

Tabela 28: Evolução do Programa Saúde da Família – 2007-2016

Dezembro de cada ano	Agentes Comunitários de Saúde				Equipes de Saúde da Família				Equipes de Saúde Bucal				
	Nº de municípios com ACS	Credenciados pelo Ministério da Saúde	Implantados	Proporção de cobertura populacional estimada	Nº de municípios com eSF	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Proporção de cobertura populacional estimada	Nº de municípios com eSB	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Proporção de cobertura populacional estimada	
2007	87	14.617	8.511	31%	85	2.237	1.302	28%	62	590	436	73	45
2008	91	14.790	9.922	35%	89	2.266	1.440	31%	67	611	510	75	54
2009	90	15.337	10.205	36%	88	2.342	1.477	31%	69	651	532	82	56
2010	91	15.544	11.334	39%	90	2.365	1.633	34%	74	911	647	198	89
2011	91	16.190	13.005	45%	90	2.408	1.880	39%	76	947	720	193	166
2012	92	18.015	14.643	50%	89	2.769	2.124	45%	77	1.377	816	429	205
2013	91	18.118	14.328	49%	90	2.773	2.160	45%	77	1.396	830	429	195
2014	91	18.147	14.625	50%	91	2.816	2.377	49%	79	1.443	867	428	217
2015	92	18.447	14.524	50%	92	2.828	2.352	49%	80	1.447	822	428	224
2016	92	18.447	14.834	51%	91	2.836	2.497	52%	78	1.459	897	416	222

Em dezembro de 2016, um município não tinha equipe de saúde da família e 14 não dispunham de equipe de saúde bucal. Petrópolis apresentava o seguinte quadro:

Tabela 29: Situação do Programa Saúde da Família – 2016

Agentes Comunitários de Saúde				Equipes de Saúde da Família				Equipes de Saúde Bucal			
Teto	Credenciados pelo Ministério da Saúde	Implantados	Proporção de cobertura populacional estimada	Teto	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Proporção de cobertura populacional estimada	Modalidade I		Modalidade II	
								Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas
743	344	272	53%	149	51	43	50%	23	23	0	0

42 - Portal da Saúde, http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico_cobertura_sf.php.

Tuberculose – Ainda no âmbito da atenção básica, é uma doença infecciosa e transmissível que afeta prioritariamente os pulmões⁴³. Anualmente são notificados cerca de 10 milhões de novos casos em todo o mundo, levando mais de um milhão de pessoas a óbito. O surgimento da Aids e o aparecimento de focos de tuberculose resistente aos medicamentos agravam ainda mais esse cenário.

A tuberculose, causada pelo bacilo de Koch (*Mycobacterium tuberculosis*), é sério problema de saúde pública no Brasil, com profundas raízes sociais. A doença tem cura, mas é fundamental que o diagnóstico seja precoce. O tratamento deve ser iniciado o quanto antes, para diminuir as chances de transmissão.

No período de 2006 a 2015, o país reduziu a incidência em 13,2%, passando de 38,7 casos por 100 mil habitantes para 33,6. A taxa de mortalidade chegou a 2,2 óbitos para cada 100 mil habitantes, em 2015, contra 2,6 registrados em 2014. Em relação ao número de casos novos, a redução no período foi de 4,8%.

A Estratégia pelo Fim da Tuberculose, aprovada em 2014 na Assembleia Mundial de Saúde, tem como objetivo o “fim da epidemia global da tuberculose”. As metas para cumprimento desse objetivo até o ano de 2035 são: reduzir o coeficiente de incidência para menos de 10 casos por 100 mil habitantes e reduzir o número de óbitos por tuberculose em 95%.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde – SES⁴⁴, o Estado do Rio de Janeiro registrou 11.469 novos casos de tuberculose em 2016, enquanto no ano anterior foram notificados 11.417 casos. A tuberculose atinge principalmente o sexo masculino, que representa 67% dos casos notificados, em média, a cada ano.

Hanseníase – O bacilo de Hansen (*Mycobacterium leprae*) é o causador de uma doença infecto-contagiosa crônica que atinge, principalmente, as células cutâneas e dos nervos periféricos, mas que tem tratamento e cura. Sem o tratamento adequado, a hanseníase pode evoluir para graves deformações em áreas do corpo como o nariz e os dedos (dos pés ou das mãos). Uma pessoa que apresente a forma infectante da doença e que esteja sem tratamento poderá transmiti-la a outras pessoas suscetíveis com quem tenha contato direto e prolongado.

Em janeiro de 2017, o Ministério da Saúde divulgou números que apontam uma redução de 34,1% no número de casos novos diagnosticados com hanseníase no Brasil⁴⁵, passando de 43,6 mil em 2006 para 28,7 mil em 2015. Tal redução corresponde a uma queda de 39,7% da taxa de detecção geral, que passou de 23,37/100 mil habitantes em 2006 para 14,07/100 mil habitantes em 2015. No Estado do Rio de Janeiro, ainda conforme dados publicados pelo Ministério da Saúde, foram detectados 721 casos novos de hanseníase em 2016⁴⁶.

Dengue, chikungunya e zika – A dengue é um dos principais problemas de saúde pública no mundo. A figura a seguir ilustra as áreas de risco de transmissão da doença, cujo principal vetor é o mosquito *Aedes aegypti*.

43 - Ministério da Saúde, <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/tuberculose>.

44 - <http://www.saude.rj.gov.br/noticias/2017/03/dia-internacional-de-luta-contra-a-tuberculose-doenca-atinge-principalmente-pessoas-no-auge-de-sua-vida-ativa>.

45 - <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/27484-em-10-anos-o-numero-de-novos-casos-de-hansenise-cai-34>.

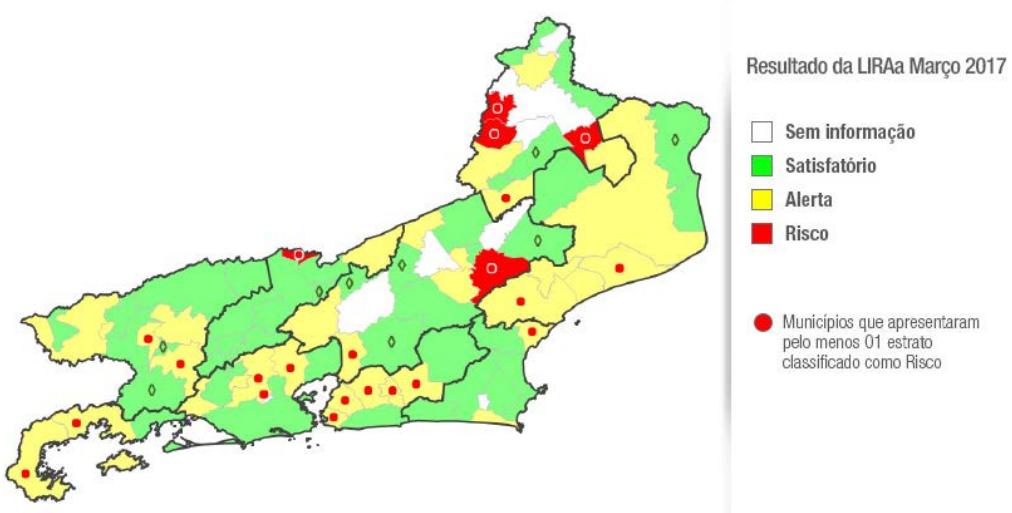
46 - http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/julho/11/Tabela%20Geral_12016.pdf.



Fonte: Organização Mundial da Saúde

Atualmente, circulam no Brasil os quatro sorotipos da doença. No Estado do Rio de Janeiro, a epidemia mais grave foi registrada em 2002, com mais de 248 mil casos. Conforme boletim da Secretaria de Estado de Saúde – SES⁴⁷, foram notificados 85,5 mil casos prováveis de dengue em 2016, contra 73,1 mil em 2015.

O Levantamento de Índice Rápido para o *Aedes aegypti* (LIRAA) foi idealizado com o objetivo de monitorar a população do vetor da dengue. Fornece o Índice de Infestação Predial (IIP) e o Índice de Infestação em Depósitos (Índice de Breteau – IB), o que o torna um importante instrumento de orientação, pois identifica as áreas prioritárias para medidas e ações estratégicas de controle e combate aos mosquitos, visando à redução dos índices de infestação. Em cada município, agentes de saúde visitam residências e outros tipos de imóveis para inspecionar e identificar os criadouros, e ao encontrar, coletar as larvas ou pupas para análise em laboratório. O mapa a seguir mostra o resultado do levantamento para março de 2017⁴⁸.



47 - Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Cenário epidemiológico: dengue, chikungunya e zika no Estado RJ. Janeiro de 2017. Disponível em <http://www.riocomsaude.rj.gov.br/Publico/MostrarArquivo.aspx?C=7eeHrPVyjGk%3d>.

48 - <http://www.riocontradengue.rj.gov.br/Site/Conteudo/Liraa.aspx>.

Semelhante à dengue, a febre de chikungunya é causada por um vírus da família *Togaviridae*, também transmitido pelo *Aedes aegypti* e, em menor escala, pelo *Aedes albopictus*. Por se tratar de um vírus introduzido há pouco tempo, a maior parte da população está suscetível à doença. Em 2016, o número de casos prováveis de chikungunya no estado chegou a 15.149, contra somente 114 casos em 2015⁴⁹.

Além da chikungunya, o Rio de Janeiro assistiu recentemente à introdução do zika vírus⁵⁰, da família *Flaviviridae*, cujo principal vetor, mais uma vez, é o *Aedes aegypti*. A doença causa febre, manchas pelo corpo, coceira, além de dor de cabeça, muscular e nas articulações, e pode estar associada ao nascimento de crianças com microcefalia⁵¹, bem como à síndrome de Guillain-Barré, uma doença neurológica de origem autoimune que tem como principal sintoma a fraqueza muscular generalizada. O número de casos prováveis de zika em 2016 no Rio de Janeiro foi de 71.616, contra 47 no ano anterior.

Febre amarela – No final de 2016, iniciou-se em Minas Gerais, em áreas vizinhas ao Rio de Janeiro, um surto de febre amarela, doença infecciosa febril aguda também causada por um vírus da família *Flaviviridae*. Ao longo de 2017, os registros alcançaram o território fluminense, e até o mês de junho haviam ocorrido 22 casos em humanos, com oito óbitos⁵². Os municípios que haviam registrado morte por causa da doença eram: Macaé, Casimiro de Abreu, Porciúncula, Maricá, Silva Jardim e Santa Maria Madalena.

Há duas formas de transmissão de febre amarela – silvestre e urbana. A forma urbana é transmitida pelo *Aedes aegypti* e, de acordo com o Ministério da Saúde, desde os anos 40, o Brasil não registra casos deste tipo. Já a silvestre é transmitida pelos mosquitos dos gêneros *Haemagogus* e *Sabathes*, de hábitos estritamente silvestres, que vivem em matas e vegetações à beira dos rios. Quando o mosquito pica um macaco ou uma pessoa doente, que está com febre amarela, ele torna-se capaz de transmitir o vírus.

Estudos mostram que a febre amarela ocorre com maior frequência de dezembro a maio, na estação das chuvas, quando há aumento das populações de mosquitos, favorecendo a circulação do vírus. Os sinais e sintomas mais comuns são: febre alta, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e vômitos que duram, em média, três dias. Não há nenhum tratamento específico. Nas formas mais graves da doença, podem ocorrer icterícia (olhos e pele amarelados), problemas no fígado e nos rins, hemorragia e cansaço intenso.

A única forma de evitar a febre amarela é através da vacinação. Por essa razão, a Secretaria de Estado de Saúde – SES solicitou ao Ministério da Saúde que todos os 92 municípios do Rio de Janeiro fossem incluídos na área de recomendação da vacina, feita de forma escalonada. A SES recomendou prioritariamente a imunização de moradores de áreas rurais e pessoas que se desloquem para áreas de risco.

49 - Cenário epidemiológico: dengue, chikungunya e zika no Estado RJ.

50 - <http://www.saude.rj.gov.br/imprensa-noticias/30576-boletim-epidemiologico-casos-de-microcefalia-e-gestantes-com-sindrome-exantematica-5.html>.

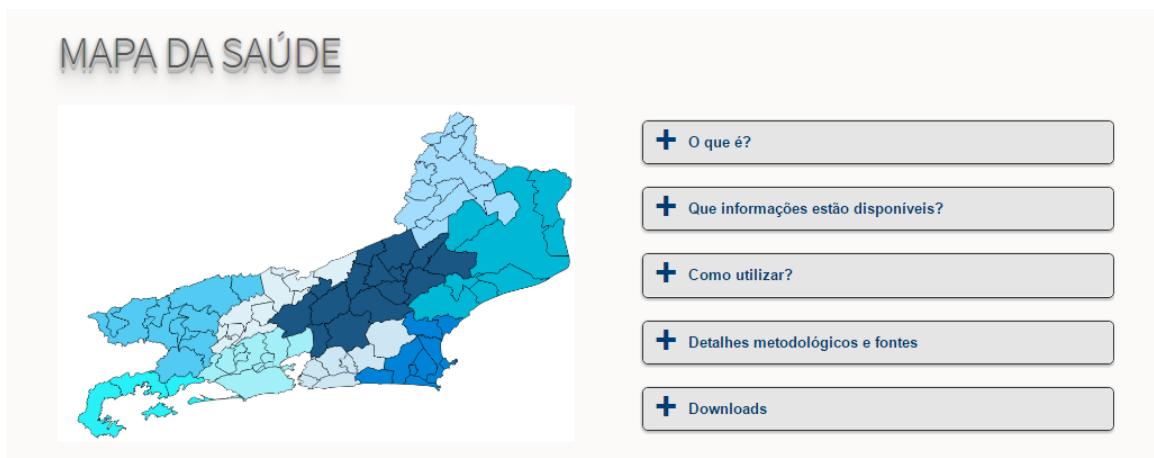
51 - A microcefalia é uma condição rara em que o bebê nasce com o crânio menor que o tamanho normal. Na maioria dos casos, é resultado de alguma infecção adquirida pela mãe durante a gravidez, como toxoplasmose, rubéola e citomegalovírus, além de abuso de álcool, drogas e em síndromes genéticas como a síndrome de Down. Em 90% dos casos, a microcefalia está associada a um atraso no desenvolvimento neurológico, psíquico e/ou motor. Não há como reverter a microcefalia, mas é possível melhorar o desenvolvimento e a qualidade de vida da criança.

52 - <http://www.saude.rj.gov.br/noticias/2017/06/febre-amarela-reuniao-de-gestores-municipais-discute-estrategias-para-a-vacinacao-no-ri>.

Conexão Saúde RJ

A Secretaria de Estado de Saúde lançou um Portal da Saúde⁵³ com informações sobre o SUS no Estado do Rio de Janeiro, apresentando indicadores, a pontuação de resultados e metas e as fichas técnicas municipais, além de material de apoio e *links* importantes.

Uma ferramenta de apoio à gestão é o Mapa da Saúde, com a representação da distribuição de ações e serviços ofertados pelo SUS, investimentos e o desempenho aferido. O mapa, em formato HTML, permite a visualização das semelhanças, diferenças, concentrações e carências dos diversos municípios fluminenses quanto aos recursos em saúde e os resultados de sua aplicação. Trata-se de uma ferramenta preliminar para a análise em saúde, subsidiando o planejamento integrado dos entes federativos e o estabelecimento de metas a serem monitoradas pelos gestores e acompanhadas pelos conselhos de saúde.



Os indicadores apresentados são os seguintes:

Sociodemográficos e de saúde suplementar

- População e nascidos vivos
- Percentual de população idosa (60 anos e mais)
- Percentual de população urbana
- Cobertura de saúde suplementar
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- Renda média domiciliar *per capita*
- PIB *per capita*

Capacidade de investimento próprio

- Percentual de receita aplicada em saúde
- Receita *per capita*
- Despesa com recursos próprios em saúde *per capita*

53 - <http://www.saude.rj.gov.br/>.

Atenção hospitalar

Leitos por mil habitantes/ano

Percentual de municípios atendidos no próprio município

Percentual de municípios atendidos na própria região de saúde

Proporção de acesso hospitalar de óbitos por acidente

Atenção à saúde materno-infantil

Mortalidade infantil - número

Mortalidade infantil - taxa

Mortalidade infantil - taxa quadrienal

Número de óbitos maternos

Percentual de nascidos vivos com sete ou mais consultas de pré-natal

Número de casos novos de sífilis congênita

Atenção básica

Cobertura de equipes de Atenção Básica

Proporção de vacinas do Calendário Básico de Vacinação da Criança com coberturas vacinais alcançadas

Cobertura de saúde bucal

Agravos estratégicos para a vigilância em saúde

Percentual de cura de casos de tuberculose pulmonar bacilífera

Óbitos por dengue

Taxa de incidência de AIDS

Taxa de mortalidade por tuberculose

Taxa de incidência de tuberculose

Mortalidade

Mortalidade proporcional por doenças do aparelho circulatório

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório

Taxa de mortalidade quadrienal por doenças do aparelho circulatório

Mortalidade proporcional por neoplasias malignas

Taxa de mortalidade por neoplasias malignas

Taxa de mortalidade quadrienal por neoplasias malignas

Mortalidade proporcional por doenças respiratórias crônicas

Taxa de mortalidade por doenças respiratórias crônicas

Taxa de mortalidade quadrienal por doenças respiratórias crônicas

Mortalidade proporcional por causas externas

Taxa de mortalidade por causas externas

Taxa de mortalidade quadrienal por causas externas

Mortalidade proporcional por doenças transmissíveis

Taxa de mortalidade por doenças transmissíveis

Taxa de mortalidade quadrienal por doenças transmissíveis

Saúde no município

Os dados a seguir, coletados no sistema Datasus⁵⁴, referem-se à rede local e aos recursos materiais e humanos disponíveis em Petrópolis.

Tabela 30: Estabelecimentos por tipo – Município – Dezembro 2016

Estabelecimentos por tipo	Quantidade
Academia da saúde	4
Central de regulação	2
Central de regulação médica das urgências	1
Centro de atenção psicossocial	3
Centro de saúde/unidade básica de saúde	43
Clinica especializada/ambulatório especializado	63
Consultório	242
Cooperativa	2
Hospital especializado	4
Hospital geral	6
Hospital-dia	1
Policlínica	34
Posto de saúde	8
Pronto atendimento	2
Pronto socorro geral	1
Secretaria de Saúde	1
Serviço de atenção domiciliar isolado (<i>home care</i>)	2
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	35
Unidade de vigilância em saúde	3
Unidade móvel pré-hospitalar - urgência/emergência	4

Tabela 31: Distribuição de leitos hospitalares – Município – Dezembro 2016

Descrição	Quantidade existente	% à disposição do SUS
Cirúrgico	181	42%
Clínico	355	51%
Obstétrico	79	68%
Pediátrico	61	61%
Outras especialidades	809	81%
Hospital-dia	4	50%

54 - <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>.

O Cadastro Nacional de Equipamentos de Saúde dispõe dos dados sobre os equipamentos existentes, aqueles que se encontram em uso e os que estão disponíveis para o SUS. A tabela seguinte apresenta um resumo do quadro local:

Tabela 32: Recursos Físicos – Equipamentos – Município – Dezembro 2016

Descrição	Quantidade existente	% à disposição do SUS
Audiologia	51	12%
Diagnóstico por imagem	225	28%
Infraestrutura	181	14%
Odontologia	614	23%
Manutenção da vida	1.272	6%
Métodos gráficos	111	18%
Métodos ópticos	90	19%
Outros	342	13%

Os recursos humanos disponíveis para a população de Petrópolis são os seguintes:

Tabela 33: Recursos Humanos – Ocupações – Município – Dezembro 2016

Ocupação do profissional	Quant.	SUS	Ocupação do profissional	Quant.	SUS
Assistente social	32	94%	Nutricionista	47	57%
Bioquímico/Farmacêutico	28	79%	Odontólogo	209	69%
Cirurgião geral	94	77%	Pediatra	223	65%
Clínico geral	432	79%	Psicólogo	139	45%
Enfermeiro	322	80%	Psiquiatra	39	67%
Fisioterapeuta	217	58%	Radiologista	66	62%
Fonoaudiólogo	64	34%	Sanitarista	1	100%
Ginecologista/Obstetra	165	52%	Outras especialidades médicas	840	54%
Médico de família	54	100%	Outras ocup. de nível superior rel. à saúde	35	60%

Mercado de trabalho

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – Rais⁵⁵, do Ministério do Trabalho, o mercado de trabalho formal brasileiro apresentou, em 2016, uma queda de 4,2%, correspondente à perda de dois milhões de vínculos empregatícios com relação a 2015. Em decorrência, o contingente de vínculos formais no Brasil decaiu de 48,1 milhões para 46,1 milhões. Tal quadro reflete a severidade da crise econômica iniciada em 2014 sobre o mercado de trabalho brasileiro, cujo ápice ocorreu em 2016.

A remuneração real média do trabalhador brasileiro cresceu 0,8% em relação a 2015, alcançando R\$ 2.852,62 em dezembro de 2016. Em relação a 2014, quando a remuneração chegou a R\$ 2.904,59 (auge da série histórica), houve redução da ordem de 1,8%.

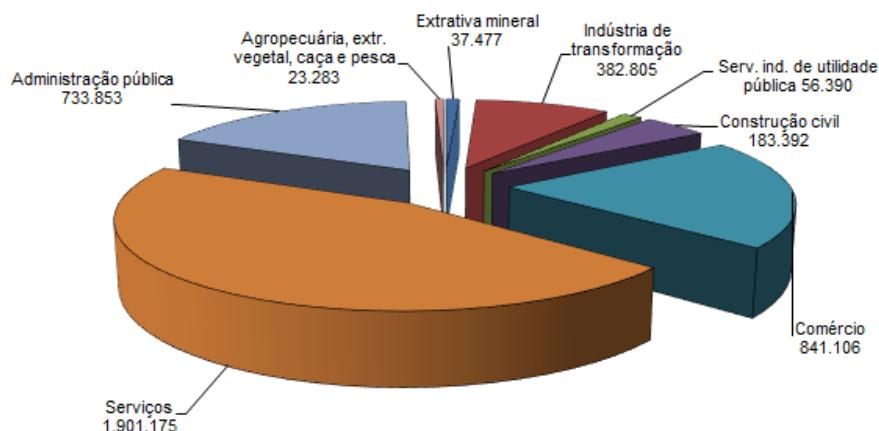
No Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa registrou uma expressiva redução de 6,50% do emprego formal em 2016, decorrente da perda de 298.378 postos de

55 - Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>.

trabalho. O rendimento médio do trabalhador fluminense passou de R\$ 3.313,46, em dezembro de 2015, para R\$ 3.283,89, em 2016, a preços de dezembro de 2016. Tal variação representa uma redução de 0,89%.

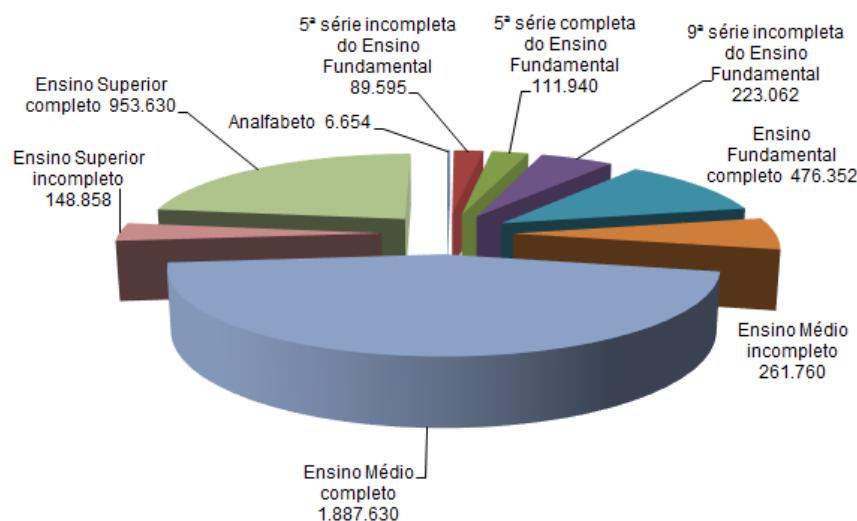
Em dezembro de 2016, o número de empregos formais totalizava 4.159.481 no Rio de Janeiro. A exemplo do ano anterior, houve queda em todos os setores. Em números absolutos, os piores desempenhos foram registrados nos serviços, que extinguiram 107.961 postos de trabalho (-5,37% em relação aos empregos existentes em 2015), seguidos da construção civil, com menos 78.419 empregos (-29,95%), da indústria de transformação, que perdeu 44.590 postos (-10,43%), do comércio, com queda de 29.142 (-3,35%) e da administração pública, com redução de 20.243 (-2,68%). O estoque de empregos por setor é mostrado no gráfico a seguir.

Gráfico 18: Estoque de empregos formais por setor da economia fluminense – dez 2016



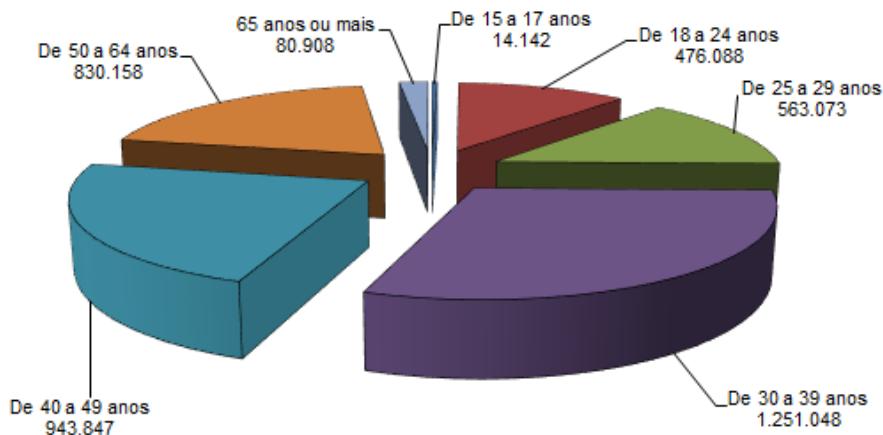
Conforme o grau de instrução, os postos de trabalho apresentam no estado a seguinte distribuição:

Gráfico 19: Estoque de empregos formais da economia fluminense por grau de instrução – dez 2016



De acordo com a faixa etária:

Gráfico 20: Estoque de empregos formais da economia fluminense por faixa etária – dez 2016



Em seguida, é apresentada a informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged sobre o município em estudo, em comparação com sua microrregião, própria do Ministério do Trabalho para o Estado do Rio de Janeiro, a saber:

Tabela 34: Microrregiões e seus municípios, conforme o Caged

Microrregião Caged	Municípios que dela fazem parte
Bacia de São João	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim
Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis e Paraty
Barra do Piraí	Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Cantagalo-Cordeiro	Cantagalo, Carmo, Cordeiro e Macuco
Itaguaí	Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica
Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai
Lagos	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema
Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito
Macaé	Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã
Nova Friburgo	Bom Jardim, Duas Barras, Nova Friburgo e Sumidouro
Rio de Janeiro	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá
Santa Maria Madalena	Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes
Santo Antônio de Pádua	Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá.
Serrana	Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis
Três Rios	Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios
Vale do Paraíba	Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda
Vassouras	Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras

A evolução recente e a participação no número de empregos formais no município e na microrregião a que pertence encontram-se na tabela que se segue:

Tabela 35: Evolução do mercado de trabalho, conforme o Caged – Jan a dez 2016

Movimentação	Município	Microrregião
	Qt	Qt
Admissões	23.165	37.076
Desligamentos	25.052	40.547
Número de empregos formais (1º jan 2017)	65.026	101.655
Total de estabelecimentos (1º jan 2017)	13.724	21.496
Variação absoluta	-1.887	-3.471

Fonte: Caged, disponível em http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

V - INDICADORES ECONÔMICOS

Mapa do desenvolvimento

O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, apresenta 46 propostas e 158 ações para o período 2016-2025. O trabalho, que pode ser acessado no endereço <http://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/mapa-do-desenvolvimento/>, oferece 10 agendas regionais, uma para a capital e nove para o interior.

Conforme a publicação, o *Ranking de Competitividade dos Estados*⁵⁶ de 2015 foi liderado por São Paulo. O Rio de Janeiro ocupou a distante oitava posição nacional, atrás de todos os estados do Sul e do Sudeste, alcançando 66 dos 100 pontos possíveis, o que foi suficiente apenas para ficar acima dos 53 pontos da média Brasil. Com indicadores abaixo da média nacional, as áreas mais críticas da competitividade fluminense apontadas pelo estudo são a infraestrutura, a segurança pública e o crescimento econômico. O Rio de Janeiro se destacou com nota máxima unicamente pela disponibilidade e qualidade de seu capital humano.

Para mudar esse quadro desfavorável, a Firjan ouviu sindicatos e empresários de todo o estado. Por meio de pesquisa e reuniões, mais de 1.000 empresários definiram as questões mais relevantes à competitividade da indústria e de sua cadeia produtiva, assegurando que as propostas refletissem de fato as questões prioritárias para seus negócios e para a evolução do estado como um todo.

Ao todo, as propostas são distribuídas em cinco temas: Sistema Tributário, Mercado de Trabalho, Infraestrutura, Gestão e Políticas Públicas e Gestão Empresarial, conforme a figura a seguir.



56 - O ranking, desenvolvido pelo Centro de Liderança Pública, com apoio da BM&F Bovespa e pesquisa técnica da The Economist Intelligence Unit e da Tendências Consultoria Integrada, avalia anualmente os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal.

Agenda regional

A Região Serrana Fluminense é formada por um único município, Petrópolis, que em 2015 concentrava 298 mil habitantes, o equivalente a 1,8% da população estadual.

Em 2013, o PIB atingiu R\$ 9,5 bilhões, respondendo por 1,5% do PIB estadual. Já o PIB industrial foi de R\$ 2,5 bilhões (1,5% do PIB industrial fluminense).

Com relação ao desenvolvimento socioeconômico, segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal⁵⁷ (IFDM) 2015, Petrópolis recebeu conceito moderado, estando na nona posição do ranking estadual e na 531^a no nacional. No que tange à responsabilidade administrativa, Petrópolis ocupou a 13^a posição no estado e a 359^a no país no Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) 2015, tendo recebido conceito B, indicando boa gestão fiscal⁵⁸.

A indústria responde por 26% do PIB da região, com destaque para as cadeias de vestuário e acessórios, alimentos e bebidas, têxtil, construção, mobiliário e produtos diversos. Para a próxima década, a expectativa é de aumento da atividade industrial na região, em especial nas cadeias do vestuário e acessórios, tecnologia da informação e comunicação (TIC), de alimentos e bebidas e da indústria aeronáutica.

Os empresários da região apontaram sete propostas para a atuação prioritária nos próximos anos, conforme a figura:



A seguir são apresentadas as ações conforme a priorização realizada pelos empresários da região.

Infraestrutura

- Proposta 1: criação, preservação e adequação de zonas industriais e empresariais**

Definir áreas para a atração e retenção de empresas é fundamental para a diversificação de seu parque industrial e acelerar seu desenvolvimento. É preciso criar condições para atrair fornecedores das indústrias e empresas que já estão instaladas.

57 - www.firjan.com.br/ifdm.

58 - www.firjan.com.br/ifgf.

Porém, para que o investidor possa optar por se instalar no município, é necessário que existam áreas que ofereçam a infraestrutura adequada, que sejam preservadas legal e fisicamente, não tenham restrições ambientais e, preferencialmente, já possuam atividades de interesse identificadas e pré-licenciadas.

Outro ponto importante é que estas áreas sejam estruturadas de forma integrada em toda a Região Serrana, garantindo a distribuição de investimentos por todo o município, conforme seu perfil, e promovendo o desenvolvimento mais equilibrado.

Ação que impacta além da Região Serrana Fluminense

- Definir áreas para atração de novas empresas e realocação, dentro do mesmo município, daquelas empresas localizadas em áreas com algum tipo de restrição.

Ações de impacto direto na Região Serrana Fluminense

1. Adequar a infraestrutura (água, energia, gás natural, banda larga etc.) dos distritos e condomínios industriais existentes;
2. Criar um Plano Diretor Regional de Desenvolvimento Integrado, considerando as relações de interdependência inter-regional;
3. Criar uma entidade consorciada para gerir o planejamento e as ações de impacto regional, considerando as relações de interdependência inter-regional;
4. Qualificar áreas para receber empresas localizadas em áreas de risco ou restrição ambiental;
5. Preservar as áreas destinadas à instalação de distritos e condomínios industriais;
6. Mapear e fazer um cadastro de estabelecimentos que já tiveram atividade industrial para requalificar a infraestrutura de forma a serem reocupados;
7. Uniformizar normas e procedimentos de licenciamento ambiental adotadas na região com órgãos estaduais e federais do setor (Inea, Ibama e outros).

- **Proposta 2: adequação da logística e da mobilidade urbana**

A qualidade da infraestrutura logística e da mobilidade urbana é um dos fatores mais importantes para a atratividade de investimentos, uma vez que possui grande impacto na produtividade e no custo final das mercadorias e serviços. Para que a infraestrutura seja um atrativo, é necessário que a principal rodovia regional, a BR 040 (ligação Petrópolis – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Centro-Sul Fluminense – Minas Gerais) tenha sua nova pista de subida no trecho Duque de Caxias-Petrópolis concluída.

Deve-se, também, recuperar a sua atual pista de subida, mantendo-a como rota alternativa e estrada-parque, de forma a explorar o potencial turístico da mata atlântica preservada. É preciso, ainda, realizar adequações de capacidade na estrada União e Indústria, com construção de terceira pista, sempre que possível melhorando suas ligações com a BR 040, a conexão com os distritos petropolitanos e a Região Centro-Sul Fluminense. Além disso, devem ser realizadas obras em importantes vias de circulação

interna do município, essenciais para a mobilidade urbana, como a nova ligação entre Bingen e Quitandinha.

Ação que impacta além da Região Serrana Fluminense

- Concluir os Planos Municipais de Mobilidade Urbana Sustentável, a fim de melhorar a mobilidade e a distribuição urbana de cargas nos municípios fluminenses e permitir acesso a recursos federais para obras.

Ações de impacto direto na Região Serrana Fluminense

1. Concluir a nova pista de subida da BR 040 na serra de Petrópolis;
2. Adequar a capacidade da estrada União e Indústria com a melhoria das condições do pavimento e sinalização, construção de terceira pista – sempre que possível – e melhoria e ampliação das ligações com a rodovia BR 040;
3. Construir a nova ligação entre Bingen e Quitandinha;
4. Duplicar a rua General Rondon (Quitandinha);
5. Recuperar a atual pista de subida da BR 040, mantendo-a como rota alternativa e estrada-parque;
6. Adequar a capacidade da pista de descida da BR 040, com recuperação e manutenção permanente do pavimento;
7. Adequar a Rua Coronel Duarte da Silveira (Duarte da Silveira), a RJ 117 (Estrada Almirante Paulo Meira, ligação entre a BR 040 e Paty do Alferes) e a RJ 107 (Avenida Automóvel Clube/Estrada Velha da Estrela, entre Alto da Serra, em Petrópolis, e Raiz da Serra, em Magé);
8. Implantar ações de melhoria do deslocamento estabelecidas no Plano Diretor de Mobilidade Urbana.

• Proposta 3: disponibilidade e qualidade de energia, de telefonia e de banda larga

A oferta e a qualidade da energia têm relação direta com o crescimento econômico. Energia de qualidade, mais eficiente, com menores custos e com a tensão adequada para permitir a expansão dos empreendimentos é fundamental para se alcançar uma melhor competitividade dos produtos industriais e consequentemente uma contribuição para desenvolvimento econômico e social. Da mesma forma, alguns setores possuem no gás natural um de seus principais insumos produtivos, o que exige uma garantia de fornecimento e uma cobertura da rede de distribuição alinhada ao planejamento das áreas industriais.

Ações que impactam além da Região Serrana Fluminense

- Garantir a execução plena do programa Rio Digital, que prevê a instalação, até 2025, de uma rede de fibra óptica com velocidade de 100 megabits por segundo, atendendo a todos os municípios do estado.

- Regulamentar a Lei das Antenas (Lei Federal nº 13.116/15) nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, unificando e simplificando as regras de instalação de antenas de telefonia celular.

Ações de impacto direto na Região Serrana Fluminense

1. Garantir a estabilidade no fornecimento de energia nas áreas e distritos industriais e empresariais;
2. Garantir a universalização da cobertura de energia elétrica;
3. Ampliar a carga de energia disponível nas áreas e distritos industriais e empresariais;
4. Universalizar a rede de distribuição de gás natural nas áreas industriais consolidadas e potenciais;

• **Proposta 4: ordenamento habitacional**

A identificação e a qualificação das áreas habitacionais, integradas ao ordenamento das áreas de interesse industrial, com acesso à rede de infraestrutura urbana e serviços públicos – saneamento básico, energia elétrica, transporte, saúde, educação e segurança – são essenciais para evitar os prejuízos causados pela ocupação desordenada e favelização. Os núcleos habitacionais precisam oferecer fácil acesso aos polos geradores de empregos (indústrias, centros comerciais e de serviços), através de um planejamento que impeça a ocupação de áreas destinadas ao desenvolvimento industrial.

Ação que impacta além da Região Serrana Fluminense

- Revitalizar e reurbanizar áreas urbanas degradadas, contemplando a adaptação de instalações prediais a novo perfil urbanístico (retrofit).

Ações de impacto direto na Região Serrana Fluminense

1. Impedir a ocupação irregular, em especial nas áreas industriais e seus entornos;
2. Adequar a infraestrutura de transporte, saneamento, energia e telecomunicação nas áreas de baixa renda;
3. Requalificar e incentivar a ocupação de áreas urbanas que já possuem infraestrutura de transporte, saneamento, energia e telecomunicação;
4. Identificar, preservar e desenvolver novas áreas para núcleos habitacionais formados por residências, comércio e serviços;
5. Reavaliar os programas habitacionais no município, de forma a equiparar o valor pago pelas unidades habitacionais ao valor praticado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

- **Proposta 5: sistema de saneamento ambiental**

O saneamento ambiental tem se tornado, cada vez mais, um mecanismo de ganhos tangíveis para a indústria, em especial com a redução do uso da energia elétrica e da água e com o reaproveitamento de resíduos no processo industrial. A captação direta de água e o reuso pela indústria, além de reduzir os custos do insumo, traz benefícios para a rede geral de abastecimento, pela redução do volume retirado do sistema. Ao mesmo tempo, é necessário adotar programas voltados a aumentar a oferta de água disponível, como a construção de reservatórios e cisternas.

Por sua vez, a universalização da coleta e do tratamento de esgoto traz resultados positivos para a preservação dos mananciais e da oferta de água, assim como a melhor qualidade da água tem impactos sobre o agronegócio e a qualidade de vida da população. Programas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos domésticos e industriais e sua destinação para centros de tratamento e reaproveitamento geram matérias-primas para diversas cadeias produtivas e melhoram a qualidade de vida.

Ações que impactam além da Região Serrana Fluminense

- Combater a poluição nas bacias hidrográficas, por meio de ações de educação ambiental, recuperação de matas ciliares e intensificação da coleta de resíduos sólidos urbanos em áreas críticas das bacias;
- Reduzir as perdas no sistema de distribuição de água, intensificando o monitoramento e estabelecendo metas de redução;

Ações de impacto direto na Região Serrana Fluminense

1. Agilizar o processo de emissão da outorga de autorização para a captação direta de água pela indústria (construção de poços artesianos, uso de mananciais subterrâneos etc.);
2. Construir Centros de Tratamento de Resíduos urbanos e industriais e instalar unidades de coleta e reciclagem para aumentar a destinação segura de resíduos;
3. Universalizar a rede coletora de esgoto, inclusive com a construção de estações de tratamento;
4. Agilizar o processo de permissão de reúso de água para fins industriais no processo interno e entre indústrias de cadeias complementares;
5. Garantir a universalização do sistema de abastecimento de água;
6. Implantar novas adutoras e sistemas de bombeamento para garantir o abastecimento de água nas localidades não atendidas ou com atendimento precário, assim como incentivar, sempre que possível, a implantação de sistemas de abastecimento que utilizam a pressão positiva, reduzindo a necessidade de bombeamento, que aumenta a pressão de ar no sistema de distribuição, causando rompimentos em adutoras e encanamentos;
7. Buscar novos mananciais para o sistema de abastecimento de água;
8. Construir reservatórios e cisternas para aumentar o volume de água reservada destinada ao uso industrial;

9. Incentivar a implantação de rede de pequenas unidades de tratamento de água, de forma a regionalizar o sistema e reduzir os riscos de desabastecimento em grandes áreas.

- **Proposta 6: prevenção contra eventos climáticos**

Em localidades marcadas por relevo acidentado e grande número de morros e encostas, a ocupação territorial de áreas de risco e seu entorno pode culminar em desastres, em caso de evento climático de grandes proporções. Desse modo, medidas preventivas são necessárias para garantir a segurança da população e das empresas instaladas no município. Além de uma política de ordenamento urbano que impeça a ocupação irregular, é preciso ampliar o sistema de prevenção e monitoramento de eventos climáticos, bem como manter atualizado o mapeamento dos municípios e suas condições topográficas, hidrológicas e geológicas.

Ações de impacto direto na Região Serrana Fluminense

1. Manter e ampliar um sistema de prevenção, monitoramento e reação a eventos climáticos;
2. Realizar a atualização periódica do mapeamento topográfico, hidrológico, geológico e de risco da região.

Mercado de trabalho

- **Proposta 7: educação e qualificação da mão de obra**

A educação de qualidade em todos os níveis – básico, profissional e superior – é essencial para a competitividade industrial, em especial no ensino fundamental e médio, nas disciplinas de matemática, ciências e português, essenciais para o aprendizado e o desempenho profissional. Mão de obra qualificada para a utilização de processos e máquinas modernas é um instrumento essencial para o desenvolvimento econômico, industrial e social. O investimento em educação deve ocorrer de forma a contribuir para a estruturação de uma indústria melhor distribuída na região, sendo um importante instrumento de uma política de desenvolvimento.

Ação que impacta além da Região Serrana Fluminense

- Elevar a escolaridade dos trabalhadores da indústria fluminense e de sua cadeia produtiva, oferecendo formação no ensino fundamental de 2º segmento (6º ao 9º anos) e no ensino médio, no próprio ambiente de trabalho.

Ações de impacto direto na Região serrana Fluminense

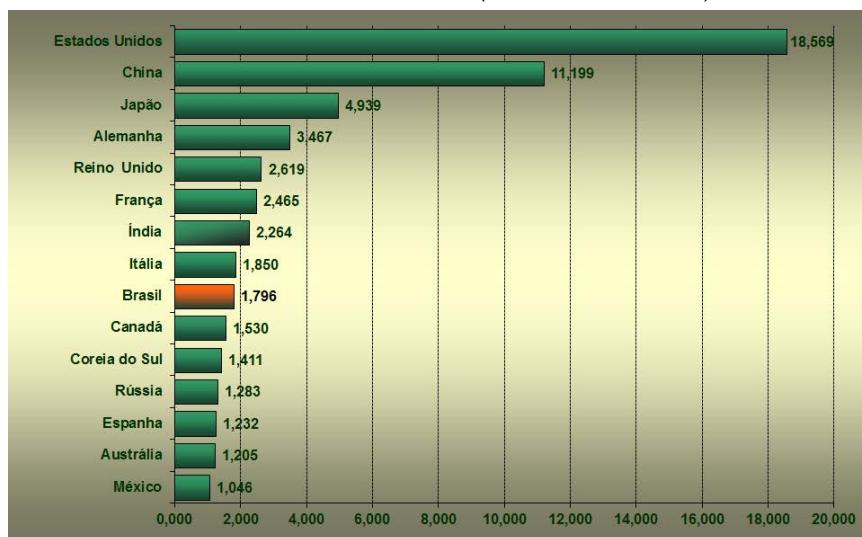
1. Ampliar a qualificação dos professores da rede pública;
2. Implantar programas voltados para melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino;

3. Alinhar continuamente os cursos do SENAI Rio às novas necessidades do mercado de trabalho.

PIB mundial

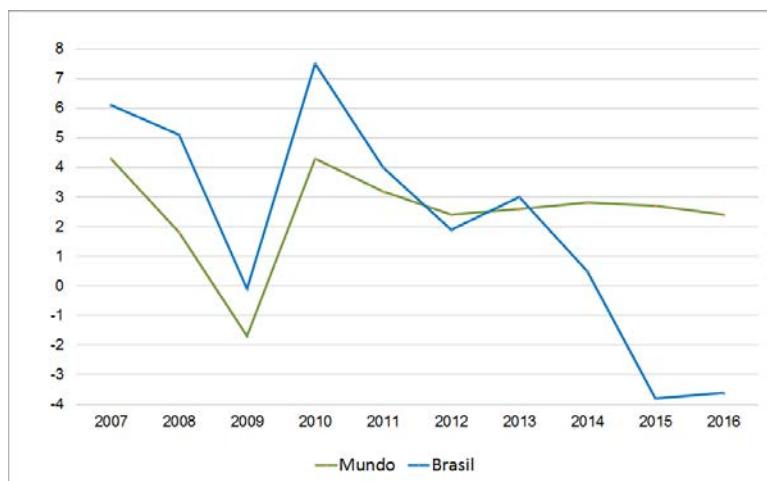
Estimado pelo Banco Mundial em 75,6 trilhões de dólares, o PIB mundial cresceu 2,4% em 2016⁵⁹. Os Estados Unidos seguiram como a maior economia do planeta, com produto da ordem de US\$ 18,569 trilhões. A China permanece como segunda potência, antes de Japão, Alemanha, Reino Unido e França. O Brasil manteve-se na nona posição, com US\$ 1,796 trilhão, após ter sido superado por Índia e Itália em 2015. O gráfico ilustra o desempenho das 15 economias com PIB acima de US\$ 1 trilhão.

Gráfico 21: PIB das maiores economias (US\$ trilhões, correntes) – 2016



O gráfico seguinte ilustra a variação do PIB do Brasil frente ao mundo, segundo a mesma fonte.

Gráfico 22: Taxa anual de crescimento do PIB 2007-2016 – Mundo e Brasil



59 - Fonte: <http://www.worldbank.org>. Acesso em 19.7.2017.

Panorama econômico⁶⁰

Entre 2003 e 2014, o Brasil viveu uma fase de progresso econômico e social em que mais de 29 milhões de pessoas saíram da pobreza e a desigualdade diminuiu significativamente (o coeficiente de Gini caiu 6,6% no mesmo período, de 58,1 para 51,5). A renda dos 40% mais pobres da população cresceu, em média, 7,1% (em termos reais) entre 2003 e 2014, em comparação aos 4,4% de crescimento da renda da população total. No entanto, a redução da pobreza e da desigualdade vem dando sinais de estagnação desde 2015.

O Brasil passou por uma forte recessão. Desde o início desta década, o crescimento do país desacelerou continuamente, partindo de uma média anual de crescimento de 4,5% entre 2006 e 2010 para 2,1% entre 2011 e 2014. O PIB teve crescimento negativo em 2015 e 2016. A crise econômica, associada à crise política, contribuiu para a queda da confiança dos consumidores e investidores.

O novo governo do Brasil, empossado em 31 de agosto de 2016, anunciou que promoveria diversas medidas de ajuste fiscal e uma agenda de reformas para restaurar a confiança e reestabelecer um ambiente favorável ao investimento. No entanto, a implementação do programa de reformas tem sido difícil e vem enfrentando resistência no Congresso.

O ajuste fiscal é prejudicado pela rigidez orçamentária e pelo ambiente político. Menos de 15% das despesas brasileiras são discricionárias. A alocação da maioria dos gastos é regida pela Constituição ou outra legislação e não pode ser reduzida. A rigidez orçamentária e os passivos previdenciários impuseram encargos expressivos aos governos subnacionais, e alguns desses governos acabaram atrasando pagamentos.

A crise suscitou grandes ajustes na balança de pagamentos em conta corrente. Em julho de 2016, o déficit em conta corrente havia caído para 1,6% do PIB – em comparação aos 4,3% de 2014 – principalmente devido à contração do PIB (bem como à desvalorização moderada da taxa de câmbio real). O investimento estrangeiro direto somou 4,2% do PIB em 2015, financiando 132% do déficit em conta corrente. O Brasil dispunha de um volume expressivo de reservas no final de 2015, de US\$ 358 bilhões, ou 18 meses de importações.

As perspectivas de médio prazo do Brasil vão depender do sucesso dos ajustes atuais e da adoção de novas reformas que favoreçam o crescimento. O aumento da produtividade e da competitividade é o principal desafio para aumentar o crescimento no médio prazo. Com o recuo dos fatores que fomentaram o crescimento ao longo da última década – o consumo alimentado pelo crédito e a expansão do mercado de trabalho e das *commodities* – serão necessários mais investimentos e ganhos de produtividade.

Oferta e demanda

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais⁶¹ calculadas pelo IBGE, o PIB brasileiro sofreu, em 2016, contração de 3,6% em relação ao ano anterior. Em 2015, o PIB havia caído 3,8%. O PIB em valores correntes totalizou R\$ 6.266,9 bilhões em

60 - Adaptado do sítio do Banco Mundial, em <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>. Acesso em 02/08/2017.

61 - IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes (out./dez. 2016), em <http://www.ibge.gov.br>.

2016, dos quais R\$ 5.414,6 bilhões se referem ao valor adicionado a preços básicos e R\$ 852,3 bilhões aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O PIB *per capita* teve queda de 4,4% em termos reais, totalizando R\$ 30.407. O mau desempenho do PIB está expresso na tabela a seguir.

Tabela 36: PIB Brasil – Taxa de variação do índice de volume trimestral – %

PIB – Subsetores e componentes			4º trimestre ¹						
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ótica da oferta	Agropecuária	Total	6,7	5,6	-3,1	8,4	2,8	3,6	-6,6
	Indústria	Extrativa	14,9	3,5	-1,9	-3,2	9,1	4,8	-2,9
		de Transformação	9,2	2,2	-2,4	3,0	-4,7	-10,4	-5,2
		Prod. e distrib. de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	6,3	5,6	0,7	1,6	-1,9	-1,5	4,7
		Construção	13,1	8,2	3,2	4,5	-2,1	-6,5	-5,2
		Total	10,2	4,1	-0,7	2,2	-1,5	-6,3	-3,8
	Serviços	Comércio	11,1	2,3	2,4	3,4	0,6	-8,7	-6,3
		Transporte, armazenagem e correio	11,2	4,3	2,0	2,6	1,5	-6,6	-7,1
		Serviços de informação	5,4	6,5	7,0	4,0	5,3	-0,5	-3
		Interm. financ., seguros, prev. compl. e serv. relacionados	9,3	6,2	1,5	1,8	-0,6	-0,8	-2,8
		Atividades imobiliárias	4,9	1,9	5,1	5,1	0,7	-0,1	0,2
		Outros serviços	3,3	4,6	3,6	1,6	1,9	-1,9	-3,1
		Adm., saúde e educação públicas e segurança social	2,2	1,9	1,3	2,2	0,1	-0,1	-0,1
		Total	5,8	3,5	2,9	2,8	1	-2,7	-2,7
	Valor adicionado a preços básicos		7	3,7	1,6	2,9	0,5	-3,2	-3,1
	Impostos líquidos sobre produtos		10,8	5,3	3,7	3,7	0,8	-7	-6,4
PIB a preços de mercado			7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias		6,2	4,8	3,5	3,5	2,3	-3,9	-4,2
	Despesa de consumo da administração pública		3,9	2,2	2,3	1,5	0,8	-1,1	-0,6
	Formação bruta de capital fixo (FBCF)		17,9	6,8	0,8	5,8	-4,2	-13,9	-10,2
	Exportação de bens e serviços		11,7	4,8	0,3	2,4	-1,1	6,3	1,9
	Importação de bens e serviços		33,6	9,4	0,7	7,2	-1,9	-14,1	-10,3

Fonte: IBGE

Nota 1: Em relação ao mesmo período do ano anterior.

A queda do PIB resultou do recuo de 3,1% do valor adicionado e da contração de 6,4% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O recuo dos impostos reflete, principalmente, a redução em volume do ICMS (-5,5%) e dos outros impostos (-5,6%), amplificada pela queda de 16,9% do Imposto de Importação e de 11,2% do IPI – decorrente, em grande parte, do desempenho negativo da indústria de transformação e das importações no ano.

Sob a ótica da produção, a agropecuária apresentou queda de 6,6%, a indústria de 3,8% e os serviços de 2,7% no ano.

Conforme o IBGE, no que se refere à agropecuária, o decréscimo decorreu, principalmente, do desempenho da agricultura. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), divulgado em fevereiro de 2017, culturas importantes da lavoura registraram queda na estimativa anual de produção e perda de produtividade, tendo como destaques o milho (-25,7%), a cana de açúcar (-2,7%) e a soja (-1,8%). Por outro lado, algumas lavouras registraram variação positiva, como o trigo (22,0%), o café (15,5%) e a mandioca (2,8%).

Na indústria, o destaque positivo foi o desempenho da atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, que cresceu 4,7% em relação a 2015. A indústria de transformação, por sua vez, teve queda de 5,2% no ano, resultado influenciado principalmente pela redução, em volume, do valor adicionado da fabricação de máquinas e equipamentos, indústria automotiva, metalurgia, alimentos e bebidas, móveis e produtos de metal, borracha e plástico. A construção sofreu contração de 5,2%, enquanto a extrativa mineral acumulou recuo de 2,9%, influenciada pela queda da extração de minérios ferrosos.

Dentre as atividades que compõem os serviços, a atividade de transporte, armazenagem e correio sofreu queda de 7,1%, seguida por comércio (-6,3%), outros serviços (-3,1%), serviços de informação (-3,0%) e intermediação financeira e seguros (-2,8%). As atividades imobiliárias apresentaram variações positivas de 0,2%, enquanto administração, saúde e educação públicas (-0,1%) ficou praticamente estável em relação ao ano anterior.

Na análise da despesa, a contração de 10,2% da formação bruta de capital fixo foi o destaque do ano, como já ocorreu em 2015. Mais uma vez, este recuo é justificado, principalmente, pela queda da produção interna e da importação de bens de capital, sendo influenciado ainda pelo desempenho negativo da construção civil. Em 2014 e 2015, a formação bruta de capital fixo já havia registrado queda de 4,2% e de 13,9%, respectivamente.

A despesa de consumo das famílias caiu 4,2% em relação ao ano anterior (quando havia caído 3,9%), o que pode ser explicado pelo comportamento dos indicadores de inflação, juros, crédito, emprego e renda ao longo de todo o ano de 2016. A despesa do consumo do governo, por sua vez, caiu 0,6% – ante uma queda de 1,1% em 2015.

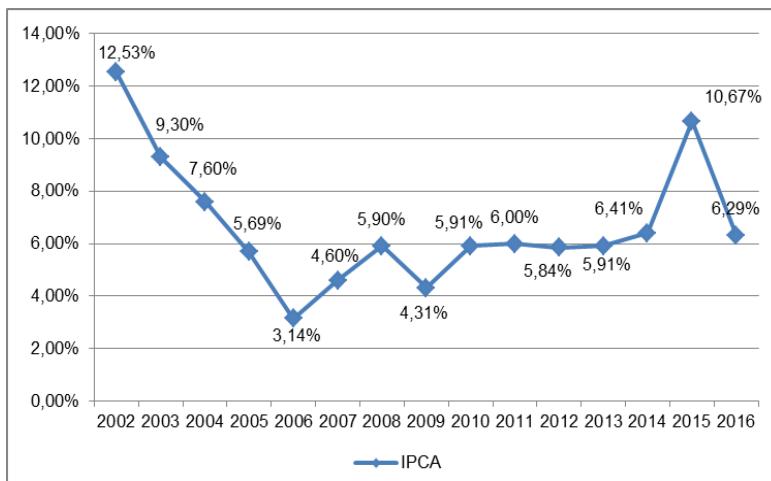
No âmbito do setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 1,9%, enquanto as importações de bens e serviços tiveram queda de 10,3%. Entre os produtos e serviços da pauta de exportações, os maiores aumentos foram observados em petróleo e gás natural, açúcar, automóveis, embarcações e outros equipamentos de transporte. Já entre as importações, as maiores quedas foram observadas em máquinas e equipamentos, automóveis, materiais elétricos, petróleo e derivados, bem como serviços de transportes.

Inflação

A inflação acumulada em 2016, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano em 6,29%, a mais baixa desde 2013. Esse resultado ficou abaixo do teto da meta estabelecida pelo Conselho

Monetário Nacional – CMN, de 6,5%. Repete-se assim o padrão dos anos recentes, entre o teto e o centro da meta, fixado em 4,5%. A exceção ocorreu em 2015, quando o resultado de 10,67% ultrapassou largamente o teto.

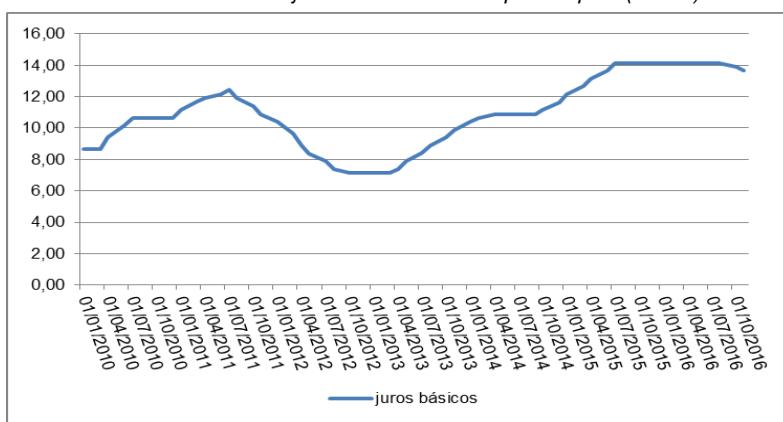
Gráfico 23: IPCA – Variação acumulada no ano (% a.a.)



Fonte: IBGE

A taxa de juros básica, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), sofreu em outubro de 2016 a primeira redução desde outubro de 2012, tendo sido fixada em 13,75% a partir do final do mês de novembro.

Gráfico 24: Taxa de juros – Selic – Fixada pelo Copom (% a.a.)

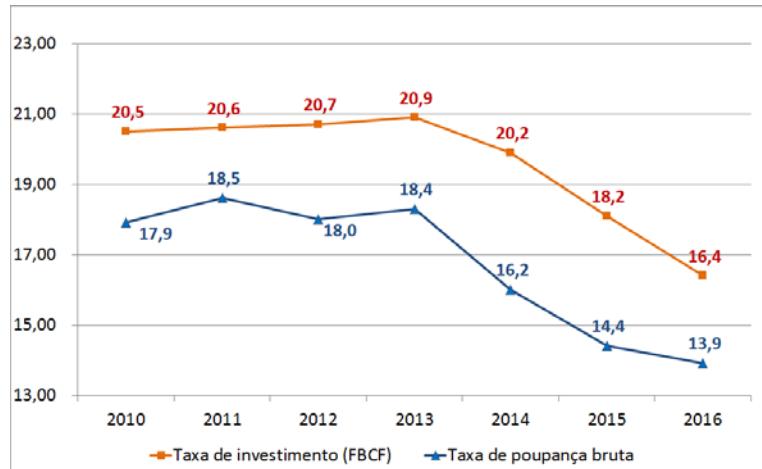


Fonte: Banco Central do Brasil

Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, a taxa de investimento no ano de 2016 foi de 16,4% do PIB, abaixo do observado no ano anterior (18,1%). A taxa de poupança foi de 13,9% em 2016 (ante 14,4% no ano anterior).

Gráfico 25: Taxa de investimento e taxa de poupança bruta (% do PIB)



Fonte: IBGE

Desempenho da economia estadual

De acordo com as Contas Regionais do Brasil⁶², o PIB estadual apresentou, em 2015, um recuo de 2,8% em volume na comparação com o ano anterior. O valor corrente teve variação de -1,8% e caiu para R\$ 659.137 milhões, sendo R\$ 556.397 milhões referentes ao valor adicionado e R\$ 102.740 milhões aos impostos líquidos.

Tabela 37: PIB, PIB per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 2002-2015

Ano	Rio de Janeiro				Brasil	Relação PIB RJ/PIB Brasil (%)		
	Produto Interno Bruto		População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)				
	Em R\$1.000.000	Volume						
Índice 2002=100	Variação anual (%)				Em R\$ 1.000.000			
2002	184.311		14.846.102	12.415	1.488.787	12,38		
2003	202.641	0,990	(1,02)	13.487	1.717.950	11,80		
2004	241.207	1,027	2,74	15.865	1.957.751	12,32		
2005	269.830	1,028	2,78	17.540	2.170.585	12,43		
2006	299.738	1,041	4,09	19.261	2.409.450	12,44		
2007	323.698	1,034	3,36	20.991	2.720.263	11,90		
2008	378.286	1,041	4,05	23.833	3.109.803	12,16		
2009	391.651	1,019	1,92	24.462	3.333.039	11,75		
2010	449.858	1,050	4,98	28.127	3.885.847	11,58		
2011	512.768	1,026	2,64	31.824	4.376.382	11,72		
2012	574.885	1,020	2,04	35.418	4.814.760	11,94		
2013	628.226	1,013	1,29	38.379	5.331.619	11,78		
2014	671.077	1,015	1,53	40.767	5.778.953	11,61		
2015	659.137	0,972	-2,79	39.827	5.995.787	10,99		

Fontes: IBGE e Fundação Ceperj

Nota: ano de referência - 2010

62 - IBGE - Contas Regionais do Brasil. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Fundação Ceperj – PIB do Estado do Rio de Janeiro 2015. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>. Publicado em novembro de 2017.

O Rio de Janeiro manteve-se como a segunda unidade da Federação, com participação de 11,0% no PIB Brasil, embora seja o estado que mais perdeu relativamente em 2015: 0,6 ponto percentual. O PIB *per capita* em 2015 foi de R\$ 39.826,95, inferior apenas ao do Distrito Federal (R\$ 73.971,05) e ao de São Paulo (R\$ 43.694,68).

Agropecuária

O setor, com PIB no valor de R\$ 3,01 bilhões e responsável por 0,5% do valor adicionado do estado, apresentou, em 2015, variação em volume de -6,7%. A maior queda ocorreu em agricultura, inclusive apoio à agricultura e pós-colheita, com -12,5%, resultado influenciado pelas lavouras temporárias. Em pecuária, inclusive apoio à pecuária, a retração de 3,1% justifica-se pelo mau desempenho registrado na criação de bovinos.

Indústria

A indústria do estado, em termos nominais, encerrou 2015 com queda de 23,5% nas suas atividades. A indústria extractiva, embora tenha apresentado variação em volume de 4,7%, perdeu participação no valor adicionado bruto: de 15,2% para 8,8%, principalmente devido ao baixo preço do petróleo em 2015. A indústria de transformação, cuja participação em 2015 foi de 6,9%, contra 6,3% no ano anterior, apresentou uma queda em volume de 9,8%. Os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água e gás), com participação de 2,3% no valor adicionado, e a construção, com 5,6%, registraram crescimento no primeiro segmento, de 2,9%, e queda de 7,9%, no segundo.

Serviços

O setor de serviços, com crescimento nominal de 4,3%, aumentou sua participação no valor adicionado, passando de 69,9% em 2014 para 75,9% em 2015. Tal resultado decorreu da perda de valor do setor industrial e do aumento de participação de algumas atividades: administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social; comércio, manutenção e reparação de veículos automotores; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; educação e saúde privadas; e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares.

Ótica da renda

Nessa ótica, o PIB corresponde à soma de todos os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços (remuneração dos empregados + rendimento misto bruto + excedente operacional bruto) e os impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e importação. No estado, a participação das remunerações dos empregados cresceu de 41,3% para 46,5% do PIB no período 2010/2015, enquanto houve redução de 42,0% para 36,7% na participação do rendimento misto bruto e do excedente operacional bruto, no mesmo período.

Tabela 38: Componentes do PIB sob a ótica da renda – 2010-2015

PIB pela ótica da renda	Em valores correntes (1 000 000 R\$)					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor Adicionado (a)	379 412	436 280	489 621	534 960	579 339	556 397
Remunerações (b)	185 628	213 090	239 537	269 367	293 075	306 812
Salários	144 967	165 869	187 916	210 562	230 756	241 743
Contribuições sociais	40 662	47 221	51 621	58 805	62 320	65 069
Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação (c)	75 213	81 585	91 058	99 753	98 769	110 099
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produto (d)	70 446	76 488	85 264	93 266	91 738	102 740
Outros impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção	4 767	5 097	5 795	6 487	7 031	7 359
Excedente Operacional Bruto (EOB) e Rendimento Misto (RM) (e)	189 016	218 093	244 290	259 106	279 233	242 226
PIB - Ótica da Renda = (b + c + e)	449 858	512 768	574 885	628 226	671 077	659 137
PIB - Ótica Produção = (a + d)	449 858	512 768	574 885	628 226	671 077	659 137

Fontes: IBGE e Fundação Ceperj

Evolução setorial

A tabela a seguir demonstra o desempenho dos subsetores na evolução do PIB RJ.

Tabela 39: Valor adicionado bruto a preço básico, segunda as atividades econômicas, impostos e PIB
Estado do Rio de Janeiro – 2014 - 2015

Atividades econômicas	Valores totais (1.000.000 R\$)		Taxa de variação do volume (%)	Participação (%)
	2014	2015		
Valor adicionado bruto total	579.339	556.397	-2,30	100,00
AGROPECUÁRIA	2.841	3.013	-6,71	0,54
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita	1.372	1.428	-12,48	0,26
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1.000	1.069	-3,07	0,19
Produção florestal, pesca e aquicultura	469	516	2,38	0,09
INDÚSTRIA	17. 684	131.275	...	23,59
Indústrias extractivas	88.003	48.916	4,71	8,79
Indústrias de transformação	36.559	38.220	-9,77	6,87
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	11.269	12.719	2,91	2,29
Construção	35.853	31.421	-7,95	5,65
SERVIÇOS	404.814	422.109	...	75,86
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	56.329	59.247	-5,71	10,65
Transporte, armazenagem e correio	30.715	30.735	-3,72	5,52
Alojamento e alimentação	15.537	16.465	-5,79	2,96
Informação e comunicação	26.357	25.773	-2,44	4,63
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	24.536	27.735	-1,31	4,98
Atividades imobiliárias	52.604	52.536	-2,48	9,44
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	54.513	55.405	-5,70	9,96
Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social	102.899	110.529	1,02	19,87
Educação e saúde privadas	22.378	25.044	-2,20	4,50
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	12.161	11.250	-9,01	2,02
Serviços domésticos	6.785	7.391	-0,43	1,33
IMPOSTOS LÍQUIDOS SOBRE PRODUTOS	91.738	102.740	1,12	-
PIB a preços de mercado	671.077	659.137	-2,79	-

Fontes: IBGE e Fundação Ceperj

Estimativas para 2016

De acordo com a Fundação Ceperj⁶³, o PIB estadual apresentou queda de 3,7% em 2016, resultado semelhante ao nacional, que registrou retração de 3,6%. Com um total de R\$ 651.597 milhões, o Rio de Janeiro segue em segundo lugar no ranking da Federação, respondendo por 10,4% do PIB do país, com renda *per capita* de R\$ 39.168. Por setor econômico, agropecuária, indústria e serviços acumularam no ano quedas de 8,0%, 6,2% e 2,6%, respectivamente.

A variação negativa em volume da agropecuária decorreu, principalmente, do fraco desempenho da agricultura, em especial na produção da cana-de-açúcar (-28,7%). Na indústria, o único destaque positivo foi extrativa mineral, que acumulou crescimento de 0,2%, influenciado pela produção de petróleo e gás natural. As demais atividades registraram queda em volume: indústria de transformação (-6,4%), construção civil (-25,8%) e produção de eletricidade, gás e água (-8,9%). No setor de serviços, que participa com 69% do PIB estadual, as atividades que contribuíram negativamente para o decréscimo da atividade foram: comércio (-8,0%), transporte, armazenagem e correios (-7,1%), educação e saúde privada (-6,5%) e alojamento e alimentação (-4,4%).

Para o TCE-RJ⁶⁴, o contexto político teve reflexos diretos sobre a confiança de consumidores e empresários, que alcançou níveis historicamente baixos e sem sinais concretos de reversão. A aceleração da inflação, que acumulou 10,67% em 2015, conforme o IPCA, e a consequente manutenção da taxa de juros no alto patamar de 14,25% dificultaram ainda mais a retomada da economia em 2016.

A extração de petróleo chegou a 614 milhões de barris em 2016, um aumento de 3% em relação ao ano anterior, fazendo com que o estado respondesse por 66,9% da produção nacional. No entanto, os preços baixos no mercado internacional (US\$ 43,55 o preço médio do barril, contra US\$ 52,35 no ano anterior) mantiveram a atividade sob pressão. Dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior – Secex, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, demonstram que a balança comercial do estado fechou 2016 com um superávit de US\$ 4,633 bilhões, resultado de US\$ 17,185 bilhões de exportações e US\$ 12,552 bilhões de importações.

Em 17 de junho de 2016, o Rio de Janeiro decretou estado de calamidade pública em decorrência da crise financeira. Os estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais utilizaram instrumentos similares, a fim de sinalizar à sociedade o grave desequilíbrio financeiro que vivenciam. Diversos municípios fluminenses fizeram o mesmo. No caso Rio de Janeiro, em 2016, faltou caixa para fazer frente às despesas básicas como pagamento da folha de pessoal, proventos de pensionistas e servidores, repasses de duodécimos aos outros Poderes. A frustração de uma parcela expressiva da receita orçada gerou um desequilíbrio frente às despesas programadas, muitas das quais de caráter obrigatório.

O Rio de Janeiro apresentou em 2016 uma defasagem de 86,5% entre a previsão inicial e a efetiva arrecadação da receita tributária, observando-se que, em 2015, também havia apresentado mau desempenho (diferença de 67,0%). Efetuando a mesma análise comparativa entre o valor orçado e o arrecadado em relação às receitas correntes, o Rio

63 - Estimativa do PIB RJ 2016, em <http://www.ceperi.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>, acesso em 11 de abril de 2017.

64 - O Desempenho da Economia Fluminense em 2016 - Contas de Governo 2016.

de Janeiro atingiu um percentual de arrecadação de apenas 78,7%, enquanto o Rio Grande do Sul alcançou 90,5%.

Em 2016, a frustração de receita corrente do Estado do Rio de Janeiro atingiu, em termos absolutos, R\$ 12,5 bilhões, dos quais R\$ 4,7 bilhões correspondem à frustração de receitas tributárias. Tais números contribuem para compreender por que a crise fiscal dos estados se apresenta de forma mais severa no Rio de Janeiro do que em outras unidades da federação. O orçamento do estado tem sido elaborado com base em uma previsão de receita superavaliada e com baixa probabilidade de realização integral, ficando grande parte da despesa orçada sujeita à indisponibilidade financeira.

A expectativa é de que a recuperação da economia ocorra de forma lenta e gradual, de modo que as projeções para 2017 indicam grande probabilidade de manutenção da estagnação econômica, ou, na melhor das hipóteses, um baixo crescimento do PIB. Sendo assim, é arriscado supor que o reequilíbrio das finanças públicas possa ocorrer de forma natural, por conta de uma recuperação espontânea da economia. O desajuste entre receitas e despesas impõe aos governos necessidades de reformas imediatas, tanto na forma de controle dos gastos, quanto na forma de captação de recursos.

PIB regional e dos municípios

No contexto regional ou municipal, a metodologia para apuração do PIB adotada pela Fundação Ceperj segue aquela do IBGE e apresenta apenas os três setores de atividade econômica, abrindo detalhamento somente ao subsetor de administração pública. A mudança, ocorrida há alguns anos, também excluiu a separação da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, passando a integrar as produções industriais de municípios. O rateio da produção de petróleo e gás natural, no caso de dois ou mais municípios serem confrontantes com o mesmo campo no mar, é proporcional à área de campo contida entre as linhas de projeção dos limites territoriais do município, até a linha de limite da plataforma continental. Por conseguinte, a evolução do desempenho da indústria fica mascarada pela impossibilidade de separação da atividade extração de petróleo e gás dos demais subsetores industriais.

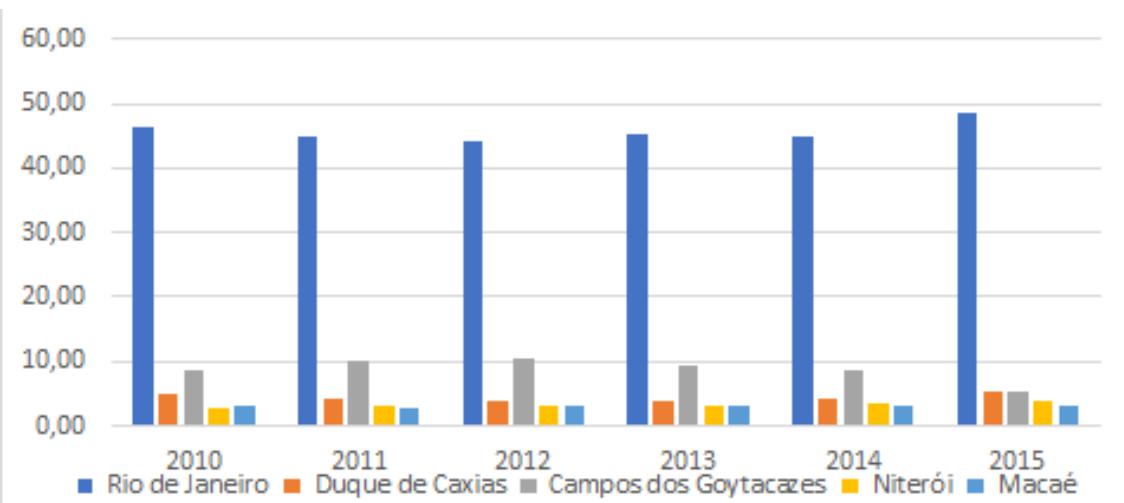
Em virtude dessas restrições, o presente tópico analisará a evolução da agropecuária, da indústria, dos serviços e do PIB *per capita*, nos níveis municipal e regional, apresentando, ao final, o comportamento dos municípios frente à sua região, segregando, no setor de serviços, a variável administração pública.

Os dados mais recentes divulgados pela Fundação Ceperj referem-se ao período de 2010 a 2015. Em nível nacional, o Estado do Rio de Janeiro possui 12 municípios entre os 100 com maiores produtos, sendo superado por São Paulo. Além da capital, que representou 5,3% do PIB brasileiro em 2015, destacou-se mais uma vez, entre os 10 maiores PIB *per capita*, São João da Barra, produtor de petróleo, que se manteve na quinta posição. Em 21º lugar, aparece Porto Real, por força do setor automobilístico.

A Região Metropolitana, de participação preponderante no estado, registrou 71,7% em 2015, seguindo-se o Norte Fluminense (10,3%), as Baixadas Litorâneas (4,8%), o Médio Paraíba (5,2%), a Região Serrana (3,7%), a Costa Verde (2,1%), o Centro-Sul (1,2%) e o Noroeste Fluminense (1,1%).

O gráfico a seguir mostra as maiores economias municipais:

Gráfico 26: Participação dos cinco maiores municípios no PIB – Rio de Janeiro – 2010-2015 (%)



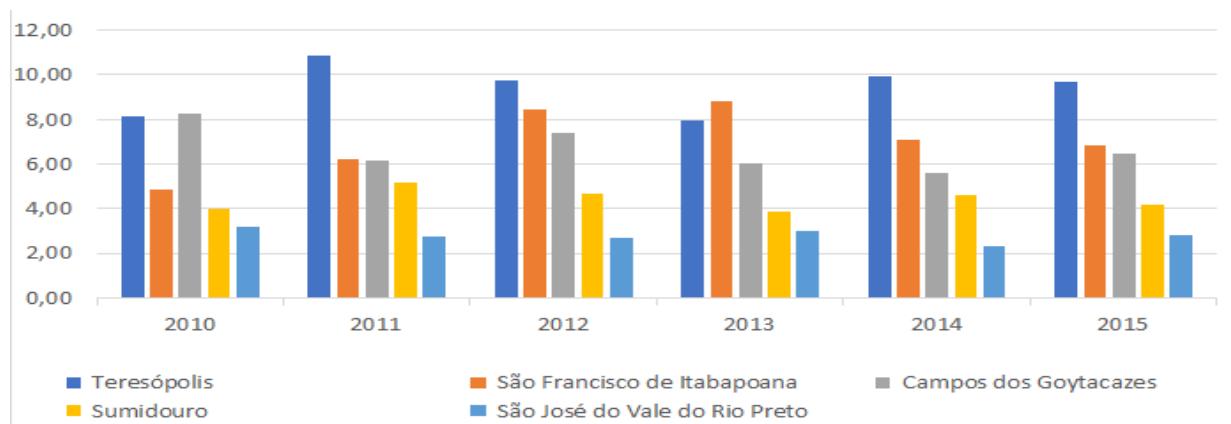
Fonte: IBGE e Fundação Ceperj/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

Análise setorial

Os municípios responsáveis pelas maiores participações no valor adicionado dos setores econômicos no estado, em 2015, bem como os segmentos que mais contribuíram para estes resultados e as grandes variações de posto no ranking municipal, encontram-se discriminados a seguir.

As maiores participações na agropecuária, em 2015, foram verificadas em Teresópolis (9,7%), São Francisco de Itabapoana (6,8%), Campos dos Goytacazes (6,5%), Sumidouro (4,2%) e São José do Vale do Rio Preto (2,8%). Os quatro primeiros municípios mantiveram suas posições de 2014, e o quinto galgou três posições. Três Rios e Paraíba do Sul galgaram 16 e 12 posições, respectivamente, e Barra do Piraí foi o que mais perdeu, caindo 12 colocações.

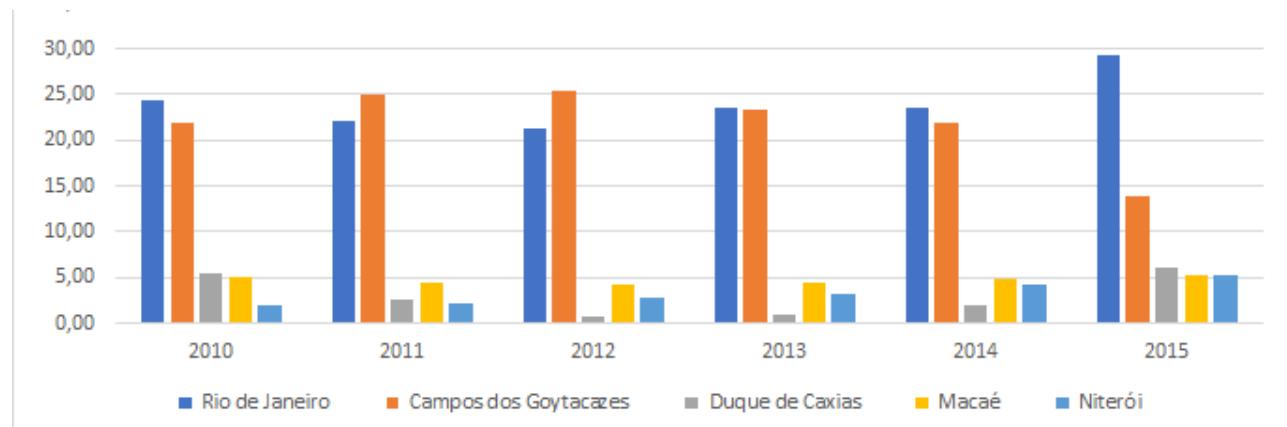
Gráfico 27: Participação dos cinco maiores municípios no valor adicionado da agropecuária – Rio de Janeiro – 2010-2015 (%)



Fonte: IBGE e Fundação Ceperj/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

No *ranking* industrial, os cinco municípios com maiores participações no estado foram a capital (29,3% em 2015, contra 23,6% em 2014), Campos dos Goytacazes (13,9% contra 21,8%), Duque de Caxias (6,1% contra 1,9%), Macaé (5,3% contra 4,8%) e Niterói (5,3% contra 4,3%). As maiores variações de postos ficaram por conta de Cardoso Moreira, que perdeu 19 posições, e Comendador Levy Gasparian, que ganhou 16.

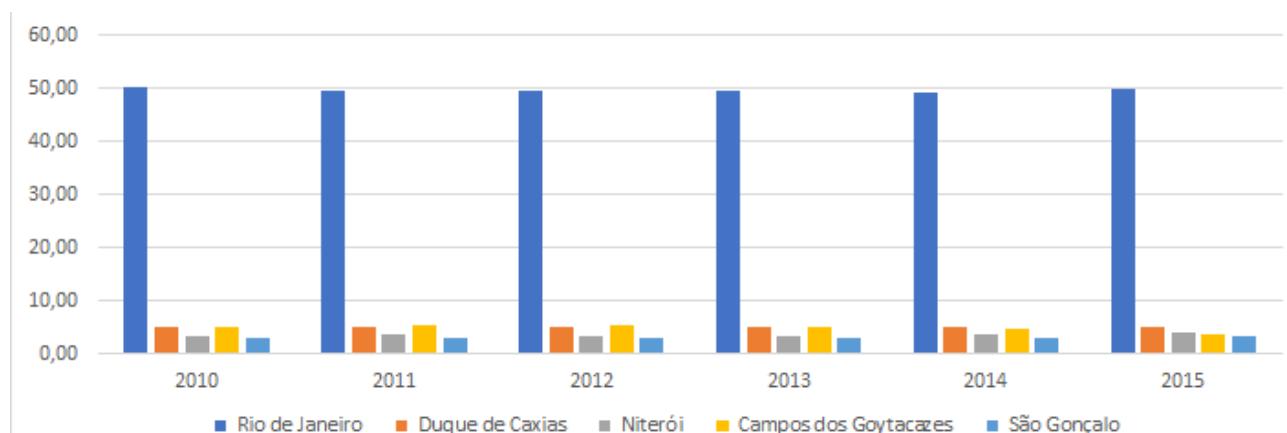
Gráfico 28: Participação dos cinco maiores municípios no valor adicionado da indústria – Rio de Janeiro – 2010-2015 (%)



Fonte: IBGE e Fundação Ceperj/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

Em 2015, os municípios com maiores participações no *ranking* estadual dos serviços foram Rio de Janeiro (50,1% contra 49,2% em 2014), Duque de Caxias (5,2% contra 5,1%), Niterói (3,9% contra 3,7%) Campos dos Goytacazes (3,5% contra 4,8%), e São Gonçalo (3,03% contra 2,95%). As maiores variações ficaram com Quissamã e Carapebus, que perderam sete e seis postos, respectivamente.

Gráfico 29: Participação dos cinco maiores municípios no valor adicionado dos serviços – Rio de Janeiro – 2010-2015 (%)

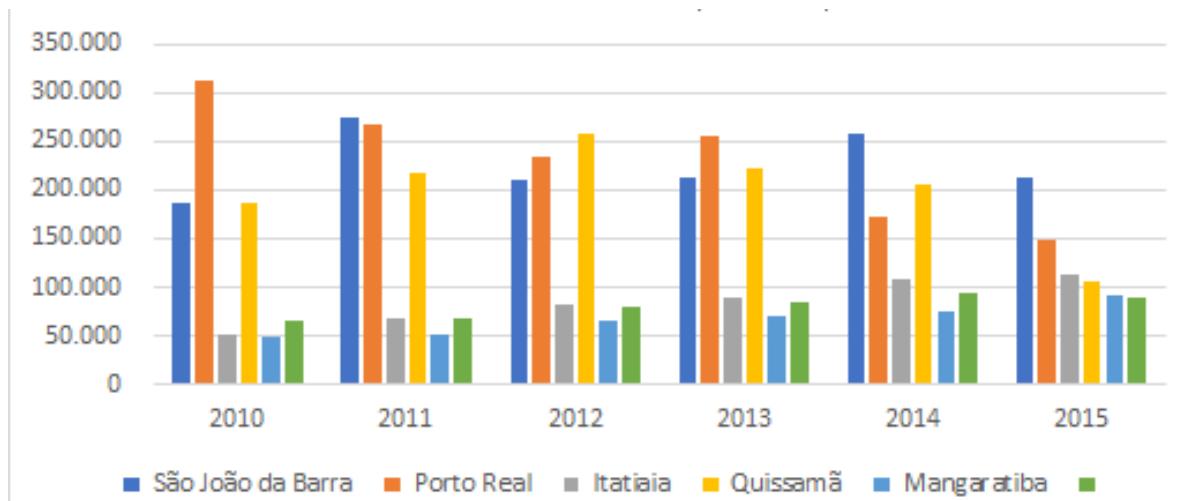


Fonte: IBGE e Fundação Ceperj/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

O maior PIB *per capita* do Rio de Janeiro, em 2015, foi o de São João da Barra (R\$ 211.946,00), seguido de Porto Real (R\$ 149.570,61), Itatiaia (R\$ 114.171,72),

Quissamã (R\$ 106.455,30) e Mangaratiba (R\$ 90.667,93). Por outro lado, os menores PIB *per capita* encontram-se em Mesquita (R\$ 12.205,66), Japeri (R\$ 13.440,61) e Pinheiral (R\$ 13.561,93).

Gráfico 30: Cinco maiores municípios – PIB per capita – Rio de Janeiro – 2010-2015 (mil reais)



Fonte: IBGE e Fundação Ceperj/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

Em termos de participação dos municípios no valor adicionado bruto, o resultado foi influenciado pela queda dos municípios que têm economias muito dependentes da indústria extrativa. Na lista das cinco maiores perdas, encontram-se Campos dos Goytacazes (menos 3,85 p.p. de participação de 2014 para 2015), Cabo Frio (que caiu 1,05 p.p.), Rio das Ostras (queda de 0,93 p.p.), Quissamã (perda de 0,35 p.p.) e Armação dos Búzios (que encolheu 0,27 p.p.).

Neste rol, Campos manteve a segunda posição no *ranking*, apesar do revés. Cabo Frio passou de 6º para 8º, Rio das Ostras caiu de 8º para 12º, Quissamã foi de 20º para 29º e Armação dos Búzios de 23º para 30º.

Na lista dos maiores ganhos de participação, o melhor resultado (3,52 p.p.) coube à capital, impulsionada pelo crescimento da administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social, intermediação financeira e comércio varejista. Duque de Caxias deve 1,23 p.p. de ganho de participação ao bom desempenho da indústria de transformação, especialmente refino de petróleo. Nova Iguaçu registrou um avanço de 0,31 p.p., com crescimento do comércio varejista e de atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares. Niterói e São Gonçalo registraram elevações de 0,30 e de 0,27 p.p., respectivamente, em ambos os casos principalmente devido ao crescimento de atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares.

Rio de Janeiro (1º lugar), Duque de Caxias (3º) e Niterói (4º) mantiveram suas posições no *ranking*. Nova Iguaçu passou de 9º para 7º e São Gonçalo de 7º para 6º.

Os gráficos seguintes trazem a evolução do PIB dos municípios da Região Serrana no período de 2010 a 2015.

Gráfico 31: Evolução do PIB a preços de mercado – Região Serrana – R\$ milhões – 2010-2015

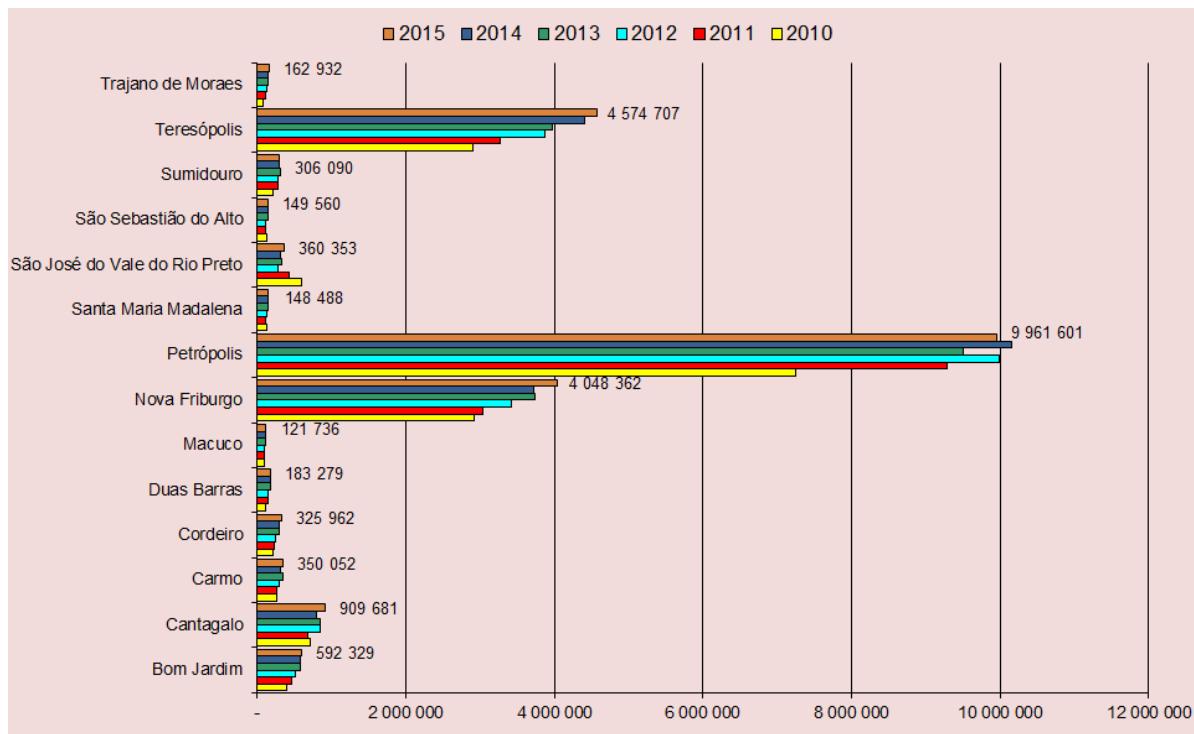


Gráfico 32: Evolução do PIB per capita – Região Serrana – R\$ milhões – 2010-2015

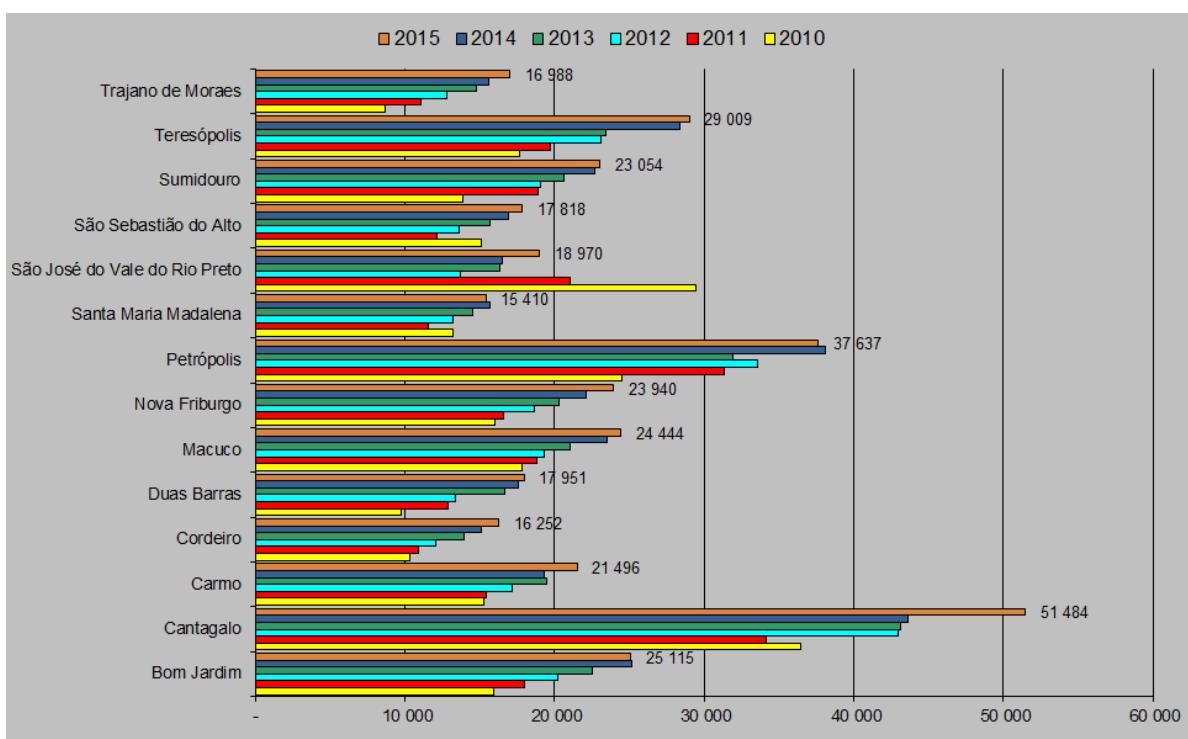


Gráfico 33: Evolução do valor adicionado da agropecuária – Região Serrana – R\$ milhões – 2010-2015

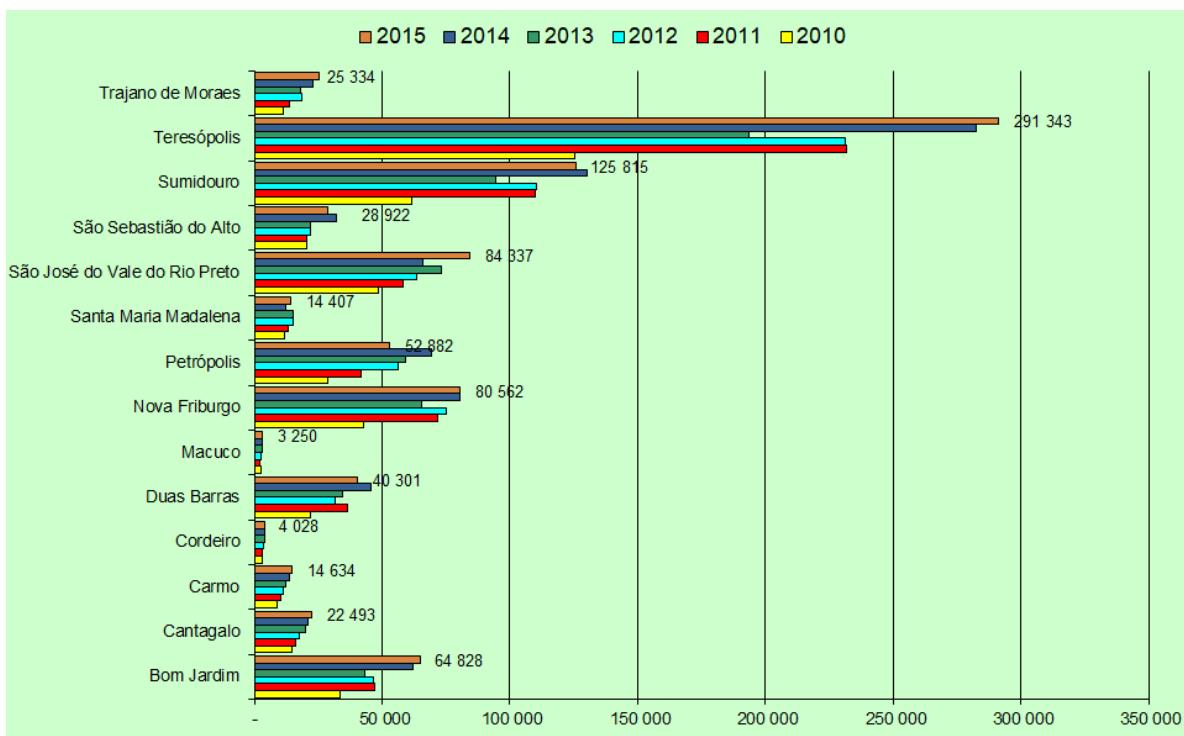


Gráfico 34: Evolução do valor adicionado da indústria – Região Serrana – R\$ milhões – 2010-2015

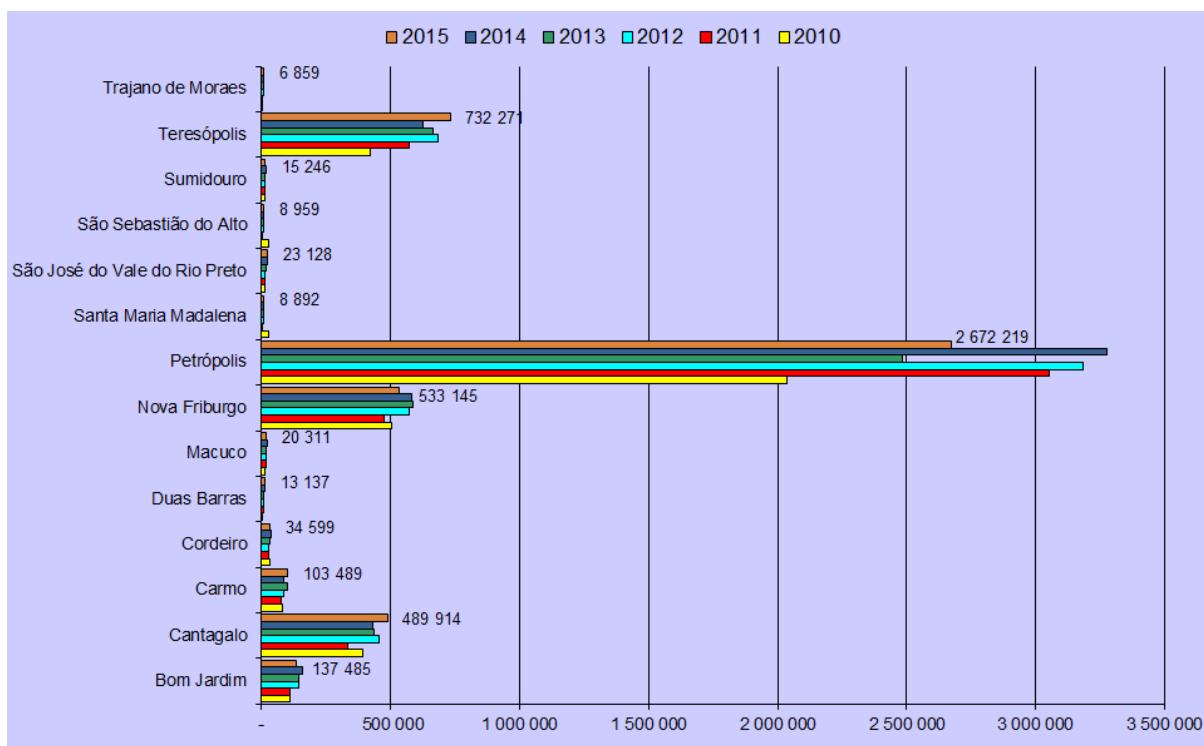


Gráfico 35: Evolução do valor adicionado da adm. pública – Região Serrana – R\$ milhões – 2010-2015

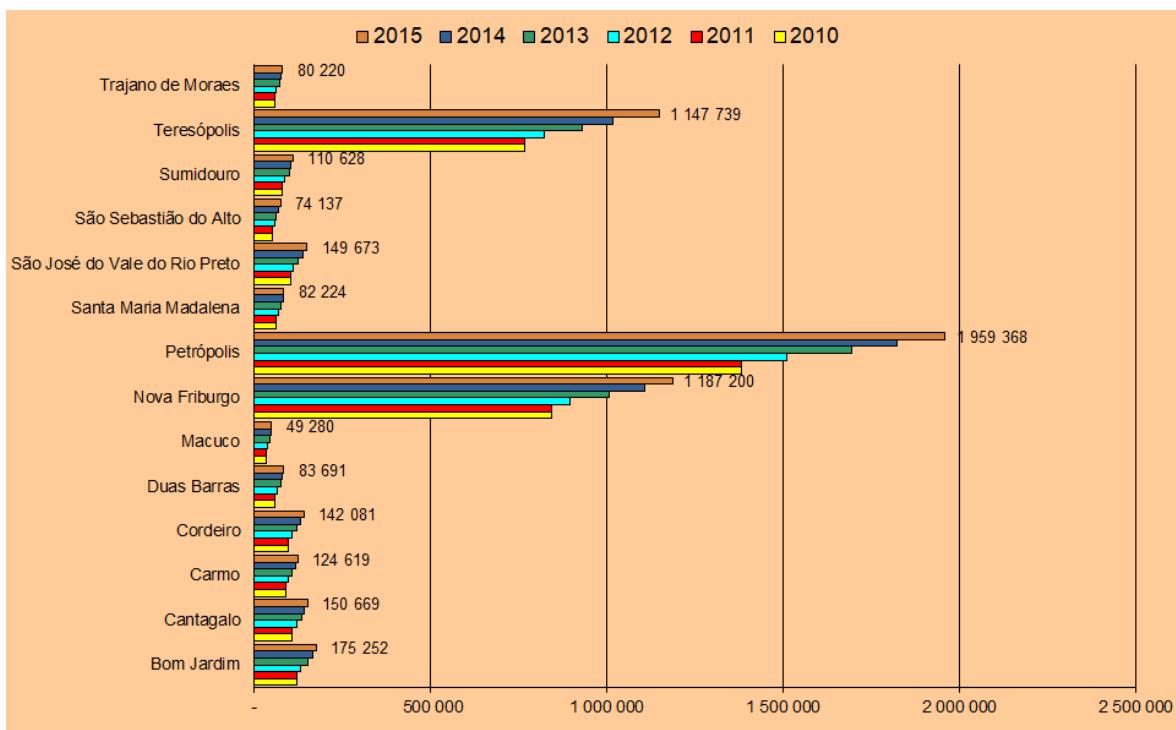
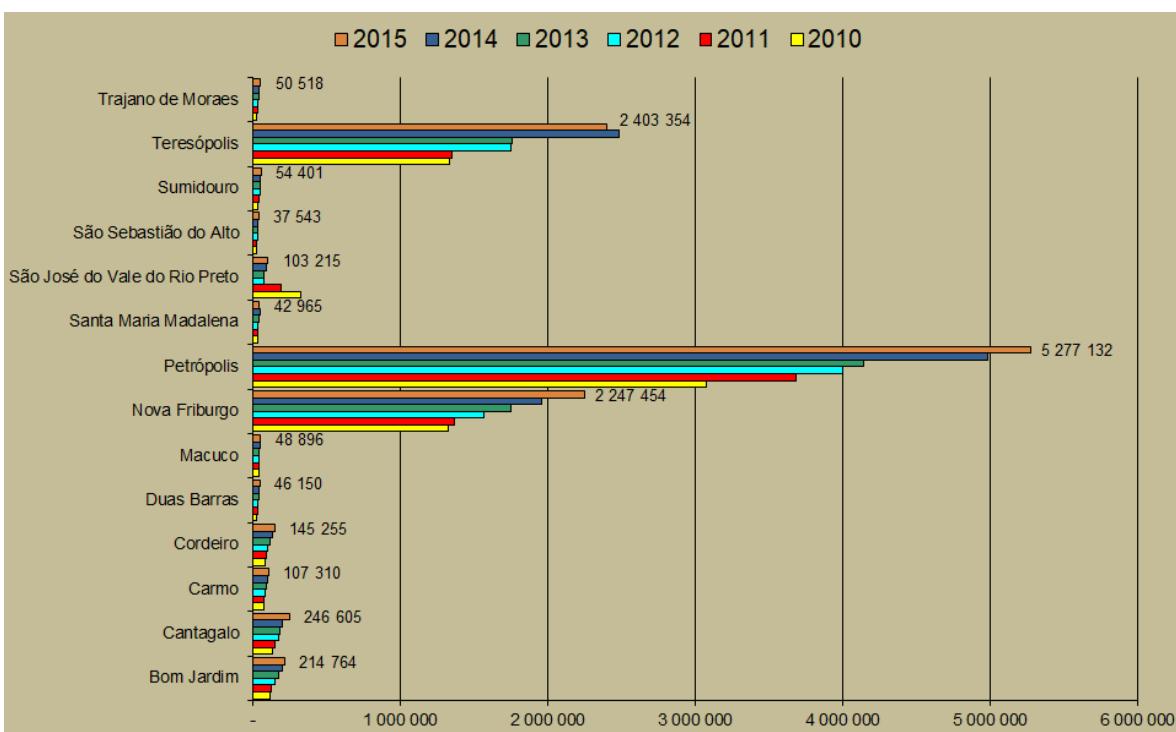


Gráfico 36: Evolução do valor adicionado dos demais serviços – Região Serrana – R\$ milhões – 2010-2015



Em resumo, a tabela que se segue apresenta informações sobre a evolução da economia de Petrópolis frente aos demais municípios fluminenses, tais como *ranking* anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, *ranking* de PIB a preços de mercado e de PIB *per capita*:

Tabela 40: Aspectos da economia do município – 2010 a 2015

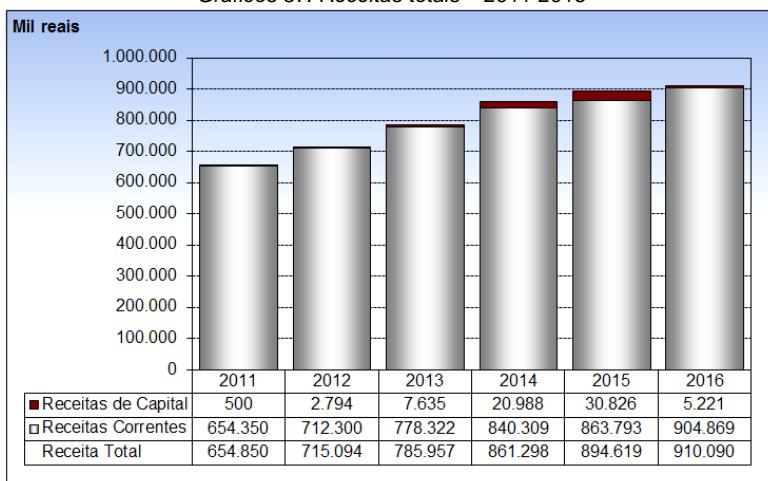
Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2015 (em % e em R\$ mil)
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Agropecuária	13	13	7	9	7	14	0,53% 52.882
Indústria	13	10	11	13	9	11	26,83% 2.672.219
Administração pública	10	10	10	10	10	10	19,67% 1.959.368
Demais serviços	9	10	9	9	9	8	52,97% 5.277.132
	Total dos setores						100,00% 9.961.601
	Impostos sobre produtos						1.259.441
PIB a preços de mercado	11	11	11	11	10	8	11.221.042
PIB <i>per capita</i>	27	23	24	27	27	27	37.637

VI - INDICADORES FINANCEIROS

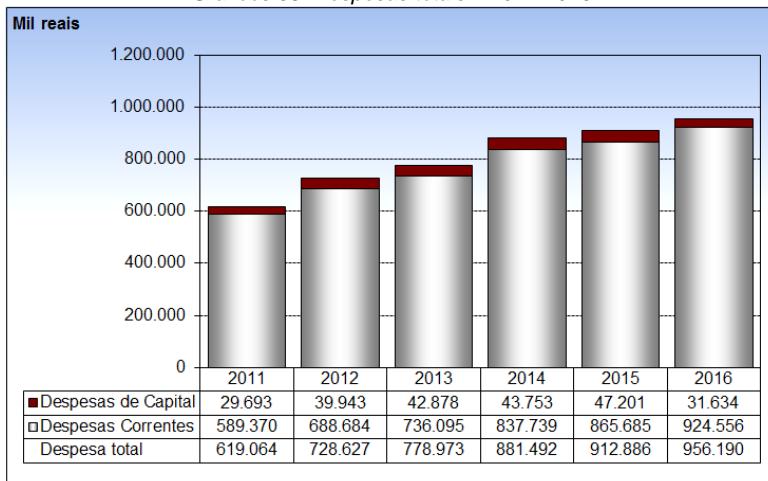
O presente capítulo trata da análise do desempenho econômico financeiro do município de Petrópolis, com base em informações constantes das prestações de contas de governo municipal encaminhadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio⁶⁵, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas⁶⁶ no período de 2011 a 2016 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores nominais.

Gráficos 37: Receitas totais – 2011-2016



Gráficos 38: Despesas totais – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

A receita realizada aumentou 39% no período entre 2011 e 2016, enquanto a despesa cresceu 54%.

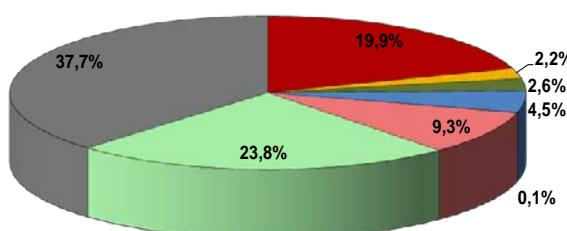
65 - Além das informações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial obtidas nas prestações de contas de governo municipal, também foram consultadas fontes adicionais como: relatórios da receita municipal extraídos do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS; IBGE: estimativa da população encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União – TCU.

66 - Os valores de despesas de capital incluem juros e encargos, com reflexo nos indicadores 2, 3 e 7, apresentados nas páginas seguintes.

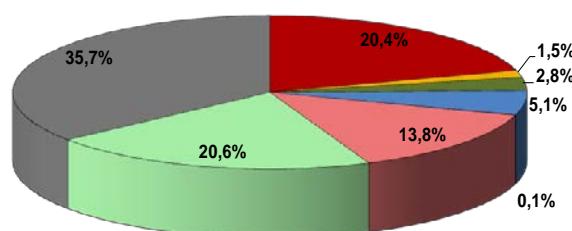
Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

Gráficos 39, 40, 41, 42, 43 e 44: Composição das receitas correntes – 2011-2016

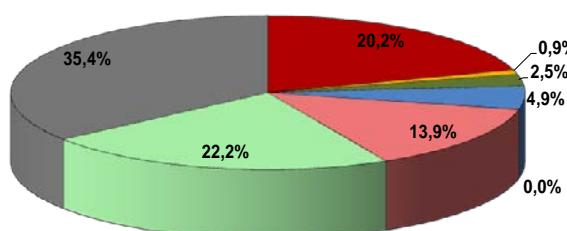
2011



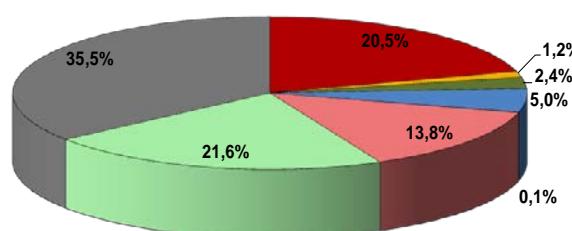
2012



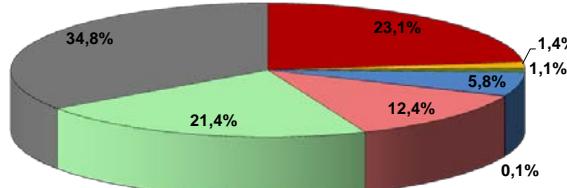
2013



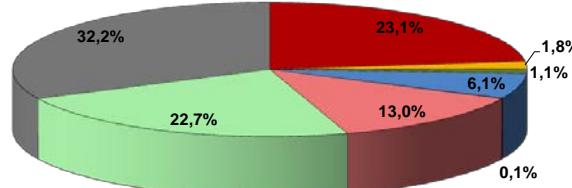
2014



2015



2016



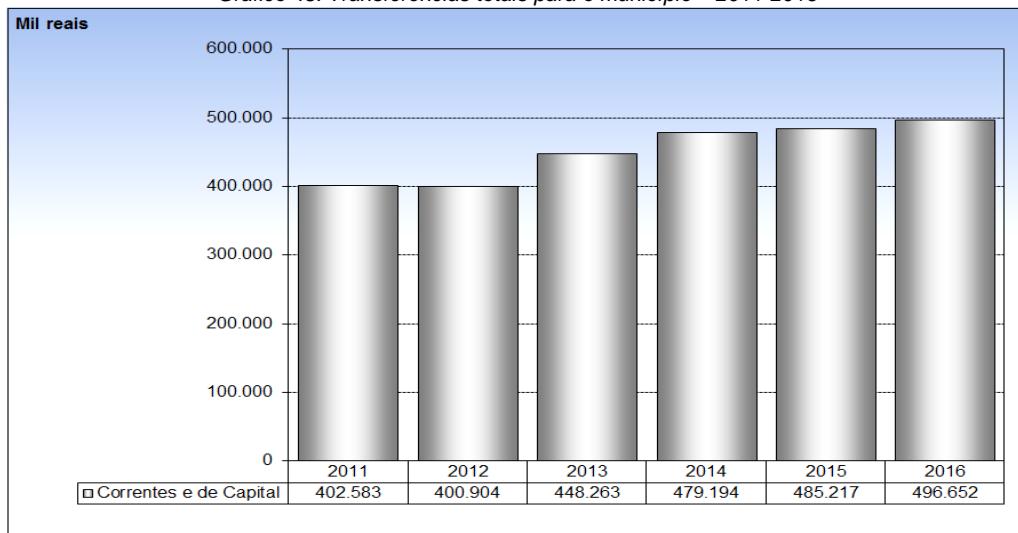
- Receita Tributária Total
- Royalties
- Receita de Serviços
- Transferências Correntes da União

- Receita Patrimonial
- Receita de Contribuição
- Outras Receitas Correntes
- Transferências Correntes do Estado

Fonte: elaboração própria

O montante transferido pela União e pelo estado ao município (excluída a parcela do IRRF) teve um aumento de 23% entre 2011 e 2016⁶⁷:

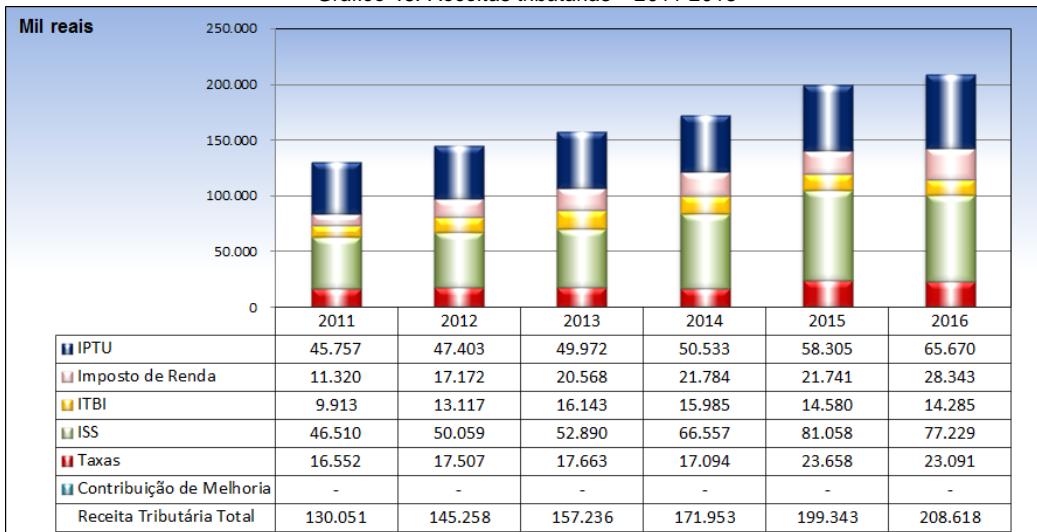
Gráfico 45: Transferências totais para o município – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

A receita tributária⁶⁸, por sua vez, teve um crescimento de 60% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 66% na arrecadação de ISS e de 150% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 44% na receita de IPTU, de 44% no ITBI e de 40% nas taxas.

Gráfico 46: Receitas tributárias – 2011-2016



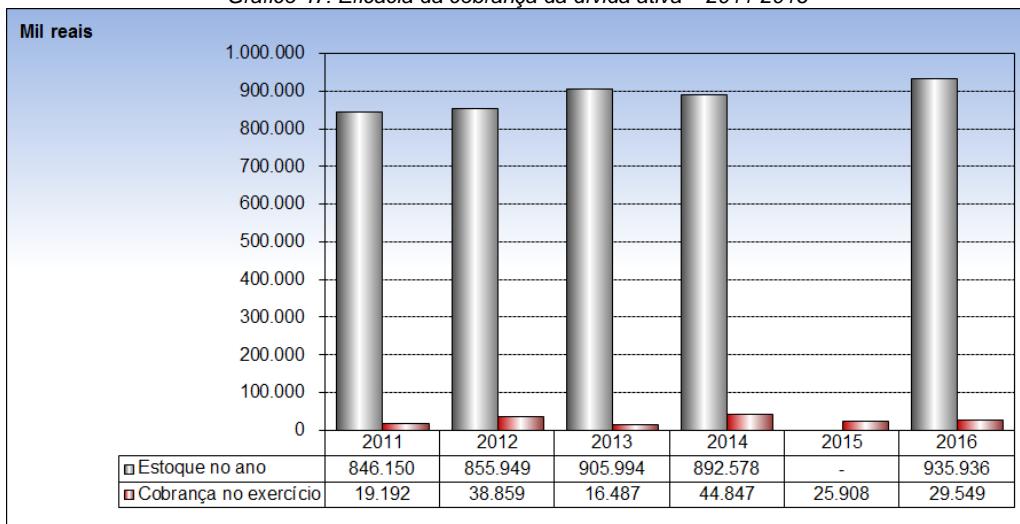
Fonte: elaboração própria

67 - A partir desta edição, foram apresentadas a título de transferências da União e do estado apenas as transferências correntes.

68 - Para efeito deste estudo, receita tributária corresponde ao esforço realizado pelo ente federativo municipal em arrecadar tributos de forma direta, acrescido do Imposto de Renda, não se levando em consideração quaisquer outras transferências.

O gráfico a seguir apresenta a cobrança da dívida ativa em comparação ao seu estoque total no período analisado⁶⁹.

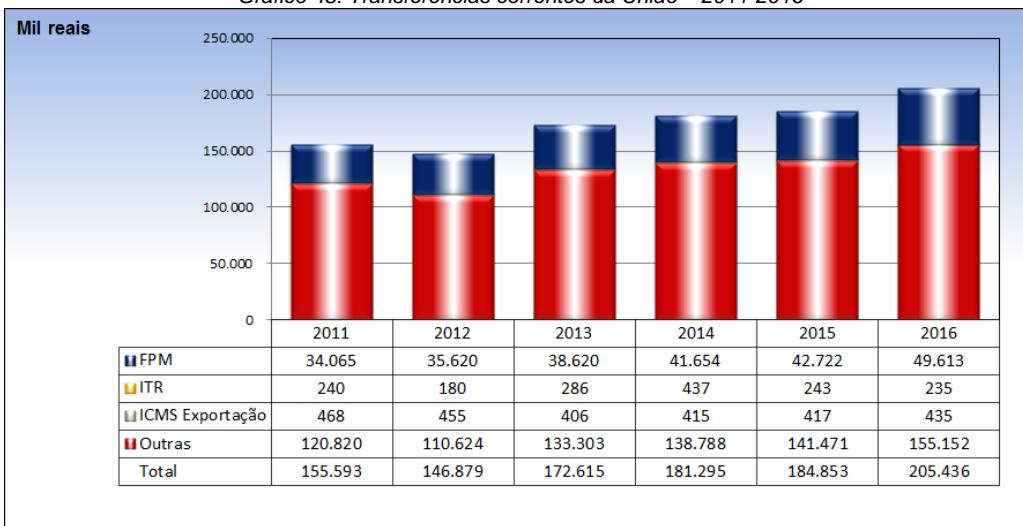
Gráfico 47: Eficácia da cobrança da dívida ativa – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

As transferências correntes da União cresceram 32% no período, com aumento de 46% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências.

Gráfico 48: Transferências correntes da União – 2011-2016

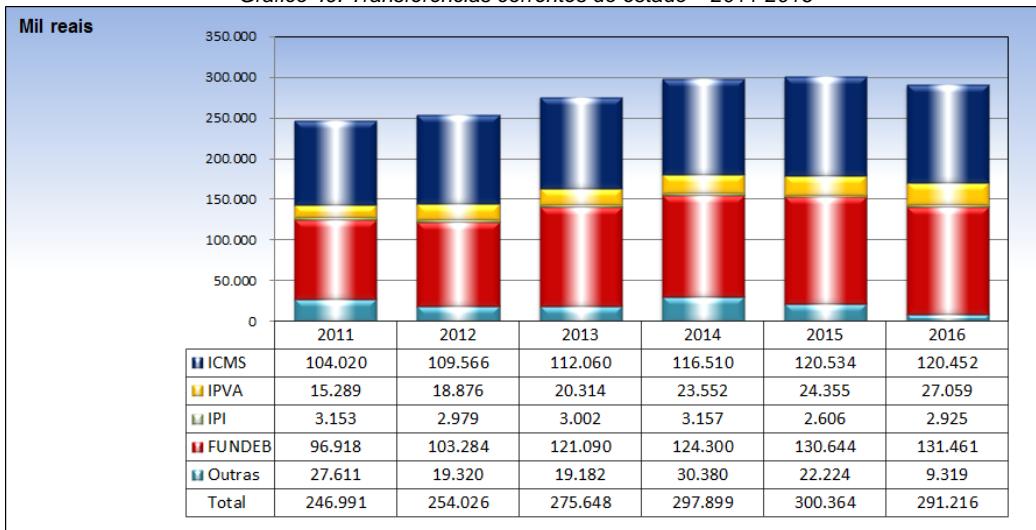


Fonte: elaboração própria

A evolução das transferências correntes do estado foi de 18% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 16% no repasse do ICMS e um crescimento de 36% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

69 - Vale destacar que a prestação de contas de governo não aponta a “idade” das dívidas em estoque, tão pouco segregá os dados em dívida tributária e não tributária.

Gráfico 49: Transferências correntes do estado – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas municipais:

1. Indicador de equilíbrio orçamentário

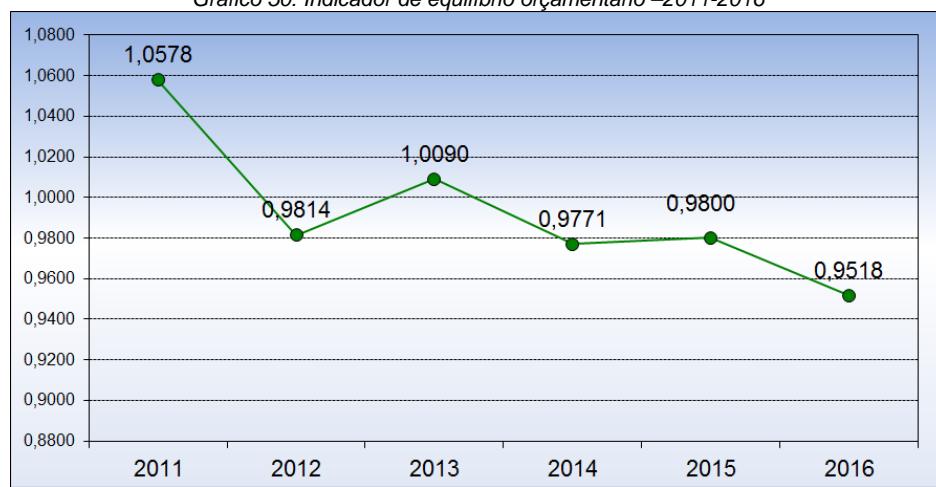
$$\frac{\text{receita arrecadada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ 910.090.035,15}}{\text{R\$ 956.190.334,24}} = 0,9518$$

Esse quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 95,18 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando desequilíbrio orçamentário em quatro dos seis anos em análise.

Gráfico 50: Indicador de equilíbrio orçamentário – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

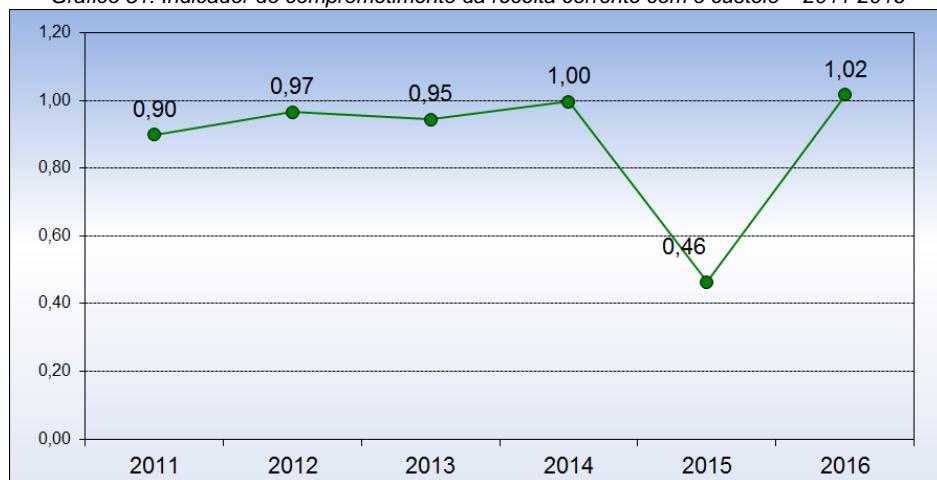
2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa

$$\frac{\text{despesas correntes}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ } 920.293.509,34}{\text{R\$ } 904.868.753,32} = 1,02$$

Esse indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 102% são comprometidos com despesas correntes. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2011:

Gráfico 51: Indicador do comprometimento da receita corrente com o custeio – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

As despesas correntes destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mas aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um acréscimo de 56% entre 2011 e 2016, enquanto as receitas correntes cresceram 38% no mesmo período.

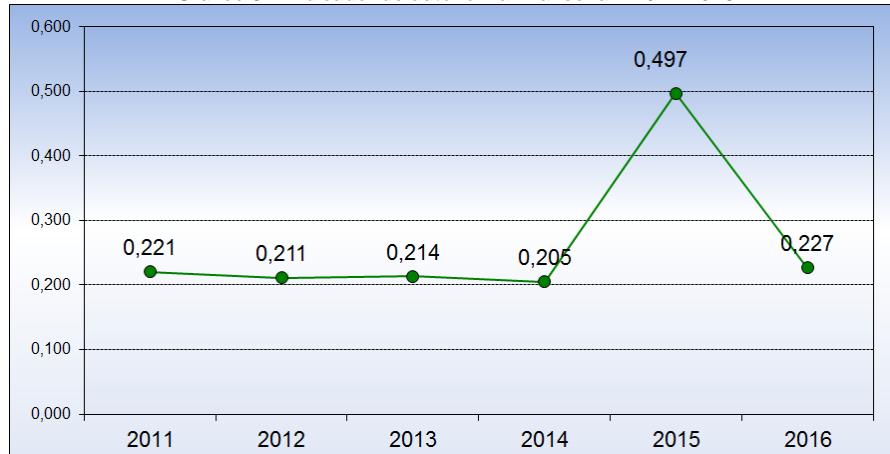
3. Indicador de autonomia financeira

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas correntes}} = \frac{\text{R\$ } 208.618.165,08}{\text{R\$ } 920.293.509,34} = 0,227$$

Esse indicador mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o município apresentou uma autonomia de 22,7% no exercício de 2016. A evolução desse indicador está demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 52: Indicador de autonomia financeira – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

Houve aumento da autonomia municipal, uma vez que a receita tributária cresceu 60% no período, contra 56% de aumento das despesas correntes.

No período analisado, houve crescimento na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna menos dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

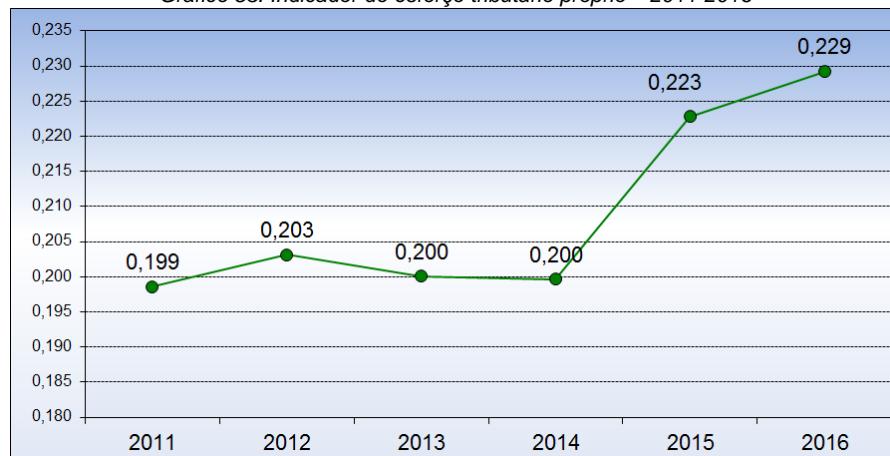
4. Indicador do esforço tributário próprio

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{receita arrecadada}} = \frac{\text{R\$ } 208.618.165,08}{\text{R\$ } 910.090.035,15} = 0,229$$

Esse indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário que o município realiza no sentido de arrecadar tributos próprios em relação ao total das receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 22,9% da receita total, enquanto, no período analisado, sua performance está demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 53: Indicador do esforço tributário próprio – 2011-2016

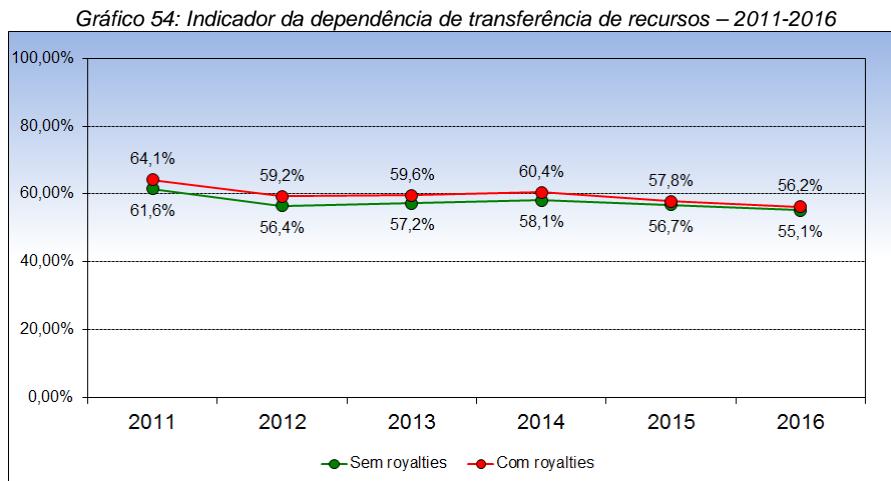


Fonte: elaboração própria

5. Indicador da dependência de transferências de recursos

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita arrecadada}} = \frac{\text{R\$ } 501.766.365,50}{\text{R\$ } 910.090.035,15} = 0,551$$

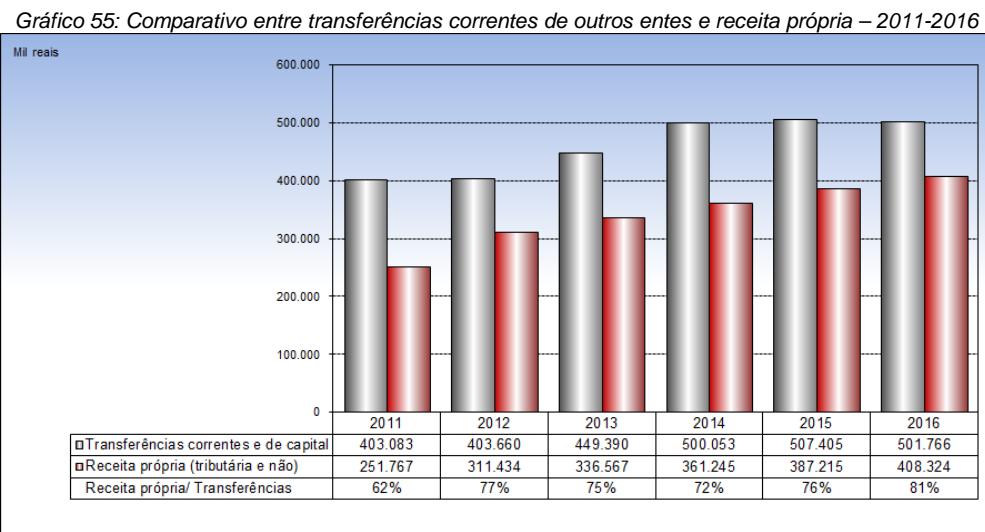
A receita de transferências⁷⁰ representa 55,1% do total da receita do município em 2016. O gráfico a seguir apresenta valores desse indicador para anos anteriores.



Fonte: elaboração própria

Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2016, subiria para 56,2%.

Esse indicador reforça os comentários a respeito da autonomia financeira do município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* e demais participações governamentais que, no gráfico a seguir, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 10 milhões em 2016.



Fonte: elaboração própria

70 - O cômputo inicial das receitas de transferências não levou em consideração em seu somatório os montantes auferidos a título de receitas com *royalties*.

6. Indicador da carga tributária *per capita*

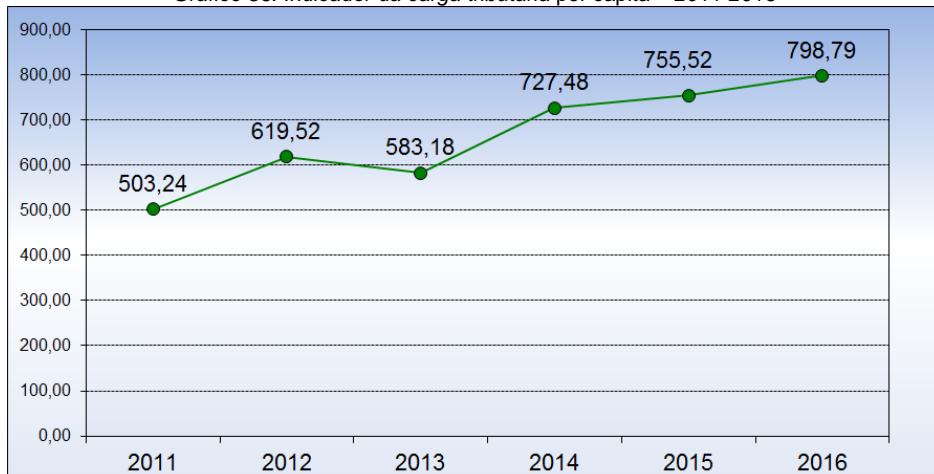
receita tributária própria + cobrança da dívida ativa⁷¹ =
população do município

$$\frac{\text{R\$ } 208.618.165,08 + \text{R\$ } 29.548.766,06}{298.158} = \text{R\$ } 798,79 / \text{habitante}$$

Esse indicador reflete os recursos próprios auferidos pelo município, isto é, a receita tributária acrescida de valores cobrados da dívida ativa e dividida por habitante do município.

Ao longo do exercício de 2016, cada habitante contribuiu para o fisco municipal com R\$ 798,79. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 59% no período.

Gráfico 56: Indicador da carga tributária *per capita* – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

7. Indicador das despesas correntes *per capita*

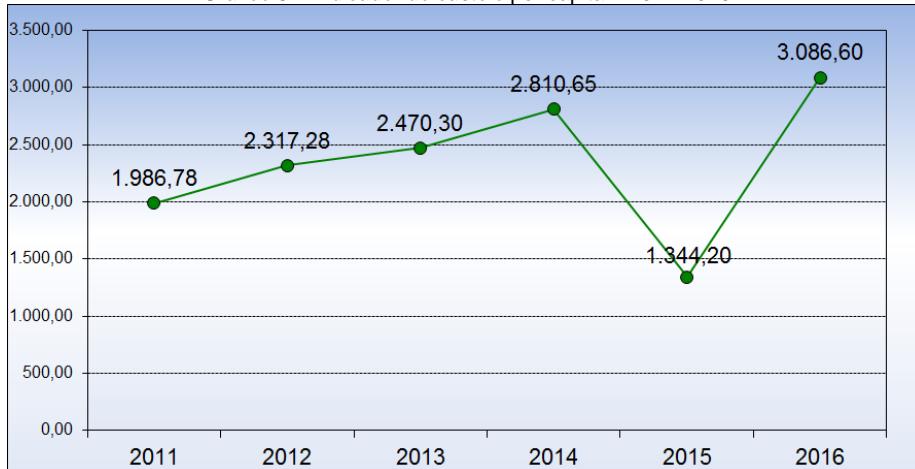
despesas correntes = R\$ 920.293.509,34 = R\$ 3.086,60 /habitante
população do município 298.158

Esse indicador objetiva demonstrar, em tese, o quantum com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com R\$ 3.086,60 em 2016. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo aumento de 55% no período de 2011 a 2016.

71 - Os dados referentes à cobrança da dívida ativa não apresentam subdivisão entre dívida ativa tributária e não tributária.

Gráfico 57: Indicador do custeio per capita – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

8. Indicador dos investimentos per capita

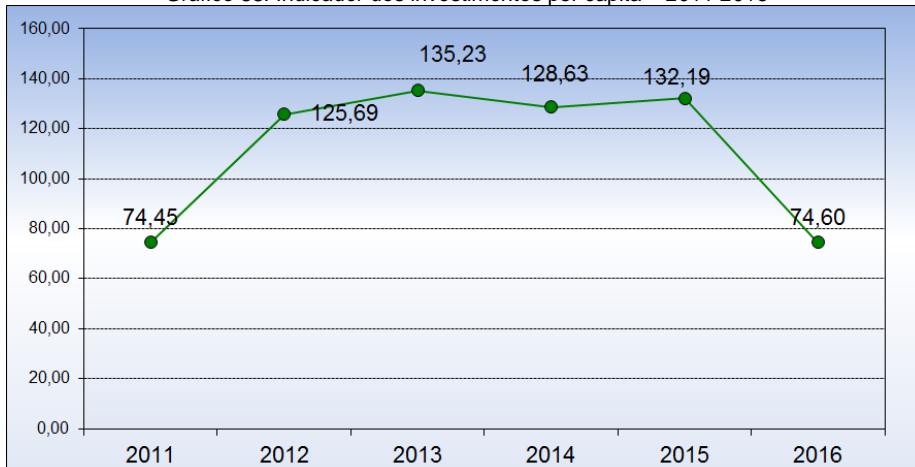
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 22.241.216,08}{298.158} = \text{R\$ } 74,60 / \text{habitante}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2016, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a R\$ 74,60 em benefícios diretos e indiretos. O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 798,79 (vide Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R\$ 74,60 representaria praticamente que 9% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos.

Gráfico 58: Indicador dos investimentos per capita – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

9. Indicador do grau de investimento

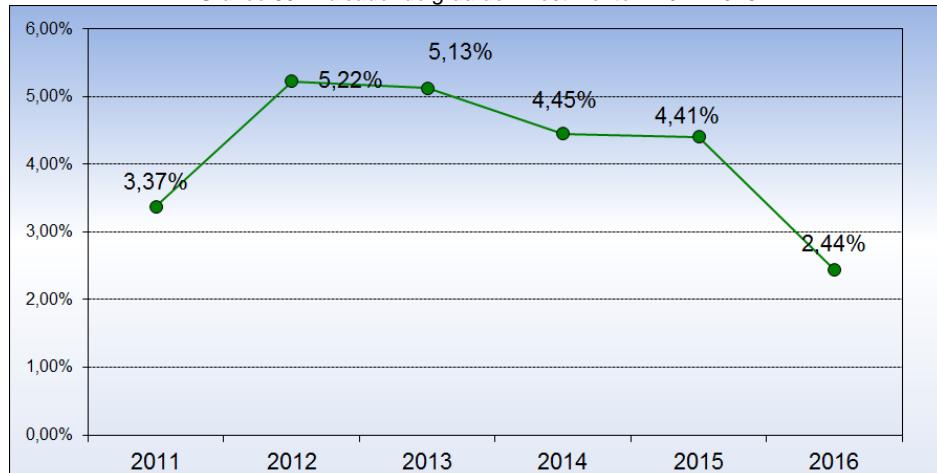
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita arrecadada}} = \frac{\text{R\$ } 22.241.216,08}{\text{R\$ } 910.090.035,15} = 0,0244$$

Esse indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem a 2,44% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com a utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (Indicador nº 2 – comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já se comprometem 102% das receitas correntes.

Esse quociente diminuiu entre 2011 e 2016, conforme o gráfico, que evidencia a seguinte parcela dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.

Gráfico 59: Indicador do grau de investimento – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

10. Indicador da liquidez corrente

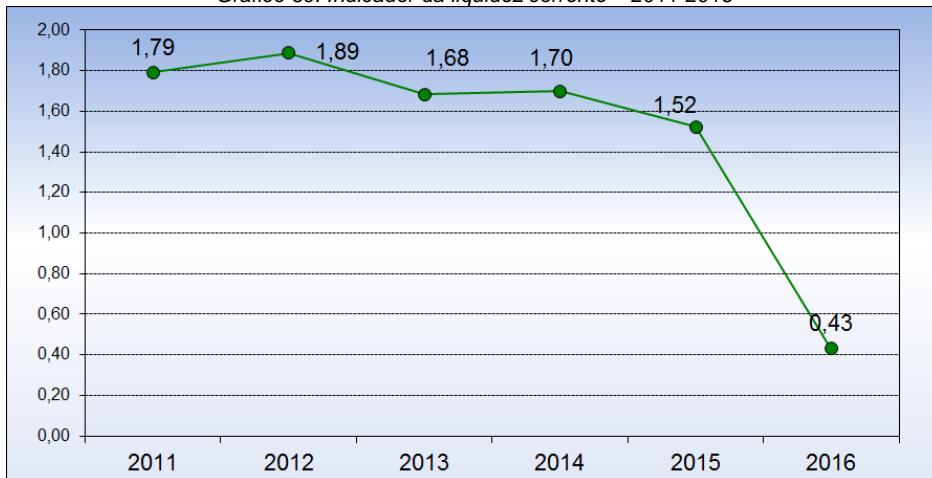
$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ } 46.872.681,25}{\text{R\$ } 108.792.906,18} = 0,43$$

Esse quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas desfavoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela prefeitura.

O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do município esteve em equilíbrio em cinco dos seis anos analisados.

Gráfico 60: Indicador da liquidez corrente – 2011-2016



Fonte: elaboração própria

A série histórica apresentada para o índice de liquidez exclui as aplicações dos regimes próprios de previdência. Neste sentido, cabe registrar que o resultado previdenciário no exercício de 2016 foi deficitário em R\$ 535.796,90.

Nas páginas finais deste volume, após a Conclusão, estão publicadas as tabelas contendo as informações essenciais referentes às receitas e despesas de todos os municípios fluminenses, para fins comparativos. São apresentados valores, *rankings* e indicadores com base nas receitas totais e *per capita* (tabela A), despesas totais e *per capita* (tabela B), carga tributária *per capita* (tabela C), despesa corrente *per capita* (tabela D), investimento *per capita* (tabela E) e *royalties* (tabela F).

VII - TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL



Este capítulo⁷² trata da transparência na administração pública, com o intuito de abordar os instrumentos governamentais disponibilizados à sociedade, nos termos da legislação pertinente, tais como as ações das ouvidorias públicas e o governo eletrônico, ou seja, visa apresentar os mecanismos que permitem o acesso à informação pública de forma a contribuir para o exercício do controle social e garantir os pressupostos da democracia participativa na sociedade fluminense. No contexto público, a transparência organizacional é um instrumento que serve para ampliar o controle social sobre a administração, possibilitando medir o desempenho dos seus agentes, conhecer a efetividade das políticas instituídas e avaliar se o princípio da legitimidade está sendo preservado.

Controle social

Há várias definições de controle social. Na teoria política, seu significado pode ser concebido levando em consideração o papel do Estado e da sociedade civil. Isto é, pode ser utilizado para evidenciar o controle do Estado sobre a sociedade ou referir-se ao controle da sociedade sobre as ações governamentais. Este último significado trata da participação de qualquer pessoa na gestão pública, seja nas fases de elaboração, de deliberação, de implantação, de monitoramento ou de avaliação das políticas públicas.

Com vistas à otimização de sua função constitucional, referente à verificação da regular arrecadação e aplicação dos recursos públicos, os órgãos de controle da gestão pública, como os Tribunais de Contas, fomentam o controle social como meio de ampliação de seu papel de fiscalização.

Qualquer pessoa pode exigir que o gestor público preste contas de sua atuação, sendo este um importante instrumento de combate à corrupção, uma vez que possibilita a qualquer interessado acesso a informações públicas, seja por pedido formulado com base na Lei de Acesso à Informação, seja por contato com as ouvidorias públicas ou pelos portais disponibilizados na rede de computadores.

Ouvidorias públicas

A implantação das ouvidorias públicas, no Brasil, é recente se consideradas as primeiras experiências do instituto ao qual se assemelha, o *ombudsman*. Sua difusão em todas as esferas de governo demonstra o grau de amadurecimento do administrador público com relação à transparência na gestão pública, além de indicar a exigência por parte da sociedade de um serviço de qualidade.

Entre outras formas de participação direta do cidadão, a Constituição, no artigo 37, § 3º, previu a edição de lei ordinária para tratar das reclamações relativas à prestação de

72 - Desenvolvido, em colaboração com os Estudos Socioeconômicos, pelos técnicos do TCE-RJ Luiz Antônio de Araújo Kotsubo, Evanir Correa Grigorini, Luciano Moreira Santini e Wanderley de Figueiredo Viana, sob coordenação de Luiz Antônio Bardaro Manzi.

serviço público. A Emenda Constitucional nº 19, que, entre outras disposições, cuidou dos princípios e das normas da administração pública, conferiu uma nova redação a esse dispositivo, estabelecendo que a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo (ressalvada a proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, além dos casos em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado); e a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

A partir da década de 90, as ouvidorias surgem como um sólido canal viabilizador da efetiva participação do cidadão, estreitando e fortalecendo sua relação com as instituições públicas. Neste sentido, aproximam diversos atores da sociedade civil, transformando-os em participantes ativos de ações públicas. As ouvidorias permitem ao gestor perceber o grau de satisfação dos cidadãos no que concerne aos serviços prestados pelo governo, além de obter informações relevantes à implementação de políticas públicas e atinentes a fatos irregulares, sendo, portanto, um mecanismo gerencial e estratégico indispensável para o aprimoramento da máquina estatal.

Nesse passo, é importante remarcar que a sociedade assume papel importante ao contribuir com ações para a melhoria da gestão pública, quer denunciando irregularidades, quer fornecendo informações, quer apresentando elogios, críticas ou sugestões.

Uma organização que implementa e adota procedimentos voltados para a atuação efetiva de sua ouvidoria caminha ao encontro daquilo que a expressão *accountability* preconiza: transparência, responsabilidade na gestão da coisa pública e prestação de contas, representando a obrigação que tem aquele que administra os recursos públicos de prestar contas de sua gestão e, ainda, a possibilidade de ser responsabilizado por seus atos.

Governo eletrônico



A administração pública tem-se mostrado ciente da importância de disponibilizar meios de acesso a informações, serviços ou produtos, em especial pela web, bem como dos benefícios do governo eletrônico (*e-government*) enquanto instrumento para a melhoria da gestão pública, sendo crescente o investimento, em todos os níveis de governo, em tecnologia da informação.

Os portais governamentais permitem acesso a diversos serviços, constituindo uma via de comunicação de mão dupla entre o governo e sociedade. Para os usuários, geram ganhos que são percebidos quanto ao tempo de execução, à qualidade, à facilidade e à ausência de necessidade de deslocamentos. No prisma governamental, geram maior transparência, redução de custos e ampliação da capacidade de atendimento.

A internet caracteriza-se, cada vez mais, em razão do crescente número de portais disponibilizados pelos governos federal, estaduais e municipais, como um dos meios de

acesso às ouvidorias públicas. Essas, por seu turno, são instrumentos de governo eletrônico e, portanto, integram o conjunto de serviços e acesso a informações que o governo oferece aos diferentes atores da sociedade civil por meios eletrônicos.

Governo eletrônico é bem mais do que um governo informatizado. Trata-se de um governo aberto e ágil para melhor atender à sociedade. Utiliza as tecnologias da informação e da telecomunicação para ampliar a cidadania, aumentar a transparência da gestão, a participação dos cidadãos na fiscalização do poder público e, ainda, para democratizar o acesso aos meios eletrônicos. Possibilita a obtenção de mais resultados ao mesmo custo ou com menor custo total, em menos tempo e com um padrão de qualidade mais alto, bem como a oferta de novos serviços ou condução de reformas que de outra maneira seriam impossíveis de realizar.

Lei de Acesso à Informação – LAI



Com o advento da Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), estabeleceu-se um novo paradigma na administração pública em matéria de transparência: o acesso é a regra e o sigilo, a exceção. Além disso, os procedimentos previstos na lei seguem as seguintes diretrizes: a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; e o desenvolvimento do controle social da administração pública.

Qualquer interessado pode solicitar o acesso às informações públicas, sem a necessidade de apresentar qualquer justificativa, destacando-se que a falta de atendimento da LAI pelo gestor público é passível de sanção.

De acordo com o artigo 7º da LAI, o acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

O artigo 8º da LAI estabelece que é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Na divulgação das informações a que se refere o *caput* do artigo, deverão constar os elementos mínimos descritos no quadro a seguir:

Descrição	Fundamentação legal
1. Institucional a. Competências b. Estrutura organizacional c. Endereços e telefones dos órgãos/entidades d. Horários de atendimento ao público	§1º, inc. I
2. Receitas e Despesas a. Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros b. Registro das despesas	§1º, inc. II e III
3. Licitações e Contratos a. Informações sobre procedimentos licitatórios, inclusive editais e resultados b. Informações sobre contratos celebrados	§1º, inc. IV
4. Ações e Programas a. Dados para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades	§1º, inc. V
5. Perguntas Frequentes a. Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade	§1º, inc. VI

Fonte: adaptado da Lei Federal nº 12.527/2011

O próximo quadro informa sobre a comunicação com a sociedade prevista no artigo 9º da mesma lei:

Descrição	Fundamentação legal
Canal de comunicação com a sociedade a. criação de serviço de informações ao cidadão b. realização de audiências ou consultas públicas	art. 9º

Fonte: adaptado da LF nº 12.527/2011

Lei de Transparência

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF está em vigor desde maio de 2000 e tem como finalidade estabelecer as normas que orientam as finanças públicas no país, especialmente no que concerne à edição de alguns instrumentos de transparência da gestão

fiscal, tais como: planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas de gestão e de governo, relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, determinando que fosse dada ampla divulgação à sociedade dessas informações.

A Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, conhecida como Lei de Transparência, alterou a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal, inovando ao determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

No setor público, a transparência se dá nas formas ativa e passiva. Na transparência ativa, a divulgação de informações é voluntária, feita em tempo real, através do Portal de Transparência, ou divulgada na rede mundial de computadores. A transparência passiva é o atendimento aos pedidos formais e os registros em sistema eletrônico padronizado que permitem a solicitação de informações com prazos definidos para o recebimento da resposta. Cabe a cada ente federativo garantir o acesso às informações públicas a qualquer pessoa física ou jurídica por meio de um serviço de atendimento ao cidadão criado ou estruturado para este fim específico. As respostas devem ser dadas no prazo legal e em conformidade com o que foi solicitado.

De acordo com a LC nº 131/2009, todos os entes deverão divulgar:

- Quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;
- Quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Conforme definido pelo Decreto nº 7.185/2010, a liberação em tempo real se refere à disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento.

A LC nº 131/2009 dispõe que o ente que não disponibilizar as informações no prazo estabelecido fica impedido de receber transferências voluntárias (também denominadas de convênios, contratos de repasse ou outro termo semelhante).

Desempenho dos sítios municipais

No período de julho a setembro de 2017, os Estudos Socioeconômicos visitaram os sítios eletrônicos de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, com exceção da Capital. O objetivo foi avaliar o cumprimento de alguns aspectos relevantes da Lei de Acesso à Informação, que possibilita a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

A lei, que entrou em vigor em maio de 2012, vale para os três poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios, incluindo os tribunais de contas e o Ministério

Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

Para realização da pesquisa, foram consultados os domínios oficiais dos entes municipais (homedomunicípio@rj.gov.br) à procura de algum *link* que pudesse denotar informações sobre transparência. Quando não foram imediatamente encontradas as informações requeridas, deu-se o passo seguinte, que consistiu na utilização do buscador presente nos próprios sítios com a utilização de expressões como “transparência”, “ouvidoria” e “conselhos municipais”, com intuito de localizar as informações necessárias para a concretização do estudo. Em caso de novo insucesso, a pesquisa era encerrada.

No tocante aos resultados encontrados, percebeu-se que a maioria dos municípios possui um Portal de Transparência, porém, a maior parte deles não apresentava as informações que foram objeto do escopo da pesquisa. Vale ressaltar que, às vezes, o uso da ferramenta Google comprova que informações disponíveis *online* não constam do sítio do município.

Questionário

Na primeira parte da pesquisa, foram formuladas 20 questões com o intuito de verificar a disponibilidade de informações sobre regulamentação e implantação da LAI, ouvidoria, receitas e despesas nos sítios eletrônicos das prefeituras.

LAI – Cinco perguntas referem-se à regulamentação municipal dos aspectos atinentes à Lei de Acesso à Informação, da forma como segue:

1 – Foi localizada a regulamentação da LAI pelo Poder Executivo? (art. 42 da Lei nº 12.527/11)
2 – Qual o instrumento normativo (lei, decreto, etc.)?
3 – Na regulamentação, existe a previsão para autoridades classificarem informações quanto ao grau de sigilo? (art. 27 da Lei nº 12.527/11)
4 – Na regulamentação, existe a previsão de responsabilização do servidor em caso de negativa de informação? (art. 32 da Lei nº 12.527/11)
5 – Na regulamentação, existe a previsão de pelo menos uma instância recursal? (art. 15 da Lei nº 12.527/11)

SIC – O segundo grupo de perguntas refere-se à criação e ao funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão previsto pelo art. 9º da LAI.

6 – Foi localizada no sítio a indicação quanto à existência de um Serviço de Informação ao Cidadão – SIC físico (atendimento presencial)? (inciso I, art. 9º da Lei nº 12.527/11)
7 – Foi localizada alternativa de enviar pedidos de forma eletrônica ao SIC? (§ 2º, art. 10 da Lei nº 12.527/11)
8 – Para a realização dos pedidos de informação, são exigidos apenas dados que não impossibilitem ou dificultem o acesso? (§1º, art.10º da Lei nº 12.527/11)
9 – Foi localizada no sítio a possibilidade de acompanhamento dos pedidos realizados? (inciso I, alíneas "b" e "c" do art.9º da Lei nº 12.527/11)

Portal da Transparência – Em seguida, uma questão refere-se à existência do portal municipal, sendo essa a forma mais comum encontrada pelos municípios para dar acesso às informações requeridas pela sociedade:

10 – Existe Portal da Transparência em funcionamento?

Ouvidoria – O grupo seguinte verifica:

11 – Existe ouvidoria implantada no município?

12 – Qual o telefone de contato da ouvidoria?

13 – Qual o e-mail de contato da ouvidoria?

14 – O sítio apresenta relatórios estatísticos sobre pedidos recebidos, atendidos ou indeferidos pela ouvidoria?

Receita e despesa – Em seu corpo principal, o questionário ainda avalia uma série de questões relativas às receitas e despesas municipais, licitações e contratos e relatórios de publicação obrigatória por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF:

15 – Há informações sobre a receita nos últimos seis meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado?

16 – As despesas apresentam dados dos últimos seis meses contendo: valor do empenho, da liquidação, do pagamento e o favorecido?

17 – O sítio apresenta dados nos últimos seis meses contendo: íntegra dos editais, resultado (vencedor) e contratos na íntegra?

18 – Os procedimentos licitatórios incluem dados acerca de: modalidade, data do certame, valor, número e ano do edital e objeto?

19 – O sítio apresenta o RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) dos últimos seis meses?

20 – O sítio apresenta o RGF (Relatório de Gestão Fiscal) dos últimos seis meses?

Resultados

Para efeito de aferição dos resultados da pesquisa, foi usada uma escala binária, em que 0 equivale a informação não localizada e 1 equivale a informação localizada, o que significa dizer que um município que apresentasse dados sobre todas as questões formuladas atingiria o total de 20 pontos. O valor 0 associado à informação não localizada não implica a inexistência da informação, isto é, o fato de a informação não ter sido localizada no sítio eletrônico da prefeitura a partir do protocolo de pesquisa utilizado não garante que a informação efetivamente não exista.

Para melhor compreensão, dividimos os 91 municípios em cinco faixas descendentes:

- a) municípios com verificação de 80% ou mais dos 20 itens pesquisados;
- b) municípios com verificação de 79% a 60%;
- c) municípios com verificação de 59% a 40%;
- d) municípios com verificação de 39% a 20%;
- e) municípios com verificação inferior a 20%.

Cantagalo e Niterói atingiram 100% da pontuação, ou seja, 20 pontos. Por outro lado, nenhum município obteve resultado igual a zero, ou seja, todos pontuaram em pelo menos um item verificado pela pesquisa.

Petrópolis apresentou um total de 18 pontos, perfazendo 90% de presença das informações verificadas, resultado semelhante aos obtidos pelos municípios de Comendador Levy Gasparian, Duque de Caxias, Resende, São Pedro da Aldeia e São Sebastião do Alto.

Municípios com 80% ou mais de aproveitamento	
Cantagalo Niterói	100%
Angra dos Reis Campos dos Goytacazes Carmo Macaé Mesquita Nova Friburgo Piraí	95%
Comendador Levy Gasparian Duque de Caxias Petrópolis Resende São Pedro da Aldeia São Sebastião do Alto	90%
Itaguaí	85%
Araruama Miguel Pereira Nova Iguaçu Rio Claro	80%

Vinte municípios tiveram aproveitamento na faixa descendente até 60%, como exposto a seguir:

Aproveitamento entre 79% e 60%	
Barra do Piraí Conceição de Macabu Maricá Quatis Valença	75%
Mangaratiba	70%

Armação dos Búzios Itaperuna Itatiaia Quissamã Teresópolis	65%
Areal Cachoeiras de Macacu Casimiro de Abreu Engenheiro Paulo de Frontin Iguaba Grande Porciúncula Rio Bonito São José do Vale do Rio Preto Volta Redonda	60%

O próximo grupo, formado por 30 municípios, teve rendimento na faixa entre 59% e 40%. Essa foi a faixa com maior concentração, correspondente a quase um terço do conjunto de 91 municípios.

Aproveitamento entre 59% e 40%	
Barra Mansa Macuco Varre-Sai	55%
Guapimirim Japeri Paracambi Porto Real Santo Antônio de Pádua São João de Meriti Sapucaia Três Rios	50%
Aperibé Bom Jardim Carapebus Cordeiro Itaboraí Italva Magé Paraty Queimados Rio das Ostras Sumidouro Vassouras	45%
Belford Roxo Cambuci Mendes Natividade Santa Maria Madalena São José de Ubá Tanguá	40%

Na penúltima faixa de rendimento, ficaram 15 municípios fluminenses:

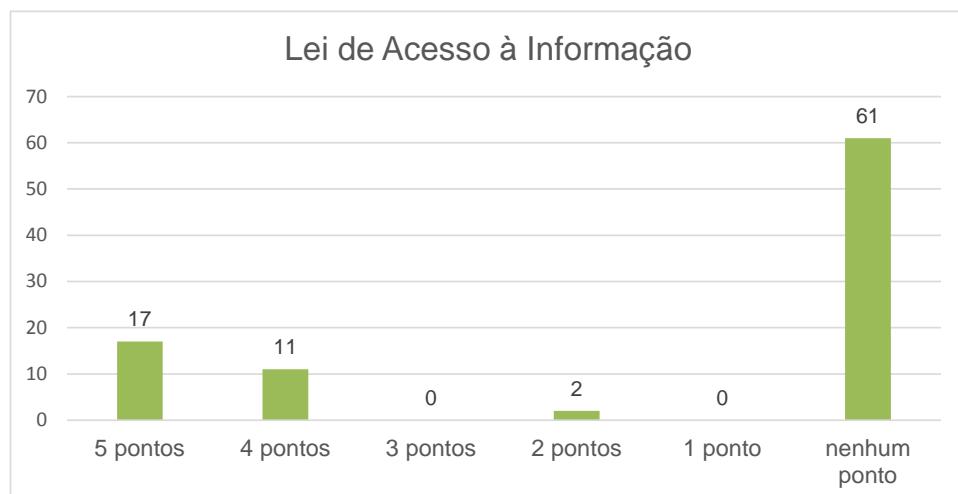
Municípios com aproveitamento entre 39% e 20%	
Itaocara	
Laje do Muriaé	
Miracema	
Nilópolis	35%
Rio das Flores	
Saquarema	
Seropédica	
Silva Jardim	
Cardoso Moreira	
São Fidélis	30%
Trajano de Moraes	
Arraial do Cabo	25%
Duas Barras	
Paty do Alferes	20%
São João da Barra	

No último quadro, observam-se os seguintes municípios:

Municípios com aproveitamento inferior a 20%	
Bom Jesus do Itabapoana	
Paraíba do Sul	15%
São Francisco de Itabapoana	
São Gonçalo	
Pinheiral	10%
Cabo Frio	5%

Uma análise mais específica pode ser feita para cada grupo de questões. Neste sentido, podemos notar que, em relação à LAI, Petrópolis faz parte do grupo de 11 municípios que pontuaram em quatro aspectos verificados pela pesquisa, conforme o gráfico:

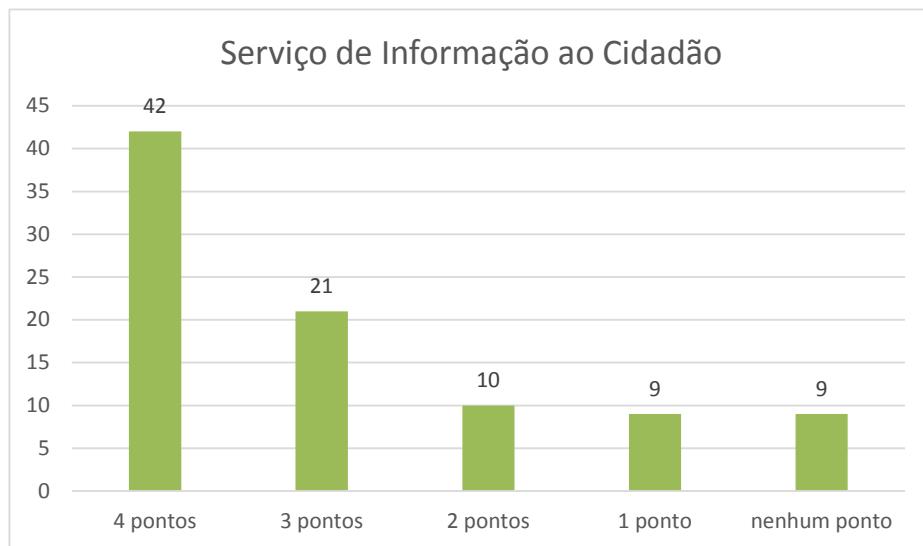
Gráfico 61: Pontuação dos sítios municipais em relação ao cumprimento de aspectos selecionados da LAI



Dois terços dos municípios não pontuaram em nenhum dos cinco aspectos verificados.

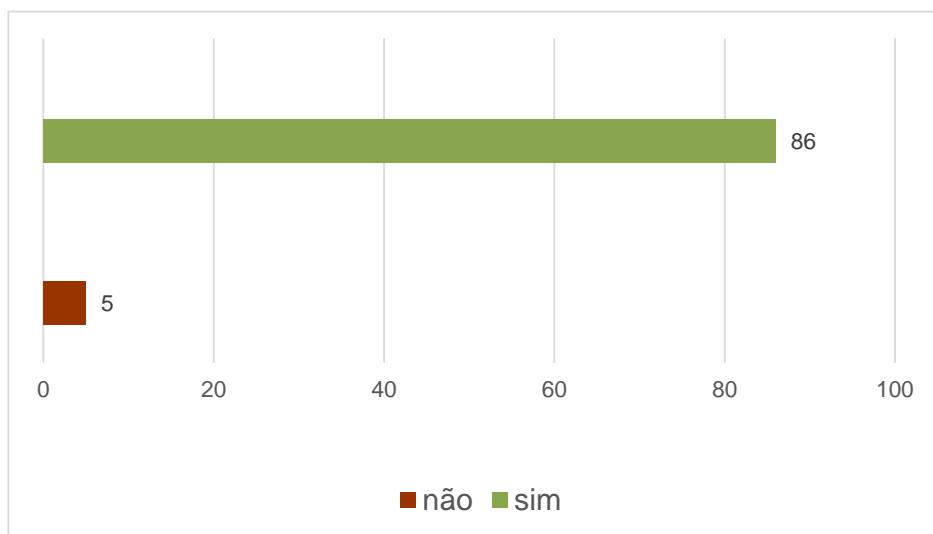
No que se refere ao Serviço de Informação ao Cidadão, Petrópolis está entre os 42 municípios que pontuaram nas quatro questões apresentadas. Esse grupo representa quase a metade do universo de 91 municípios.

Gráfico 62: Pontuação dos sítios municipais em relação à existência e funcionamento do SIC



Petrópolis faz parte do grupo amplamente majoritário em que se verificou a presença do Portal da Transparéncia:

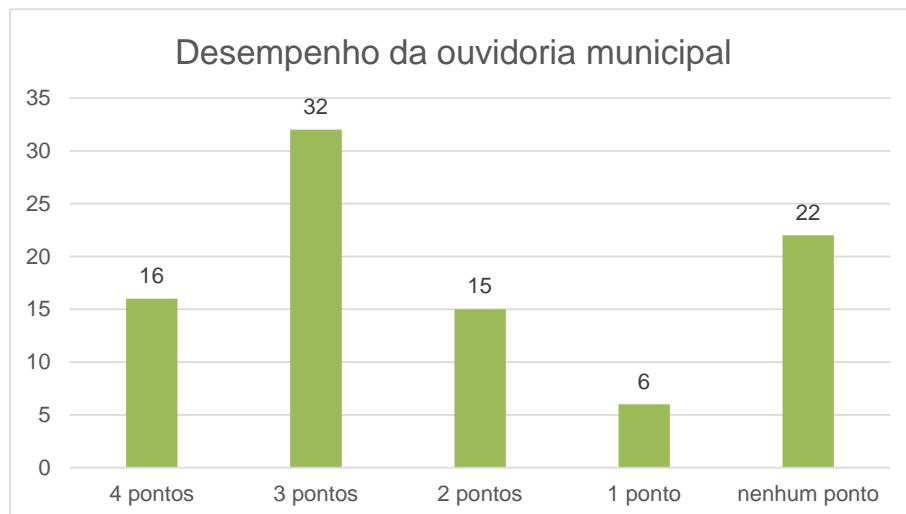
Gráfico 63: Pontuação dos sítios municipais em relação ao funcionamento do Portal da Transparéncia



O próximo gráfico expressa as frequências verificadas em relação à disponibilização e funcionamento de ouvidorias nos sítios municipais. Foram considerados positivos os

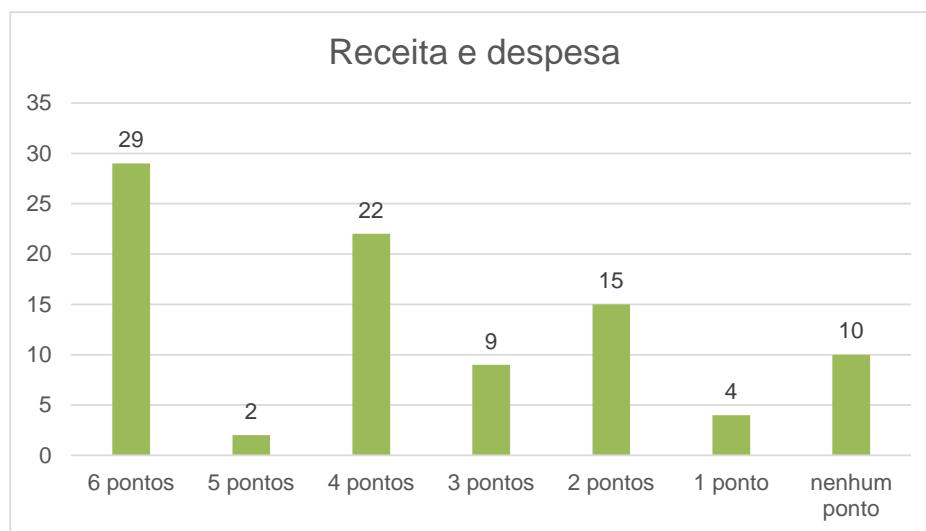
serviços de “fale conosco” em operação. Petrópolis está inserido no grupo de 32 municípios que pontuaram em três dos quatro aspectos verificados.

Gráfico 64: Pontuação dos sítios municipais em relação à existência e ao funcionamento da Ouvidoria



O último bloco da pesquisa, que avaliou a disponibilização de informações relativas às receitas e despesas, licitações e contratos e relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, dá origem ao gráfico a seguir. Petrópolis pertence ao grupo mais numeroso, que publica informações sobre todos os temas pesquisados.

Gráfico 65: Pontuação dos sítios municipais em relação à publicação de informações sobre receitas e despesas municipais

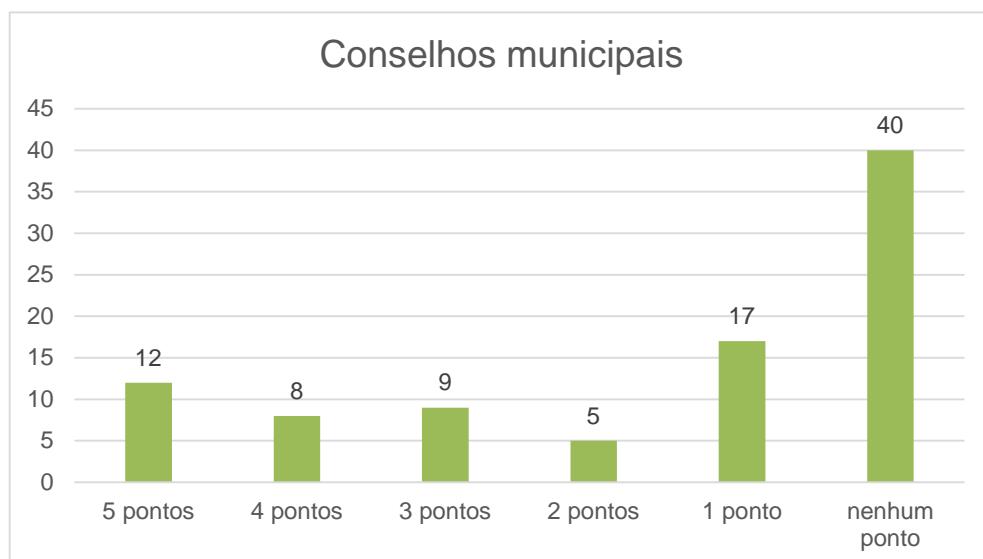


Conselhos – Tendo em vista o exercício do controle social, o questionário elaborado pelos Estudos Socioeconômicos investiga, em bloco separado de perguntas, se o sítio oficial informa sobre os conselhos municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Meio Ambiente e Mobilidade Urbana.

- | |
|---|
| 21 – O site informa se a prefeitura possui Conselho Municipal de Saúde estruturado? |
| 22 – O site informa se a prefeitura possui Conselho Municipal de Educação estruturado? |
| 23 – O site informa se a prefeitura possui Conselho Municipal de Assistência Social estruturado? |
| 24 – O site informa se a prefeitura possui Conselho Municipal de Meio Ambiente estruturado? |
| 25 – O site informa se a prefeitura possui Conselho Municipal de Mobilidade ou similar (municípios com população acima de 20 mil habitantes)? |

Petrópolis faz parte do conjunto de 12 municípios cujos sítios oficiais apontam os cinco conselhos pesquisados. O maior contingente, de 40 municípios, não informa sobre nenhum deles.

Gráfico 66: Pontuação dos sítios municipais referente aos conselhos de educação, saúde, assistência social, meio ambiente e mobilidade



Vale ressaltar que a Política Nacional de Mobilidade Urbana excluiu os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes da exigência de elaborar o Plano de Mobilidade Urbana.

VIII - CONCLUSÃO

Petrópolis tem uma população estimada em 298.158 habitantes, distribuídos em uma área total de 795,8 km², correspondentes a 11,5% da Região Serrana.

A estrutura administrativa municipal dispõe de 9.559 servidores, o que resulta em uma média de 32 funcionários por mil habitantes, a 77^a maior no estado. A pesquisa continuada deste TCE sobre o governo eletrônico aponta que o sítio oficial na internet oferece 18 de 19 tipos de serviços informativos e 13 de 18 aspectos interativos pesquisados. O sítio de Petrópolis possibilita algum tipo de transação *online* por meio da rede mundial de computadores.

O município dispõe de mapeamento de ameaças potenciais para inundações, áreas de ocupação clandestina e loteamentos em situação de risco, tendo elaborado plano de contingenciamento para períodos de estiagem. Quanto ao saneamento, integra o consórcio da Região Serrana 2 e se encontra no rol dos 69 municípios que dispõem seus resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário. A cobertura de mata atlântica abrange 32% do território municipal.

O ensino infantil, fundamental e médio (regular e/ou especial) de Petrópolis teve 62.385 alunos matriculados em 2016, uma variação de -1,4% em relação ao ano anterior. Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, a rede municipal alcançou a meta estabelecida pelo Ministério da Educação apenas nos anos iniciais do ensino fundamental. A rede estadual só foi avaliada nos anos finais e não conseguiu atingi-la.

Há, em Petrópolis, 42 equipes de Saúde da Família e 23 equipes de Saúde Bucal atendendo a população.

Conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho, o município participa do mercado com 65.026 empregos formais.

A receita total do município de Petrópolis foi de R\$ 910 milhões em 2016, a 8^a do estado (em comparação que não inclui a capital). Suas receitas correntes estão comprometidas em 102% com o custeio da máquina administrativa. Em relação às receitas vinculadas ao petróleo, o município teve nelas 1% de sua receita total, um montante de R\$ 33,50 por habitante no ano de 2016, 85^a colocação no estado. A carga tributária *per capita* de R\$ 699,69 é a 12^a do estado, sendo R\$ 220,25 em IPTU (6^a posição) e R\$ 259,02 em ISS (19º lugar). A despesa corrente *per capita* de R\$ 3.206,99 é a 49^a do estado, contra um investimento *per capita* de R\$ 74,60, posição de número 59 dentre os 91 demais.

O capítulo especial sobre transparência e controle social revela que o sítio oficial de Petrópolis atende a 18 de 20 itens verificados, referentes à regulamentação municipal da Lei de Acesso à Informação, criação e funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão, disponibilização de Portal da Transparência, implantação da Ouvidoria e divulgação na internet dos dados referentes às receitas e despesas, licitações e contratos e dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nas páginas seguintes podem ser feitas análises comparativas dos desempenhos dos municípios através de tabelas que resumem alguns dos diversos indicadores apresentados no Estudo Socioeconômico de cada localidade.

Tabela A - Receitas totais e per capita de 2016, com indicadores

Município	Receita total (R\$ milhões)	Ranking da receita total	Receita per capita (R\$)	Ranking da receita total per capita
Angra dos Reis	956	7	4.992,48	14
Aperibé	41	86	3.647,06	41
Araruama	300	22	2.400,06	72
Areal	52	78	4.347,23	29
Armação dos Búzios	184	37	5.793,97	8
Arraial do Cabo	145	45	4.987,36	15
Barra do Piraí	197	34	2.022,90	82
Barra Mansa	466	17	2.587,03	68
Belford Roxo	578	12	1.169,70	90
Bom Jardim	79	62	2.988,27	56
Bom Jesus do Itabapoana	89	54	2.478,49	70
Cabo Frio	614	11	2.891,58	59
Cachoeiras de Macacu	166	41	2.937,79	58
Cambuci	53	77	3.585,98	42
Campos dos Goytacazes	2.605	1	5.347,65	11
Cantagalo	81	59	4.103,32	33
Carapebus	71	64	4.637,07	19
Cardoso Moreira	58	75	4.590,21	21
Carmo	62	68	3.388,27	47
Casimiro de Abreu	199	33	4.833,30	16
Comendador Levy Gasparian	37	90	4.493,43	25
Conceição de Macabu	68	66	3.038,31	54
Cordeiro	60	72	2.831,45	60
Duas Barras	49	80	4.385,34	28
Duque de Caxias	2.111	3	2.380,49	73
Engenheiro Paulo de Frontin	47	82	3.491,96	43
Guapimirim	145	44	2.544,10	69
Iguaba Grande	91	53	3.443,34	45
Itaboraí	485	16	2.101,36	81
Itaguaí	458	18	3.792,09	40
Italva	50	79	3.427,64	46
Itaocara	61	71	2.680,81	67
Itaperuna	275	26	2.766,75	64
Itatiaia	155	43	5.083,07	13
Japeri	191	35	1.902,06	84
Laje do Muriaé	38	89	5.188,32	12
Macaé	2.060	4	8.600,76	1
Macuco	35	91	6.374,34	7
Magé	425	19	1.799,21	85
Mangaratiba	280	25	6.729,03	5
Maricá	663	10	4.425,42	27
Mendes	59	73	3.284,42	48
Mesquita	239	28	1.396,08	88
Miguel Pereira	87	57	3.491,07	44
Miracema	87	58	3.254,33	49

(continua)

Tabela A - Receitas totais e *per capita* de 2016, com indicadores (cont.)

Município	Receita total (R\$ milhões)	Ranking da receita total	Receita <i>per capita</i> (R\$)	Ranking da receita total <i>per capita</i>
Natividade	62	70	4.116,91	32
Nilópolis	283	24	1.786,84	86
Niterói	2.240	2	4.499,65	24
Nova Friburgo	401	21	2.168,97	79
Nova Iguaçu	1.292	5	1.620,79	87
Paracambi	110	51	2.200,99	78
Paraíba do Sul	99	52	2.325,44	75
Paraty	190	36	4.632,65	20
Paty do Alferes	81	60	2.990,57	55
Petrópolis	910	8	3.052,38	53
Pinheiral	77	63	3.201,02	50
Piraí	181	38	6.432,22	6
Porciúncula	70	65	3.840,80	38
Porto Real	145	46	7.799,77	2
Quatis	56	76	4.130,78	31
Queimados	290	23	2.003,43	83
Quissamã	168	40	7.266,01	4
Resende	490	15	3.889,38	36
Rio Bonito	178	39	3.072,42	52
Rio Claro	79	61	4.426,36	26
Rio das Flores	41	87	4.549,38	23
Rio das Ostras	537	14	3.933,62	35
Santa Maria Madalena	48	81	4.727,23	18
Santo Antônio de Pádua	116	50	2.808,15	63
São Fidélis	88	55	2.347,18	74
São Francisco de Itabapoana	116	49	2.811,59	62
São Gonçalo	1.038	6	994,25	91
São João da Barra	256	27	7.333,27	3
São João de Meriti	547	13	1.187,73	89
São José de Ubá	39	88	5.371,47	10
São José do Vale do Rio Preto	58	74	2.766,29	65
São Pedro da Aldeia	210	31	2.128,28	80
São Sebastião do Alto	44	85	4.825,81	17
Sapucaia	68	67	3.840,97	37
Saquarema	236	30	2.813,86	61
Seropédica	207	32	2.471,63	71
Silva Jardim	120	48	5.627,34	9
Sumidouro	62	69	4.083,08	34
Tanguá	88	56	2.701,36	66
Teresópolis	406	20	2.324,00	76
Trajano de Moraes	47	83	4.554,17	22
Três Rios	236	29	2.981,90	57
Valença	165	42	2.236,18	77
Varre-Sai	45	84	4.294,47	30
Vassouras	136	47	3.810,75	39
Volta Redonda	816	9	3.093,41	51

Tabela B - Despesas totais e per capita de 2016

Município	Despesa total (R\$ milhões)	Ranking da despesa total	Despesa per capita (R\$)	Ranking da despesa total per capita
Angra dos Reis	941	8	4.911,87	15
Aperibé	40	86	3.610,62	38
Araruama	315	23	2.519,50	73
Areal	51	74	4.261,43	27
Armação dos Búzios	176	38	5.570,64	8
Arraial do Cabo	152	45	5.230,16	12
Barra do Piraí	203	33	2.090,54	82
Barra Mansa	490	17	2.720,30	69
Belford Roxo	655	11	1.325,87	89
Bom Jardim	80	60	3.037,65	52
Bom Jesus do Itabapoana	93	53	2.589,84	71
Cabo Frio	545	15	2.566,02	72
Cachoeiras de Macacu	175	39	3.091,04	51
Cambuci	50	76	3.378,51	45
Campos dos Goytacazes	2.934	1	6.021,40	7
Cantagalo	78	61	3.968,72	32
Carapebus	83	59	5.454,59	9
Cardoso Moreira	48	80	3.843,58	33
Carmo	64	67	3.473,61	41
Casimiro de Abreu	196	35	4.759,24	18
Comendador Levy Gasparian	39	87	4.745,15	19
Conceição de Macabu	66	66	2.964,58	54
Cordeiro	57	72	2.687,22	70
Duas Barras	47	82	4.190,29	29
Duque de Caxias	2.424	2	2.733,36	68
Engenheiro Paulo de Frontin	49	79	3.602,92	39
Guapimirim	157	43	2.740,74	67
Iguaba Grande	91	55	3.461,82	42
Itaboraí	559	14	2.420,23	74
Itaguaí	626	12	5.178,07	13
Italva	46	84	3.117,92	50
Itaocara	63	69	2.771,11	64
Itaperuna	281	26	2.823,66	61
Itatiaia	139	46	4.576,12	22
Japeri	171	41	1.697,48	87
Laje do Muriaé	32	91	4.403,65	26
Macacá	1.791	4	7.478,16	4
Macuco	33	89	6.118,32	6
Magé	434	18	1.837,21	85
Mangaratiba	287	25	6.897,08	5
Maricá	675	10	4.501,20	24
Mendes	50	75	2.787,76	62
Mesquita	239	28	1.399,32	88
Miguel Pereira	84	58	3.374,87	46
Miracema	87	57	3.283,43	48

(continua)

Tabela B - Despesas totais e per capita de 2016 (cont.)

Município	Despesa total (R\$ milhões)	Ranking da despesa total	Despesa per capita (R\$)	Ranking da despesa total per capita
Natividade	64	68	4.244,43	28
Nilópolis	301	24	1.900,98	84
Niterói	2.312	3	4.644,19	20
Nova Friburgo	425	20	2.298,69	78
Nova Iguaçu	1.436	5	1.800,17	86
Paracambi	113	50	2.260,10	80
Paraíba do Sul	103	52	2.411,03	75
Paraty	188	36	4.587,66	21
Paty do Alferes	75	62	2.778,56	63
Petrópolis	956	7	3.206,99	49
Pinheiral	69	65	2.885,26	57
Piraí	152	44	5.426,08	10
Porciúncula	60	71	3.297,75	47
Porto Real	174	40	9.353,16	2
Quatis	50	77	3.664,76	35
Queimados	277	27	1.915,11	83
Quissamã	177	37	7.672,96	3
Resende	427	19	3.384,08	44
Rio Bonito	200	34	3.453,11	43
Rio Claro	74	63	4.165,16	30
Rio das Flores	43	85	4.814,07	17
Rio das Ostras	500	16	3.662,08	36
Santa Maria Madalena	49	78	4.830,69	16
Santo Antônio de Pádua	114	48	2.767,95	65
São Fidélis	88	56	2.332,51	76
São Francisco de Itabapoana	114	49	2.758,58	66
São Gonçalo	1.083	6	1.037,24	91
São João da Barra	347	22	9.957,49	1
São João de Meriti	586	13	1.271,40	90
São José de Ubá	33	90	4.553,65	23
São José do Vale do Rio Preto	63	70	2.980,60	53
São Pedro da Aldeia	211	32	2.147,60	81
São Sebastião do Alto	48	81	5.262,95	11
Sapucaia	72	64	4.112,11	31
Saquarema	238	29	2.840,80	59
Seropédica	237	30	2.827,17	60
Silva Jardim	109	51	5.110,68	14
Sumidouro	55	73	3.612,65	37
Tanguá	93	54	2.853,26	58
Teresópolis	407	21	2.329,51	77
Trajano de Moraes	46	83	4.446,47	25
Três Rios	230	31	2.909,06	56
Valença	168	42	2.272,97	79
Varre-Sai	37	88	3.562,46	40
Vassouras	133	47	3.737,72	34
Volta Redonda	776	9	2.941,69	55

Tabela C - Carga tributária *per capita* em 2016 – total e rubricas

Município	Carga tributária <i>per capita</i> (R\$)	Ranking da carga tributária <i>per capita</i>	IPTU <i>per capita</i> (R\$)	Ranking do IPTU <i>per capita</i>	ISS <i>per capita</i> (R\$)	Ranking do ISS <i>per capita</i>
Angra dos Reis	1.058,05	7	281,75	4	415,90	10
Aperibé	176,62	64	50,51	43	46,54	80
Araruama	403,53	30	168,00	15	95,92	48
Areal	453,64	23	96,54	25	176,21	28
Armação dos Búzios	1.357,86	6	540,22	2	456,38	9
Arraial do Cabo	428,87	26	122,15	20	143,50	34
Barra do Piraí	256,50	45	48,50	49	108,75	45
Barra Mansa	286,38	39	65,08	33	164,91	31
Belford Roxo	137,87	82	26,56	73	53,76	72
Bom Jardim	243,00	47	49,98	46	83,11	54
Bom Jesus do Itabapoana	197,16	57	52,66	41	80,54	56
Cabo Frio	540,91	17	176,08	13	238,33	20
Cachoeiras de Macacu	163,29	71	39,61	59	76,44	58
Cambuci	125,62	84	23,85	77	44,61	81
Campos dos Goytacazes	492,97	21	86,65	26	183,37	26
Cantagalo	285,27	40	17,63	83	154,36	33
Carapebus	170,65	69	15,32	87	73,53	59
Cardoso Moreira	169,46	70	15,81	85	53,70	73
Carmo	122,91	85	20,90	81	57,91	70
Casimiro de Abreu	381,47	31	50,85	42	177,86	27
Comendador Levy Gasparian	269,32	43	38,98	60	170,62	29
Conceição de Macabu	122,78	86	22,23	79	37,98	86
Cordeiro	213,37	54	50,10	45	121,22	40
Duas Barras	159,29	77	23,39	78	51,18	75
Duque de Caxias	528,51	19	86,45	27	268,08	16
Engenheiro Paulo de Frontin	159,33	76	29,59	70	64,09	67
Guapimirim	303,08	37	35,98	65	183,84	25
Iguaba Grande	424,08	27	203,23	9	79,74	57
Itaboraí	351,61	33	73,84	30	157,54	32
Itaguaí	1.362,96	5	159,10	16	988,93	3
Italva	139,70	81	38,55	61	47,17	79
Itaocara	197,42	56	23,94	76	84,19	53
Itaperuna	284,04	41	76,08	28	115,53	42
Itatiaia	865,81	9	196,01	11	485,11	8
Japeri	103,56	89	7,81	89	64,27	66
Laje do Muriaé	61,48	91	7,65	90	17,27	90
Macaé	3.218,48	1	193,05	12	2.494,04	1
Macuco	227,04	51	42,09	56	106,23	47
Magé	177,95	63	40,61	57	86,55	52
Mangaratiba	1.498,71	3	400,67	3	491,31	6
Maricá	577,20	16	207,82	7	166,67	30
Mendes	174,12	67	19,46	82	66,63	63
Mesquita	185,66	61	64,71	34	65,73	65
Miguel Pereira	318,96	36	118,36	21	122,81	39
Miracema	162,83	73	43,80	54	54,70	71

(continua)

Tabela C - Carga tributária per capita em 2016 – total e rubricas (cont.)

Município	Carga tributária <i>per capita</i> (R\$)	Ranking da carga tributária <i>per capita</i>	IPTU <i>per capita</i> (R\$)	Ranking do IPTU <i>per capita</i>	ISS <i>per capita</i> (R\$)	Ranking do ISS <i>per capita</i>
Natividade	135,62	83	26,56	72	44,44	82
Nilópolis	236,93	48	62,73	36	90,91	49
Niterói	1.492,92	4	620,11	1	525,81	4
Nova Friburgo	375,34	32	101,70	23	123,21	38
Nova Iguaçu	271,37	42	60,99	37	125,29	37
Paracambi	161,35	75	34,07	67	63,57	68
Paraíba do Sul	187,30	60	68,44	32	66,46	64
Paraty	764,70	11	175,31	14	328,16	12
Paty do Alferes	198,47	55	75,63	29	36,94	87
Petrópolis	699,69	12	220,25	6	259,02	19
Pinheiral	162,00	74	40,00	58	70,90	61
Piraí	767,88	10	125,76	19	489,18	7
Porciúncula	174,72	66	37,37	62	32,53	89
Porto Real	666,96	13	43,92	53	340,86	11
Quatis	153,71	78	31,81	68	47,71	78
Queimados	236,32	49	26,22	74	118,64	41
Quissamã	350,27	34	36,97	64	81,96	55
Resende	613,50	15	141,71	17	307,76	14
Rio Bonito	439,19	24	70,00	31	261,30	18
Rio Claro	235,99	50	50,47	44	41,50	84
Rio das Flores	146,18	79	24,04	75	68,65	62
Rio das Ostras	876,16	8	126,80	18	502,08	5
Santa Maria Madalena	175,91	65	21,21	80	48,71	76
Santo Antônio de Pádua	217,96	52	55,21	39	112,31	43
São Fidélis	140,44	80	27,57	71	39,69	85
São Francisco de Itabapoana	104,65	88	31,75	69	36,89	88
São Gonçalo	171,58	68	49,49	47	59,51	69
São João da Barra	1.575,85	2	37,09	63	1.235,36	2
São João de Meriti	188,82	59	57,43	38	73,16	60
São José de Ubá	290,25	38	15,79	86	220,91	21
São José do Vale do Rio Preto	262,59	44	45,38	50	51,98	74
São Pedro da Aldeia	331,48	35	110,97	22	108,38	46
São Sebastião do Alto	409,58	29	42,42	55	212,85	22
Sapucaia	454,04	22	53,38	40	308,61	13
Saquarema	530,68	18	200,55	10	192,37	24
Seropédica	251,40	46	44,70	51	128,24	36
Silva Jardim	434,78	25	48,56	48	262,26	17
Sumidouro	163,24	72	17,25	84	43,21	83
Tanguá	179,72	62	35,12	66	87,39	50
Teresópolis	528,01	20	205,07	8	138,34	35
Trajano de Moraes	116,48	87	10,03	88	48,08	77
Três Rios	409,86	28	100,74	24	200,14	23
Valença	192,58	58	63,50	35	87,15	51
Varre-Sai	66,61	90	5,15	91	5,46	91
Vassouras	216,05	53	44,69	52	111,99	44
Volta Redonda	620,73	14	263,19	5	272,55	15

Tabela D - Despesa corrente per capita e comprometimento em 2016

Município	Despesa Corrente per capita (R\$)	Ranking da Despesa Corrente per capita	Comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	Ranking do comprometimento da receita corrente com máquina administrativa
Angra dos Reis	4.687,63	15	94%	52
Aperibé	3.484,03	35	103%	18
Araruama	2.394,88	73	103%	20
Areal	4.107,81	23	94%	50
Armação dos Búzios	5.119,23	9	88%	72
Arraial do Cabo	4.772,94	14	96%	48
Barra do Piraí	1.904,16	82	94%	56
Barra Mansa	2.551,36	68	99%	35
Belford Roxo	1.303,85	89	113%	5
Bom Jardim	3.010,99	50	101%	23
Bom Jesus do Itabapoana	2.524,92	70	103%	19
Cabo Frio	2.501,05	71	88%	77
Cachoeiras de Macacu	2.920,54	52	104%	16
Cambuci	3.087,94	46	89%	69
Campos dos Goytacazes	5.428,78	7	130%	3
Cantagalo	3.879,25	28	96%	46
Carapebus	5.031,71	10	109%	7
Cardoso Moreira	3.761,18	30	82%	88
Carmo	3.351,76	40	99%	33
Casimiro de Abreu	4.626,07	16	97%	42
Comendador Levy Gasparian	4.414,04	20	100%	25
Conceição de Macabu	2.735,05	55	90%	67
Cordeiro	2.657,82	64	94%	55
Duas Barras	4.094,89	25	94%	57
Duque de Caxias	2.600,90	67	110%	6
Engenheiro Paulo de Frontin	3.437,46	38	99%	37
Guapimirim	2.675,91	60	105%	12
Iguaba Grande	3.015,48	49	90%	66
Itaboraí	2.263,09	75	108%	8
Itaguaí	4.950,68	13	131%	2
Italva	3.076,21	48	90%	65
Itaocara	2.663,02	63	99%	30
Itaperuna	2.710,39	58	98%	38
Itatiaia	4.464,49	19	88%	75
Japeri	1.649,77	87	87%	82
Laje do Muriaé	4.246,28	21	82%	89
Macaé	7.257,60	4	85%	85
Macuco	5.721,07	6	96%	49
Magé	1.796,70	83	100%	26
Mangaratiba	6.346,93	5	94%	51
Maricá	3.724,71	32	86%	83
Mendes	2.674,71	61	84%	86
Mesquita	1.390,76	88	100%	24
Miguel Pereira	3.251,07	42	94%	53
Miracema	3.182,64	45	98%	40

(continua)

Tabela D - Despesa corrente per capita e comprometimento em 2016 (cont.)

Município	Despesa Corrente per capita (R\$)	Ranking da Despesa Corrente per capita	Comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	Ranking do comprometimento da receita corrente com máquina administrativa
Natividade	4.081,43	26	100%	27
Nilópolis	1.719,13	85	102%	21
Niterói	3.746,21	31	92%	60
Nova Friburgo	2.149,87	79	99%	31
Nova Iguaçu	1.677,13	86	105%	13
Paracambi	2.120,71	80	97%	44
Paraíba do Sul	2.155,41	78	93%	59
Paraty	4.100,84	24	89%	70
Paty do Alferes	2.746,06	53	92%	63
Petrópolis	3.086,60	47	102%	22
Pinheiral	2.701,19	59	91%	64
Piraí	5.251,49	8	82%	87
Porciúncula	3.246,74	44	88%	73
Porto Real	8.839,10	2	114%	4
Quatis	3.486,46	34	87%	79
Queimados	1.759,98	84	88%	74
Quissamã	7.538,61	3	104%	17
Resende	3.250,77	43	85%	84
Rio Bonito	3.262,56	41	107%	9
Rio Claro	3.865,28	29	88%	78
Rio das Flores	4.488,67	18	100%	28
Rio das Ostras	3.398,04	39	87%	81
Santa Maria Madalena	2.947,38	51	62%	91
Santo Antônio de Pádua	2.628,38	65	94%	58
São Fidélis	2.259,54	76	97%	43
São Francisco de Itabapoana	2.670,03	62	96%	45
São Gonçalo	955,03	91	99%	36
São João da Barra	9.811,92	1	134%	1
São João de Meriti	1.250,49	90	106%	10
São José de Ubá	4.497,49	17	87%	80
São José do Vale do Rio Preto	2.745,73	54	99%	32
São Pedro da Aldeia	2.046,53	81	97%	41
São Sebastião do Alto	4.993,77	11	104%	14
Sapucaia	3.981,49	27	104%	15
Saquarema	2.544,73	69	98%	39
Seropédica	2.607,14	66	105%	11
Silva Jardim	4.969,86	12	89%	71
Sumidouro	3.578,94	33	88%	76
Tanguá	2.490,67	72	92%	61
Teresópolis	2.314,22	74	100%	29
Trajano de Moraes	4.174,29	22	94%	54
Três Rios	2.715,62	57	92%	62
Valença	2.188,57	77	99%	34
Varre-Sai	3.447,38	37	81%	90
Vassouras	3.470,17	36	96%	47
Volta Redonda	2.718,30	56	90%	68

Tabela E - Investimento *per capita* e grau de investimento em 2016

Município	Investimento <i>per capita</i> (R\$)	Ranking do investimento <i>per capita</i>	Grau de investimento	Ranking do grau de investimento
Angra dos Reis	85,65	53	2%	68
Aperibé	88,98	51	2%	49
Araruama	106,28	41	4%	28
Areal	75,53	58	2%	67
Armação dos Búzios	357,39	7	6%	18
Arraial do Cabo	383,16	6	8%	13
Barra do Piraí	165,58	21	8%	10
Barra Mansa	92,46	49	4%	34
Belford Roxo	7,44	88	1%	85
Bom Jardim	17,78	86	1%	87
Bom Jesus do Itabapoana	11,58	87	0%	89
Cabo Frio	46,71	72	2%	70
Cachoeiras de Macacu	52,23	70	2%	66
Cambuci	235,55	16	7%	16
Campos dos Goytacazes	511,66	3	10%	5
Cantagalo	89,47	50	2%	58
Carapebus	388,23	5	8%	9
Cardoso Moreira	63,47	65	1%	72
Carmo	106,49	40	3%	40
Casimiro de Abreu	106,02	42	2%	57
Comendador Levy Gasparian	166,74	20	4%	33
Conceição de Macabu	160,59	22	5%	22
Cordeiro	3,60	91	0%	91
Duas Barras	82,95	54	2%	65
Duque de Caxias	105,16	43	4%	29
Engenheiro Paulo de Frontin	113,19	38	3%	38
Guapimirim	34,44	78	1%	74
Iguaba Grande	338,23	9	10%	4
Itaboraí	122,11	31	6%	20
Itaguaí	126,64	29	3%	36
Italva	33,37	82	1%	81
Itaocara	28,84	84	1%	79
Itaperuna	86,43	52	3%	41
Itatiaia	42,41	74	1%	82
Japeri	39,43	76	2%	61
Laje do Muriaé	123,16	30	2%	51
Macaé	94,49	48	1%	77
Macuco	242,24	14	4%	32
Magé	40,13	75	2%	55
Mangaratiba	156,90	25	2%	53
Maricá	736,84	2	17%	2
Mendes	68,48	64	2%	60
Mesquita	6,80	90	0%	88
Miguel Pereira	104,95	44	3%	42
Miracema	44,76	73	1%	73

(continua)

Tabela E - Investimento *per capita* e grau de investimento em 2016 (cont.)

Município	Investimento <i>per capita</i> (R\$)	Ranking do investimento <i>per capita</i>	Grau de investimento	Ranking do grau de investimento
Natividade	113,70	36	3%	44
Nilópolis	118,48	32	7%	15
Niterói	800,12	1	18%	1
Nova Friburgo	112,57	39	5%	23
Nova Iguaçu	71,96	62	4%	27
Paracambi	60,70	66	3%	45
Paraíba do Sul	220,02	18	9%	7
Paraty	410,36	4	9%	8
Paty do Alferes	32,50	83	1%	78
Petrópolis	74,60	59	2%	48
Pinheiral	114,16	35	4%	35
Piraí	149,87	28	2%	54
Porciúncula	51,01	71	1%	75
Porto Real	250,21	13	3%	39
Quatis	79,14	56	2%	64
Queimados	155,13	26	8%	12
Quissamã	71,62	63	1%	80
Resende	94,55	47	2%	50
Rio Bonito	157,47	24	5%	24
Rio Claro	98,27	46	2%	56
Rio das Flores	270,95	10	6%	19
Rio das Ostras	256,25	12	7%	17
Santa Maria Madalena	100,15	45	2%	59
Santo Antônio de Pádua	115,25	34	4%	30
São Fidélis	57,90	69	2%	47
São Francisco de Itabapoana	76,43	57	3%	46
São Gonçalo	72,56	61	7%	14
São João da Barra	81,93	55	1%	76
São João de Meriti	19,03	85	2%	71
São José de Ubá	33,77	80	1%	86
São José do Vale do Rio Preto	220,65	17	8%	11
São Pedro da Aldeia	59,26	67	3%	43
São Sebastião do Alto	241,86	15	5%	26
Sapucaia	73,80	60	2%	63
Saquarema	268,35	11	10%	6
Seropédica	58,13	68	2%	52
Silva Jardim	113,45	37	2%	62
Sumidouro	33,71	81	1%	83
Tanguá	353,01	8	13%	3
Teresópolis	7,06	89	0%	90
Trajano de Moraes	150,41	27	3%	37
Três Rios	117,17	33	4%	31
Valença	36,84	77	2%	69
Varre-Sai	33,84	79	1%	84
Vassouras	207,83	19	5%	21
Volta Redonda	158,18	23	5%	25

Tabela F - Royalties e dependência de transferências em 2016

Município	Royalties recebidos (R\$ milhões)	Ranking dos royalties recebidos	Royalties per capita (R\$)	Ranking dos royalties per capita	Grau de dependência de transferências e royalties	Proporção dos royalties na receita total
Angra dos Reis	68,4	8	357,07	30	59%	7%
Aperibé	4,5	80	399,81	28	86%	11%
Araruama	8,8	41	70,11	73	66%	3%
Areal	0,8	89	63,60	78	72%	1%
Armação dos Búzios	38,6	15	1.219,63	8	61%	21%
Arraial do Cabo	47,7	11	1.640,22	4	74%	33%
Barra do Piraí	8,2	43	84,22	69	68%	4%
Barra Mansa	12,2	28	67,95	75	64%	3%
Belford Roxo	11,9	29	24,12	88	78%	2%
Bom Jardim	6,0	57	227,02	51	75%	8%
Bom Jesus do Itabapoana	6,4	53	177,09	56	85%	7%
Cabo Frio	94,2	7	443,78	24	68%	15%
Cachoeiras de Macacu	29,2	19	515,49	20	81%	18%
Cambuci	4,7	77	316,67	39	78%	9%
Campos dos Goytacazes	390,9	1	802,33	12	41%	15%
Cantagalo	6,4	54	322,85	38	80%	8%
Carapebus	23,0	22	1.502,76	5	94%	32%
Cardoso Moreira	4,8	74	382,36	29	69%	8%
Carmo	5,3	68	290,81	41	84%	9%
Casimiro de Abreu	38,6	14	938,39	10	66%	19%
Comendador Levy Gasparian	0,7	91	79,37	71	83%	2%
Conceição de Macabu	5,6	62	250,71	45	77%	8%
Cordeiro	5,5	65	260,40	44	79%	9%
Duas Barras	4,6	79	412,95	26	77%	9%
Duque de Caxias	61,8	9	69,69	74	59%	3%
Engenheiro Paulo de Frontin	4,8	75	354,27	31	93%	10%
Guapimirim	35,7	16	624,90	16	82%	25%
Iguaba Grande	5,6	61	213,47	54	69%	6%
Itaboraí	12,7	26	55,15	82	68%	3%
Itaguaí	29,2	18	242,00	48	51%	6%
Italva	5,0	71	344,56	33	76%	10%
Itaocara	5,6	63	244,45	47	79%	9%
Itaperuna	8,5	42	85,50	68	81%	3%
Itatiaia	7,5	47	247,73	46	67%	5%
Japeri	11,5	30	114,77	65	79%	6%
Laje do Muriaé	4,3	84	590,43	19	78%	11%
Macaé	311,6	2	1.301,35	7	45%	15%
Macuco	4,3	82	802,54	11	94%	13%
Magé	38,7	13	163,94	62	75%	9%
Mangaratiba	26,9	20	648,46	15	69%	10%
Maricá	303,5	3	2.024,83	3	78%	46%
Mendes	0,7	90	39,39	84	86%	1%
Mesquita	9,0	38	52,89	83	76%	4%
Miguel Pereira	5,9	58	238,86	49	72%	7%
Miracema	5,8	59	217,68	52	85%	7%

(continua)

Tabela F - Royalties e dependência de transferências em 2016 (cont.)

Município	Royalties recebidos (R\$ milhões)	Ranking dos royalties recebidos	Royalties per capita (R\$)	Ranking dos royalties per capita	Grau de dependência de transferências e royalties	Proporção dos royalties na receita total
Natividade	4,9	72	329,97	37	81%	8%
Nilópolis	8,9	39	56,47	80	70%	3%
Niterói	300,2	4	603,03	17	41%	13%
Nova Friburgo	10,4	33	56,16	81	66%	3%
Nova Iguaçu	13,9	25	17,45	90	62%	1%
Paracambi	8,8	40	176,09	60	90%	8%
Paraíba do Sul	1,1	88	26,44	87	82%	1%
Paraty	56,3	10	1.374,80	6	78%	30%
Paty do Alferes	5,8	60	214,68	53	70%	7%
Petrópolis	10,0	35	33,50	85	56%	1%
Pinheiral	5,5	67	228,08	50	76%	7%
Piraí	9,6	37	343,26	34	63%	5%
Porciúncula	5,1	70	278,25	42	72%	7%
Porto Real	8,1	44	435,84	25	89%	6%
Quatis	4,7	78	341,77	35	81%	8%
Queimados	10,2	34	70,83	72	75%	4%
Quissamã	47,6	12	2.057,24	2	91%	28%
Resende	12,4	27	98,70	67	64%	3%
Rio Bonito	6,9	49	119,82	64	73%	4%
Rio Claro	5,5	66	308,61	40	73%	7%
Rio das Flores	6,4	52	715,76	13	94%	16%
Rio das Ostras	94,8	6	693,63	14	56%	18%
Santa Maria Madalena	4,9	73	479,93	22	92%	10%
Santo Antônio de Pádua	6,8	50	165,10	61	78%	6%
São Fidélis	6,6	51	176,24	59	80%	8%
São Francisco de Itabapoana	7,3	48	176,85	58	91%	6%
São Gonçalo	16,8	24	16,07	91	66%	2%
São João da Barra	100,6	5	2.883,60	1	76%	39%
São João de Meriti	10,4	32	22,60	89	63%	2%
São José de Ubá	4,3	83	596,47	18	80%	11%
São José do Vale do Rio Preto	5,5	64	263,64	43	87%	10%
São Pedro da Aldeia	7,9	45	80,64	70	65%	4%
São Sebastião do Alto	4,4	81	485,63	21	81%	10%
Sapucaia	1,1	87	64,87	77	74%	2%
Saquarema	29,4	17	350,99	32	67%	12%
Seropédica	10,5	31	125,10	63	80%	5%
Silva Jardim	25,1	21	1.181,87	9	77%	21%
Sumidouro	5,1	69	334,79	36	73%	8%
Tanguá	6,0	56	183,45	55	89%	7%
Teresópolis	10,0	35	57,21	79	68%	2%
Trajano de Moraes	4,7	76	455,80	23	85%	10%
Três Rios	2,2	86	27,49	86	72%	1%
Valença	7,7	46	104,64	66	79%	5%
Varre-Sai	4,3	85	405,79	27	73%	9%
Vassouras	6,3	55	177,03	57	77%	5%
Volta Redonda	17,2	23	65,42	76	61%	2%

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e Documentação – Referências – Elaboração. NBR 6023.

BRASIL. Constituição Federal.

- _____ . Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.
- _____ . Lei nº 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.
- _____ . Lei nº 11.445/2007 – Diretrizes Nacionais para o saneamento básico.
- _____ . Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- _____ . Lei nº 12.343/2010 – Plano Nacional de Cultura.
- _____ . Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação.

CAMPOS, Anna Maria. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? Revista de administração pública, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.

CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro – 2015. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>.

CHAHIN, Ali. E-gov. br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. Financial Times BR, 2004.

DA UNIÃO, Controladoria Geral. Manual da Lei de Acesso à Informação para estados e municípios. Brasília: CGU, 2013.

GABRA, Sandra Maria Mello; ROSSI, Denise de Bona. Ouvidoria Pública no Estado do Rio de Janeiro. 2007. Disponível em:
<http://www.ecg.tce.rj.gov.br/documents/454798/528797/2007%20-%20Ouvidoria%20p%C3%A3o%20no%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf>. Acesso em outubro de 2017.

GOMES, Manoel Eduardo Alves Camargo. Modelos de Ouvidorias Públicas no Brasil. In: MENEZES, Ronald do Amaral Organizador; CARDOSO, Antonio Semeraro Rito Organizador. Ouvidoria pública brasileira: reflexões, avanços e desafios. 2016.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A AGENDA PÓS-2015. Negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015: elementos orientadores da posição brasileira. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2016

IBGE. Censo Demográfico 2010 – Resultados do universo. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

_____. Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>.

_____. Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Regional. Rio de Janeiro. Em <http://ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/default.shtml>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase), 2014.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. *Lua nova*, v. 44, n. 98, p. 27-54, 1998.

PINHO, José António Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability: já podemos traduzi-la para o português?* Revista de Administração Pública-RAP, v. 43, n. 6, 2009.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Pretendida Contribuição Nacional determinada para Consecução do Objetivo da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre mudança do Clima. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

RIO DE JANEIRO. Constituição do Estado.

_____. Lei nº 4.528/2005 – Diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do ERJ (com as alterações da Lei Estadual nº 5.311/2008).

_____. Lei nº 5.100/2007 – Trata da repartição aos municípios da parcela de 25% do produto da arrecadação do ICMS incluindo o critério de conservação ambiental (com as alterações dos Decretos 41.844/09, 43.284/11, 43.700/12 e 44.252/13).

_____. Lei nº 5.597/2009 – Plano Estadual de Educação – PEE/RJ.

SCHEDLER, Andreas. *Conceptualizing accountability. The self-restraining state: Power and accountability in new democracies*, v. 14, 1999.

SNIS – Sistema Nacional de Informação sobre saneamento. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2014. Disponível em <http://www.snis.gov.br/>.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudos Socioeconômicos dos Municípios – Edições 2001 a 2015. Disponíveis no sítio <http://www.tce.rj.gov.br>.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. La Educación para Todos, 2000-2015: Logros y Desafíos. 2015. Informe de Seguimiento de la EPT en el Mundo. 2015. Disponível em <http://es.unesco.org/gem-report/report/2015/la-educación-para-todos-2000-2015-logros-y-desafíos>.

WILLEMAN, Marianna Montebello. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro – Exercício 2016, TCE-RJ. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

Órgão responsável pelos Estudos Socioeconômicos

Secretaria-Geral de Planejamento
Marcio Jandre Ferreira

Coordenadoria de Auditoria de Qualidade
Maria de Lourdes de Oliveira

Equipe Técnica
Armando Ricardo Canedo Cavalcanti
Eduardo Henrique Sant'Anna Pinheiro
Gecilda Esteves Silva
Leandro Nacif Macedo de Souza
Rita de Cássia Cerreia Guedes de Oliveira

Capítulo VII (especial)
Evanir Correa Grigorini
Luiz Antônio Bardaro Manzi (coordenação)
Luiz Antônio de Araújo Kotsubo
Luciano Moreira Santini
Wanderley de Figueiredo Viana

Estagiários
Caroline Soares Azevedo
José Fernando Medrado Junior

Arte
Maria Inês Blanchart

Agradecimentos
Assessoria de Desenvolvimento de Sistemas
(Diretoria Geral de Informática)
Coordenadoria de Comunicação Social, Imprensa e Editoração